



BANCO BMG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 61.186.680/0001-74
NIRE 3530046248-3

**MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A
SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022, ÀS 10 HORAS**

São Paulo, 30 de março de 2022.

Índice

1. Mensagem ao Acionista.....	2
2. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária	3
2.1 Data, Horário e Local	3
2.2 Quórum de Instalação	3
2.3 Quórum de Deliberação	3
2.4 Orientações para Participação.....	3
2.5 Orientações para Participação Pessoal.....	4
2.6 Orientações para Participação por Procuração	5
2.7 Boletim de Voto a Distância.....	6
2.8 Conflito de Interesses	7
3. Edital de Convocação	8
4. Propostas da Administração para a Assembleia Geral Ordinária	11
4.1 Itens de deliberação	11
Anexo I - Comentários da Administração (Item 10 do Formulário de Referência) 16	
Anexo II - Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)	105
Anexo III – Informações sobre Indicados ao Conselho de Administração (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)	111
Anexo IV – Informações sobre Indicados ao Conselho Fiscal (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência).....	120
Anexo V - Proposta de Remuneração dos Administradores (item 13 do Formulário de Referência)	126

1. Mensagem ao Acionista

Prezados Acionistas,

O Banco Bmg S.A. (“Companhia” ou “Banco”) convida seus Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10h00 horas, na sede social da Companhia localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo (“Assembleia”).

Em linha com as boas práticas de governança corporativa, baseadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, este Manual apresenta informações sobre as deliberações a serem tomadas na Assembleia. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão listados na ordem do dia do Edital de Convocação reproduzido no item 3 deste Manual. Ainda, o item 2 deste Manual apresenta orientações adicionais para facilitar a participação na Assembleia. Por fim, o item 4 apresenta e detalha a proposta da Administração para cada um dos itens da ordem do dia.

Esperamos que este Manual lhes seja útil para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito da Assembleia, bem como possibilite uma tomada de decisão informada.

A participação de V.Sas. na Assembleia e o seu voto são de fundamental importância para a Companhia. Contamos com a sua presença.

Cordialmente,

FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO

Diretor Executivo Vice-Presidente e de Relações com Investidores

2. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária

2.1 Data, Horário e Local

Data: 29 de abril de 2022.

Horário: 10h00 horas.

Local: sede da Companhia localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.2 Quórum de Instalação

Nos termos do artigo 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital votante e, em segunda convocação, com qualquer número.

2.3 Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei 6.404/76, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia terão direito de voto em todas as matérias da ordem do dia. Os acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito de voto em caso de eleição em separado, pelos acionistas preferencialistas, de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, nos termos dos artigos 141, §4º e 161, §4º, ‘a’ da Lei 6.404/76.

2.4 Orientações para Participação

Os Acionistas poderão comparecer à sede da Companhia na data da Assembleia e proferir seus votos ou, caso não possam fazer-se presentes, lhes é facultado nomear um procurador, observando-se as regras de legitimação e representação a seguir descritas, nos termos da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM 481.

A Companhia iniciará o cadastramento de Acionistas para tomar parte na Assembleia logo após a publicação do Edital de Convocação, conforme orientações que constam deste Manual.

2.5 Orientações para Participação Pessoal

O Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia deverá, no dia da Assembleia, comparecer na sede da Companhia, com razoável antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) original ou cópia autenticada do documento de identificação com foto do Acionista ou do seu representante legal, conforme aplicável (exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte, carteira de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública que contenham foto de seu titular);
- (ii) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia; e
- (iii) *se Acionista Pessoa Jurídica*: original ou cópias autenticadas do estatuto social ou contrato social consolidado e mais recente, acompanhado de documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista; ou
- (iv) *se Acionista Constituído sob a forma de Fundo de Investimento*: original ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (a) regulamento consolidado e mais recente; e (b) estatuto social ou ato constitutivo consolidado e mais recente do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A Companhia solicita que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que os Acionistas que optarem por participar pessoalmente da Assembleia efetuem seu cadastramento até o dia 22 de abril de 2022 (inclusive), mediante o envio dos documentos acima indicados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail ri@bancobmg.com.br. Em caso de dúvidas a respeito deste cadastramento, favor

contatar o Departamento de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@bancobmg.com.br.

Lembramos que a solicitação de cadastramento prévio tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, não representando qualquer óbice à participação do Acionista.

2.6 Orientações para Participação por Procuração

O Acionista que não puder comparecer à Assembleia poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76. As procurações, nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia; (ii) ser advogado; ou (iii) ser instituição financeira. Contudo, para os Acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o procurador ser acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira.

O procurador deverá, no dia da Assembleia, comparecer na sede da Companhia com razoável antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) procuração com firma reconhecida em cartório ou assinada digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;
- (ii) original ou cópia autenticada do documento de identificação com foto do procurador (exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte, carteira de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública que contenham foto de seu titular);
- (iii) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia; e

- (iv) *se Acionista Pessoa Jurídica*: original ou cópias autenticadas do estatuto social ou contrato social consolidado e mais recente, acompanhado de documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista; ou
- (v) *se Acionista Constituído sob a forma de Fundo de Investimento*: original ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (a) regulamento consolidado e mais recente; e (b) estatuto social ou ato constitutivo consolidado e mais recente do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A Companhia solicita que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que os Acionistas que optarem por ser representados por procurador efetuem seu cadastramento até o dia 22 de abril de 2022 (inclusive), mediante o envio dos documentos acima indicados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail ri@bancobmg.com.br. Em caso de dúvidas a respeito deste cadastramento, favor contatar o Departamento de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@bancobmg.com.br.

Lembramos que a solicitação de entrega prévia da procuração, pelos Acionistas que pretendem fazer-se representar por procurador legalmente constituído, tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, não representando qualquer óbice à sua participação.

2.7 Boletim de Voto a Distância

Os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri): (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente para a Companhia, por correio postal ou eletrônico. As instruções de voto

deverão ser recebidas pelo custodiante, pelo escriturador ou pela Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 22 de abril de 2022 (inclusive).

2.8 Conflito de Interesses

Durante a realização da Assembleia, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro Acionista e a matéria objeto da deliberação.

Quando manifestado o conflito de interesses, o Acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o Acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da Assembleia deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

3. **Edital de Convocação**

BANCO BMG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 61.186.680/0001-74
NIRE 3530046248-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas do Banco BMG S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 10 (dez) horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia;
- (iii) definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia e elegê-los para um mandato de 2 (dois) anos, o qual se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- (iv) instalar o Conselho Fiscal da Companhia e eleger os seus membros efetivos e respectivos suplentes para o mandato a se encerrar na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizará em 2023; e

- (v) fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Informações Gerais:

1. O Manual para Participação na Assembleia (“Manual”), contendo a proposta da Administração e orientações detalhadas para participação na Assembleia, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

2. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação na Assembleia:

- **Participação Pessoal:** o Acionista deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem **(i)** a titularidade das ações pelo acionista, e **(ii)** no caso de **(a)** pessoa física, a sua identidade e **(b)** no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante, sendo certo que, para fins de apresentação dos documentos neste item, deverão ser observadas pelo Acionista todas as formalidades indicadas no Manual.
- **Participação por Procurador:** as procurações devem conter firma reconhecida ou serem assinadas digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, além de documento que comprove a sua identidade.

3. Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que, se possível, os documentos indicados no item 2 acima sejam entregues à Companhia até 22 de abril de 2022 (inclusive), nos termos descritos no Manual.

4. Alternativamente, os Senhores Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri): (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente para a Companhia, por correio postal ou eletrônico. As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante, pelo escriturador ou pela Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 22 de abril de 2022 (inclusive).

São Paulo, 30 de março de 2022.

RICARDO ANNES GUIMARÃES

Presidente do Conselho de Administração da Companhia

4. Propostas da Administração para a Assembleia Geral Ordinária

Senhores Acionistas,

Diante da convocação, nesta data, da Assembleia, a administração da Companhia submete aos seus Acionistas a presente proposta da Administração (“Proposta”) com todas as informações necessárias para avaliação das matérias constantes na ordem do dia da Assembleia, sendo certo que os documentos relevantes para a discussão de tais matérias encontram-se anexos ao fim desta Proposta.

4.1 Itens de deliberação

- (i) ***Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.***

Neste tópico, será realizado o exame, discussão e deliberação sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, devidamente acompanhados das respectivas Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal do Parecer do Comitê de Auditoria e de todos os demais documentos e necessários.

As Demonstrações Financeiras foram devidamente auditadas pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer aprovando as Demonstrações Financeiras sem ressalvas. Além disso, as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de março de 2022.

Ressalta-se ainda que o comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, acompanha a presente Proposta como seu Anexo I.

A Administração da Companhia recomenda a apreciação e aprovação de todas as matérias constantes deste item (i).

- (ii) ***Examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia.***

O Anexo II ao presente Manual contém a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM 481, conforme alterada e em vigor.

A Administração da Companhia recomenda a ratificação das declarações de juros sobre o capital próprio aos Acionistas, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório, no valor total bruto de R\$ 184.000.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões de reais), com retenção de 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, resultando em juros sobre capital próprio líquidos de R\$ 156.400.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil reais), equivalente ao valor líquido de R\$ 0,26818418034 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2021.

- (iii) ***Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia e elegê-los para um mandato de 2 (dois) anos, o qual se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.***

Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Diante disso, a Administração propõe que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros, todos com prazo de mandato de 2 (dois) anos, o qual se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

Ainda, a Administração propõe a reeleição dos atuais 9 (nove) membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Ricardo Annes Guimarães; José Eduardo Gouveia

Dominicale; Ângela Annes Guimarães; Antônio Mourão Guimarães Neto; Regina Annes Guimarães; Marco Antonio Antunes; Olga Stankevicius Colpo (membro independente); Dorival Dourado Jr. (membro independente) e Manuela Vaz Artigas (membro independente).

A votação de cada um dos candidatos acima propostos será feita pelo voto majoritário. Se requerida a adoção do procedimento de voto múltiplo, serão atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração, sendo permitido ao Acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Nos termos do artigo 141, §4º da Lei 6.404/76, terão direito de eleger em separado 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, respectivamente:

- (a) a maioria dos acionistas não controladores titulares de ações ordinárias da Companhia, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações ordinárias da Companhia; e
- (b) a maioria dos acionistas não controladores titulares de ações preferenciais da Companhia, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia.

Caso os acionistas indicados nos itens (a) e (b) não perfaçam os quóruns exigidos para a eleição em separado, será facultado, nos termos do artigo 141, §5º da Lei 6.404/76, que eles agreguem suas ações para elegerem, em conjunto 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, observando-se, nessa hipótese o quórum mínimo de 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia.

Os Acionistas que pretendam indicar candidatos ao Conselho de Administração deverão apresentar, na Assembleia, os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, previstos na Lei 6.404/76, no Regulamento Anexo II à Resolução CMN 4.122/12 e na Instrução CVM 367/02. Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia e para permitir a prévia análise dos requisitos de elegibilidade desses candidatos, sugerimos a apresentação dos documentos à Companhia até o dia 22 de abril de 2022 (inclusive).

Ressalta-se que as informações sobre os membros indicados pela Administração para compor o Conselho de Administração da Companhia acompanham a presente Proposta como Anexo III.

(iv) *Instalar o Conselho Fiscal da Companhia e eleger os seus membros efetivos e respectivos suplentes para o mandato a se encerrar na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizará em 2023.*

Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social, a Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes.

A Companhia informa que recebeu o pedido de instalação do Conselho Fiscal, formulado pelo acionista controlador, o qual indicou os seguintes candidatos para composição do referido órgão:

EFETIVO	SUPLENTE
Roberto Faldini	Fernando Marques Cleto Duarte
Fernando Antônio Fraga Ferreira	Mirtes Kinuko Yamamoto
Flávio de Sousa Franco	Paulo Henrique Santana Barbosa

Vale ressaltar que, nos termos do artigo 161, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, os titulares de ações preferenciais da Companhia terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e seu respectivo suplente. Igual direito possuem os Acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Ressalvado o direito de eleição em separado, conforme descrito acima, os demais Acionistas com direito a voto poderão eleger na Assembleia membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual aos dos eleitos em separado mais 1 (um).

Até o momento, a Companhia não recebeu indicação de outros candidatos para compor o Conselho Fiscal. Os Acionistas que pretendam indicar candidatos ao Conselho Fiscal deverão apresentar, na Assembleia, os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, previstos na Lei 6.404/76 e no Regulamento Anexo II à Resolução CMN 4.122/12. Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia e para permitir a prévia análise dos requisitos de elegibilidade

desses candidatos, sugerimos a apresentação dos documentos à Companhia até o dia 22 de abril de 2022 (inclusive).

As informações sobre candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo acionista controlador, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481, podem ser encontradas no Anexo IV deste Manual.

(v) *Fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.*

Na Assembleia, será discutida a remuneração global e anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022.

A Administração da Companhia recomenda a aprovação da proposta de remuneração para o exercício social de 2022 (i) dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no montante global de até R\$ 61.852.000,00 (sessenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil reais); e (ii) dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social no montante global de até R\$ 648.000,00 (seiscentos e quarenta e oito mil reais).

Em atendimento ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481, todas as informações referentes à fixação da remuneração dos Administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) encontram-se detalhadas no Anexo V ao presente Manual.

Anexo I - Comentários da Administração (Item 10 do Formulário de Referência)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.8 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (“Demonstrações Financeiras Consolidadas”) e suas respectivas notas explicativas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 do Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras do Banco ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações do Banco, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

Todas as informações apresentadas neste item 10.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Condições Macroeconômicas Brasileiras

Como a maioria de suas operações é ou está relacionada ao Brasil, o Banco é significativamente afetado pelas condições macroeconômicas, políticas e sociais brasileiras, que têm sido voláteis nos últimos anos. Eventos externos, como acontecimentos em outras economias de mercado, também afetam, em menor escala, a condição financeira e os resultados de operações do Banco.

A condição financeira e os resultados de operações do Banco são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais predominantes no Brasil e são especialmente afetados por variáveis como PIB, inflação, taxas de juros, variações cambiais e políticas fiscais do governo. Além disso, o nível de atividade na economia brasileira afeta a demanda por produtos e serviços bancários.

Em 2019, o PIB brasileiro cresceu 1,1% e o real depreciou 4,0% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 4,03 para cada US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019. Em resposta ao prolongado cenário de baixo crescimento e à perspectiva de inflação baixa para os próximos meses, o COPOM deu início a um novo ciclo de corte de juros, reduzindo a taxa SELIC quatro vezes em 2019 atingindo 4,5% em dezembro. A taxa média de desemprego no quarto trimestre de 2019 foi de 11,0%, de acordo com o IBGE. No período de 12 meses encerrado em dezembro de 2019, a taxa de inflação, medida pelo IPCA e pelo IGP-M, foi de 4,3% e 7,3%, respectivamente.

Em 2020, o PIB brasileiro retraiu 4,1% e o real depreciou 28,9% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 5,20 para cada US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020. Em resposta ao prolongado cenário de baixo crescimento e, principalmente, ao impacto da pandemia da Covid-19 na economia, o COPOM deu início a um novo ciclo de corte de juros, reduzindo a taxa SELIC cinco vezes em 2020 atingindo 2,00% em dezembro. A taxa média de desemprego no quarto trimestre de 2020 foi de 13,9%, de acordo com o IBGE. No período de 12 meses encerrado em dezembro de 2020, a taxa de inflação, medida pelo IPCA e pelo IGP-M, foi de 4,5% e 23,1%, respectivamente.

Em 2021, o PIB brasileiro cresceu 4,6% e o real depreciou 7,4% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 5,58 para cada US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2021. Após forte ciclo de corte de juros, em resposta ao aumento da inflação, o COPOM iniciou novo ciclo de aumento das taxas de juros, aumentando a SELIC em sete vezes ao longo de 2021, encerrando o ano em 9,25%. A taxa média de desemprego em 2021 foi de 13,2%, de acordo com o IBGE. No período de 12 meses encerrado em dezembro de 2021, a taxa de inflação, medida pelo IPCA e pelo IGP-M, foi de 10,1% e 17,8%, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, a inflação, as taxas de juros e a taxa de câmbio do dólar norte-americano para os períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
	<i>(em percentuais)</i>		
Crescimento do PIB (1)	4,6%	-4,1%	1,1%
Inflação (IGP-M)(2)	17,8%	23,1%	7,3%
Inflação (IPCA) (3)	10,1%	4,5%	4,3%
CDI (4)	4,4%	2,8%	5,9%
SELIC (fim de período) (5)	9,25%	2,00%	4,50%
Depreciação do real em relação ao dólar norte-americano (fim de período)	7,4%	28,9%	4,0%
Taxa de câmbio no fim do período (R\$ para US\$ 1,00)	5,58	5,20	4,03
Taxa de câmbio média (R\$ para US\$ 1,00)(6)	5,41	5,25	3,95

Fontes: IBGE, Banco Central, FGV, B3 (segmento CETIP) e Reuters

- (1) Crescimento do PIB do ano em questão em relação ao ano anterior.
- (2) A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado avaliado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (3) A Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo avaliado pelo IBGE.
- (4) A taxa de CDI é a média das taxas fixas de depósitos interbancários referente a um dia útil, conforme registrada e consolidada pela B3 (segmento CETIP).
- (5) O COPOM periodicamente estabelece a taxa SELIC.
- (6) Representa a média das taxas de câmbio no último dia de cada mês durante o período relevante.

Desempenho Financeiro

<i>(Em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido	172.161	310.081	389.809
Retorno sobre o patrimônio líquido médio - % ⁽¹⁾	4,3%	7,6%	13,2%
Retorno sobre o ativo médio - % ⁽¹⁾	0,6%	1,4%	2,1%
Margem financeira líquida - % ⁽¹⁾	11,2%	17,1%	17,8%
Índice de eficiência operacional - % ⁽¹⁾	72,9%	60,9%	71,8%
Ativo Total	34.250.370	28.166.559	19.573.480
Carteira de crédito total ⁽²⁾	15.999.893	14.092.783	11.610.828
Patrimônio líquido	3.823.900	4.152.428	4.069.348
Captação ⁽³⁾	20.604.344	17.940.229	12.346.677

(1) Os itens acima estão definidos na seção “3.2 – Medições não contábeis” do Formulário de Referência

(2) Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado

(3) A composição do saldo de captação está demonstrada no item “10.1 (d) - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas”.

Em 31 de dezembro de 2021 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido do Banco alcançou R\$ 172.161 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, apresentando uma redução de 44,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A redução no lucro líquido deu-se principalmente pela compressão na margem financeira, inicialmente pela redução na taxa média da carteira devido ao mix de produtos e, no segundo semestre, intensificada pelo aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros.

A margem financeira líquida atingiu 11,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, uma redução de 5,9 pontos percentuais em relação a margem financeira líquida no exercício social de 2020, reflexo da compressão de margem citada acima e do aumento dos ativos geradores de receita.

O índice de eficiência operacional atingiu 72,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 12,0 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, devido a compressão da margem financeira citada acima e a

manutenção dos investimentos em linha com a transformação de um banco de nicho para um banco completo.

O patrimônio líquido do Banco era R\$3.823.900 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$4.152.428 mil em 31 de dezembro de 2020. O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 4,3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

O ativo totalizava R\$34.250.370 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$28.166.559 mil em 31 de dezembro de 2020), aumento decorrente, principalmente, do crescimento da carteira de crédito e dos títulos e valores mobiliários. O retorno sobre o ativo médio atingiu 0,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$15.999.893 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$14.092.783 mil em 31 de dezembro de 2020), tendo como destaque o crescimento da carteira de crédito pessoal, em especial com o lançamento do produto de antecipação do FGTS; e também as operações de antecipação de recebíveis das bandeiras dentro de PJ Varejo.

O saldo de captação era de R\$20.604.344 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$17.940.229 mil em 31 de dezembro de 2020). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pelo aumento de depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2020 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido do Banco alcançou R\$ 310.081 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma redução de 20,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A redução no lucro líquido deu-se pelo fato de, no exercício social de 2019, ter havido alguns eventos não recorrentes, como o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a revisão e aprimoramento dos critérios para passivos contingentes. No exercício social de 2020, contribuiu para o resultado, principalmente, o aumento das receitas de juros e rendimentos similares, decorrente do aumento da carteira de crédito e do menor custo dos seus passivos.

A margem financeira líquida atingiu 17,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, uma redução de 0,7 ponto percentual em relação a margem financeira líquida no exercício social de 2019. Apesar do menor custos de captação, a queda na margem financeira líquida é reflexo: (i) do aumento da posição de caixa total do Banco que possui uma rentabilidade menor quando comparada com a carteira de crédito; (ii) da queda da taxa máxima de juros do cartão de crédito consignado que passou a afetar a carteira a partir de abril de 2020; e (iii) do aumento da participação do empréstimo consignado na carteira total do Banco.

O índice de eficiência operacional atingiu 60,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, uma redução de 10,9 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, devido a gestão de custos do Banco, como a visão holística dos processos, alinhamento de incentivos e automação de processos.

O patrimônio líquido do Banco era R\$4.152.428 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$4.069.348 mil em 31 de dezembro de 2019. O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 7,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

O ativo totalizava R\$28.166.559 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$19.573.480 mil em 31 de dezembro de 2019), aumento decorrente, principalmente, do crescimento da carteira de crédito e dos títulos e valores mobiliários. O retorno sobre o ativo médio atingiu 1,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$14.092.783 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$11.610.828 mil em 31 de dezembro de 2019), tendo como destaque o crescimento da carteira de empréstimo consignado e o crédito pessoal.

O saldo de captação era de R\$17.940.229 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$12.346.677 mil em 31 de dezembro de 2019). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pela captação via Letra Financeira Garantida (LFG), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (NDPGE) e securitização para emissão de debênture.

Em 31 de dezembro de 2019 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido do Banco alcançou R\$ 389.809 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 77,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O aumento no lucro líquido deu-se principalmente pelo aumento da margem financeira no período, reflexo da redistribuição da carteira que vem ocorrendo nos últimos anos, focando em cartão de crédito consignado e crédito pessoal, bem como do menor custo dos seus passivos, dado a estratégia de pulverizar a captação para investidores pessoa física. Ainda, no exercício social de 2019 houve alguns eventos não recorrentes, como o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a revisão e aprimoramento dos critérios para passivos contingentes.

A margem financeira líquida atingiu 17,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 2,9 pontos percentuais em relação a margem financeira líquida no exercício social de 2018, reflexo da redistribuição da carteira que vem ocorrendo nos últimos anos, focando em cartão de crédito consignado e crédito pessoal.

O índice de eficiência operacional atingiu 71,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 17,0 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, devido ao investimento na modernização do Banco em linha com a implantação da estratégia FIGITAL (físico + digital) e a revisão e aprimoramento de provisões operacionais.

O patrimônio líquido do Banco era R\$4.069.348 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.623.111 mil em 31 de dezembro de 2018). O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 11,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

O ativo totalizava R\$19.573.480 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$17.368.931 mil em 31 de dezembro de 2018), aumento decorrente, principalmente, do crescimento da carteira de crédito. O retorno sobre o ativo médio atingiu 2,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$11.610.828 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$9.707.630 mil em 31 de dezembro de 2018), tendo como destaque o crescimento da carteira de cartão de crédito consignado e o crédito pessoal.

O saldo de captação era de R\$12.346.677 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$12.287.753 mil em 31 de dezembro de 2018). O Banco vem focando em depósitos de longo prazo para varejo, visando pulverizar sua base de passivo com um maior número de clientes.

b. Estrutura de Capital

A administração do Banco acredita que a atual estrutura de capital apresentou, nas datas indicadas, um equilíbrio entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em sua visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

<i>(Em R\$ mil, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) (a)	30.426.470	24.014.131	15.504.132
Participação de acionistas não controladores (b)	23.117	14.020	15.519
Capital próprio (patrimônio líquido) (c)	3.800.783	4.138.408	4.053.829
Capital total (a + b + c)	34.250.370	28.166.559	19.573.480
Percentual de capital de terceiros	88,8%	85,3%	79,2%
Percentual de capital próprio	11,1%	14,7%	20,7%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de gestão de ativos e passivos do Banco é maximizar o lucro bruto de intermediação financeira e retorno sobre ativos e patrimônio, garantindo liquidez e capital adequados, bem como a gestão efetiva dos riscos de taxas de juros, liquidez e vencimento.

O Banco busca minimizar os riscos associados a descasamentos entre ativos e passivos, combinando, na medida do possível, seus termos de financiamento com a estrutura de vencimento, moeda e taxa de juros dos empréstimos e arrendamentos prorrogados pelo Banco.

O departamento de tesouraria do Banco é responsável pela diversificação de suas fontes de financiamento, pela administração da disponibilidade de caixa e pelo controle de vencimento, exposição cambial e desencontros de taxas de juros.

O departamento de tesouraria do Banco segue as diretrizes estabelecidas por seu fórum de ativos e passivos (“ALCO”), que define políticas de financiamento e toma decisões sobre a estrutura de seus ativos e passivos. O ALCO também estabelece medidas de risco “*overnight*” e “*intraday*” afetadas por limites para seus desencontros de vencimentos nas posições de taxa de juros e em moeda estrangeira, levando em consideração seus limites de exposição para cada produto e o segmento de mercado, bem como a volatilidade e as correlações de risco em diferentes mercados.

A Administração entende que o Banco apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Liquidez de Curto Prazo (LCR) do Banco em 31 de dezembro de 2021 era de 1.529%, quando comparada com a LCR de 31 de dezembro de 2020 de 875%. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía R\$ 20.604.344 mil de saldo de captações.

Para maiores informações sobre a capacidade de pagamento do Banco, vide item 10.1(d) abaixo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento do Banco foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) depósitos a prazo; e (iii) letras financeiras.

Captação

A tabela a seguir apresenta um resumo dos tipos de financiamento (captações) obtidos pelo Banco até as datas indicadas:

(Em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019

Depósitos a prazo	16.954.995	12.232.838	10.101.939
Captações externas			
Sênior	-	-	-
Subordinadas	-	-	721.258
Cessões de crédito e securitização	1.536.250	1.904.124	505.589
Letras financeiras e de crédito			
Sênior & LFG	1.937.649	3.401.239	667.446
Subordinadas & Perpétuas		133.014	129.427
	129.486		
Repasse		269.014	221.018
	45.964		
Saldo de Captação Total	20.604.344	17.940.229	12.346.677

Depósitos a prazo

O Banco busca diversificar seu financiamento, procurando linhas sustentáveis e de longo prazo. Neste sentido, nos últimos anos houve uma mudança no perfil de captação do Banco, visando reforçar a estratégia de redução dos custos de captação do Banco.

O Banco acredita que os depósitos a prazo com o mercado são uma fonte importante de financiamento. Os depósitos a prazo encerraram 31 de dezembro de 2021 com um saldo de R\$ 16.954.995 mil, representando 82,3% do total de captações do Banco na data. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os depósitos a prazo representaram, respectivamente, R\$ 12.232.838 mil e R\$ 10.101.939 mil ou 68,2% e 81,8% do total de captações do Banco. O saldo de CDBs vem aumentando ao longo dos anos como resultado de sua estratégia de focar em depósitos de longo prazo para varejo, que notoriamente apresenta tickets baixos, visando pulverizar sua base de passivo com um maior número de clientes. Os depósitos são compostos das seguintes linhas: (i) CDB: depósitos a prazo para varejo e investidores institucionais; (ii) NDPGE: Depósito a Prazo com Garantia Especial, trata-se de uma fonte adicional para investidores institucionais; e (iii) CDI: depósitos interbancários exclusivamente para instituições brasileiras.

Captações Externas

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco não tinha captações no mercado internacional em aberto no seu balanço. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de captações externas (recursos de aceites e emissão de títulos no exterior) representavam 5,8% do saldo de captações do Banco.

Em novembro de 2009, o Banco emitiu US\$ 300 milhões em notas subordinadas com vencimento em 2019, que foram pagas integralmente no seu vencimento em novembro de 2019, totalizando o valor de R\$ 977.894 mil em principal mais juros. Em agosto de 2010, o Banco emitiu US\$ 250

milhões em notas subordinadas com vencimento em 2020, que foram pagas integralmente no seu vencimento em agosto de 2020, totalizando o valor de R\$ 899.763 mil em principal mais juros.

O Banco faz o *hedge* de sua exposição cambial através de instrumentos derivativos e ativos vinculados ao dólar norte-americano. De acordo com essa política, o Banco celebrou operações de derivativos para fazer o *hedge* de sua exposição ao dólar norte-americano nos termos das notas emitidas no exterior. O Banco acredita que suas estratégias de *hedge* são adequadas para protegê-lo de flutuações significativas na taxa de câmbio. Os regulamentos do Banco Central do Brasil limitam a exposição cambial líquida do Banco a um máximo de 30,0% de seu patrimônio líquido, sendo a exposição efetiva em 31 de dezembro de 2021, imaterial (inferior a 1,0% de seu patrimônio líquido).

Letras financeiras e de crédito

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco tinha R\$ 2.067.135 mil de letras financeiras (LF) e letras de crédito (LCA e LCI) em circulação, comparado a R\$ 3.534.253 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 796.873 mil em 31 de dezembro de 2019. Do total de letras financeiras em 31 de dezembro de 2021, R\$ 109.133 mil referem-se a Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas e R\$ 20.353 mil referem-se a Letras Financeiras Subordinadas, ambas emitidas em 2019 por meio de colocações privadas junto a investidores profissionais e R\$ 1.113.511 mil referem-se a Letras Financeiras Garantidas (LFG) captadas junto ao Banco Central do Brasil.

Em setembro de 2021, o Banco concluiu com sucesso a sua primeira emissão de Letras Financeiras Públicas no montante de R\$ 300 milhões com prazo de 24 meses e 10 dias e remuneração de CDI + 1,80% a.a., equivalente a remuneração piso do range estipulado para a emissão.

Cessões de crédito e securitização

O Banco historicamente realizou cessões de crédito sem retenção de riscos e benefícios e securitizações de sua carteira de crédito em troca de pagamentos em dinheiro. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco tinha um saldo de R\$ 1.536.250 mil em empréstimos cedidos a outras instituições financeiras e a investidores institucionais, em comparação a R\$ 1.904.124 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 505.589 mil em 31 de dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, o Banco realizou cessões com retenção substancial de riscos e benefícios para companhia securitizadora no montante de R\$ 1,3 bilhão, visando a emissão de debêntures atrelada a cartão de crédito consignado que inicialmente foi integralmente absorvida pelo Banco.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido às fontes estáveis e diversificadas de captação de recursos do Banco, que incluem uma grande base de depósito de seus clientes conforme detalhado no item 10.1.d acima, o Banco historicamente não teve problemas de liquidez.

Como parte da gestão do risco de liquidez, o Banco possui um plano formal com medidas a serem tomadas em cenários de crise de liquidez sistêmica e/ou decorrentes de eventual risco de imagem do Banco. Esse plano de contingência de liquidez contém parâmetros de atenção, além de medidas e ações preventivas a serem acionadas em momentos de deficiência de liquidez, caso as reservas fiquem abaixo de determinados parâmetros.

Como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas para cobertura de deficiências de liquidez, poderão ser utilizados os seguintes recursos: (i) redução da produção de ativos; (ii) reforço na captação de depósitos; (iii) liquidação de operações de derivativos que possam gerar caixa; e (iv) outras iniciativas de securitização em mercado de capitais reforçando o caixa.

Além disso, em algumas circunstâncias, o Banco poderá obter recursos de emergência do Banco Central do Brasil por meio de uma transação denominada “redesconto”.

Redesconto é uma linha de crédito que o Banco Central do Brasil disponibiliza a uma instituição financeira como fonte de liquidez adicional. Os empréstimos de redesconto são garantidos por títulos públicos federais de propriedade da instituição financeira que toma esses recursos emprestados. O montante de títulos públicos federais mantidos por uma instituição financeira como disponíveis para venda limita o valor do empréstimo de redesconto que a instituição financeira pode tomar emprestado.

As operações de redesconto não são comuns no mercado brasileiro e são celebradas, na maioria dos casos, por instituições em dificuldades financeiras. O Banco nunca obteve recursos do Banco Central do Brasil com o uso de operações de redesconto.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco mantinha R\$ 8.572.221 mil em títulos públicos federais mantidos para venda, que poderia usar como garantia para operações de redesconto. Em 31 de dezembro de 2020 o valor dos títulos públicos federais mantidos para venda somava R\$ 6.904.994 mil.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em novembro de 2009, o Banco emitiu US\$ 300 milhões em notas subordinadas com vencimento em 2019 e taxa de juros anuais de 9,95%, que foram pagas integralmente no seu vencimento em

novembro de 2019, totalizando o valor de R\$ 977.894 mil em principal mais juros. Em agosto de 2010, o Banco emitiu US\$ 250 milhões em notas subordinadas com vencimento em 2020, e que foram pagas integralmente no seu vencimento em agosto de 2020, totalizando o valor de R\$ 899.763 mil em principal mais juros.

Em agosto de 2011, o FGC, dentro de seu propósito institucional, concedeu uma linha de crédito ao Banco para viabilizar a aquisição de 100% do capital social do Banco Schahin. O saldo remanescente de tal obrigação é de R\$ 516.609 mil, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2021, e sua liquidação ocorrerá no prazo de 15 (quinze) anos a contar da data de fechamento do Contrato de Compra e Venda.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que sejam relevantes para o Banco e suas controladas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Conforme indicado no item 10.1(d)(i) acima, o Banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas e Subordinadas Perpétuas, que totalizavam R\$ 20.353 mil e R\$ 109.133 mil, respectivamente.

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência do Banco, a lei estabelece a ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do Banco, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: (i) dívidas com garantia real, até o limite do valor do bem gravado; (ii) dívidas quirografárias; (iii) dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco; e (iv) dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Banco. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia, sendo considerados credores quirografários em relação ao sobejo. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, assim como não há grau de subordinação entre os credores da mesma classe de dívida subordinada, preferindo, entretanto, os credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco aos credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Banco.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional, e a Resolução do CMN nº 4.019/2011, que dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade; (ii) de imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente; (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente; e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

As normas também vedam às instituições financeiras a práticas de determinadas operações, com destaque para: (i) a concessão de empréstimos ou adiantamentos a empresas ligadas, administradores e parentes; e (ii) a aquisição de imóveis não destinados a uso próprio.

Em abril de 2020, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução 4.797, restringindo, dentre outras, operações de recompra de ações, redução do capital social, pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório, baseados nos resultados apurados ou nos pagamentos a serem realizados entre a data da entrada em vigor da referida Resolução e 30 de setembro de 2020. Em maio de 2020, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução 4.820, revogando a Resolução 4.797 e adotando medidas mais conservadoras em função dos impactos do Covid-19, também referentes a operações de recompra de ações, redução do capital social, pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório, entre outras, a serem observadas até 31 de dezembro de 2020. Em dezembro de 2020, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução 4.885 permitindo a remuneração sobre o capital próprio até o maior valor entre o valor mínimo obrigatório estabelecido em Estatuto Social e 30% referente ao exercício de 2020 apenas.

Na data do Formulário de Referência, o Banco e suas controladas cumprem com todas as obrigações e limites estabelecidos pela regulamentação em vigor.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data do Formulário de Referência, o Banco não mantém linhas de crédito pré-aprovadas cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é limitada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 10,5% (temporariamente

de 10,0% conforme Resolução nº 4.958), sendo que o índice do Banco em 31 de dezembro de 2021 era de 14,7%.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas e das Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco, de acordo com as normas do IFRS, emitidas pelo IASB, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita de juros e rendimentos similares	4.591.196	100,0%	4.025.941	100,0%	14,0%
Despesa de juros e rendimentos similares	(1.881.423)	-41,0%	(1.120.215)	-27,8%	68,0%
Receita líquida de juros	2.709.773	59,0%	2.905.726	72,2%	-6,7%
Receita de prestação de serviços	95.848	2,1%	108.393	2,7%	-11,6%
Resultado de participação em coligadas	19.007	0,4%	7.174	0,2%	164,9%
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	118.002	2,6%	87.633	2,2%	34,7%
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.096.102)	-23,9%	(917.728)	-22,8%	19,4%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	204.142	4,4%	114.485	2,8%	78,3%
Despesas gerais e administrativas	(1.420.618)	-30,9%	(1.376.800)	-34,2%	3,2%
Despesas tributárias	(162.000)	-3,5%	(163.734)	-4,1%	-1,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	(592.335)	-12,9%	(411.640)	-10,2%	43,9%
Outros resultados não operacionais	65.097	1,4%	1.046	0,0%	n/a
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(59.186)	-1,3%	354.555	8,8%	-116,7%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(68.034)	-1,5%	(30.950)	-0,8%	119,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	299.381	6,5%	(13.524)	-0,3%	n/a
Lucro líquido do exercício	172.161	3,7%	310.081	7,7%	-44,5%
Atribuível a:					
Controladora do banco	169.662		313.677		
Participação de não-controladores	2.499		(3.596)		
Lucro básico e diluído por ação	0,2909		0,5336		
Lucro líquido do exercício	172.161		310.081		

O lucro do Banco atingiu R\$ 172.161, uma redução de 44,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 310.081 mil no mesmo período de 2020. A redução no

lucro líquido deu-se principalmente pela compressão na margem financeira, inicialmente pela redução na taxa média da carteira devido ao mix de produtos, e no segundo semestre intensificada pelo aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros.

Receita de juros e rendimentos similares

A receita de juros e rendimentos similares aumentou em 14,0% para R\$ 4.591.196 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 4.025.941 mil no mesmo período em 2020. A receita de juros e rendimentos similares inclui receita de operações de crédito, líquida das despesas de comissão, e operações de títulos e valores mobiliários. Esse aumento na receita de juros do Banco foi atribuível, principalmente: (i) ao aumento da carteira de crédito total, neutralizada pelo mix de produtos e pela variação cambial da carteira de empréstimo consignado nos Estados Unidos, que gerou uma receita de câmbio menor em 2021 comparado a 2020. O Banco possui uma estrutura de *overhedge* que faz com que essa linha de variação cambial seja compensada em outras linhas do resultado, em especial de instrumentos financeiros derivativos, de modo que o Banco não é exposto à tal variação; e (ii) pelo aumento no volume de títulos e valores mobiliários detidos pelo Banco e sua rentabilidade devido a maior Selic e inflação, decorrente da estratégia do Banco de aumentar sua posição de caixa visando o crescimento da carteira no curto prazo e da posição de *hedge* natural com a aquisição de NTN-Bs. Ainda, com a estrutura de *hedge* natural, essa linha tende a oscilar de acordo com a oscilação do IPCA, tendo como contrapartida a linha de juros e encargos similares.

Despesa de juros e encargos similares

A despesa de juros e encargos similares aumentou em 68,0% para R\$ 1.881.423 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 1.120.215 mil no mesmo período em 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento da taxa básica de juros, aumento do IPCA e ao aumento no saldo médio de captações. Conforme descrito acima, devido a estrutura de *hedge* natural, o aumento das despesas de captação em decorrência do IPCA tem como contrapartida a linha de receita com operações de títulos e valores mobiliários.

Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços reduziu em 11,6% para R\$ 95.848 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 108.393 mil no mesmo período em 2020. Tal redução é justificada da não consolidação, no exercício de 2021, das receitas da subsidiária Granito, que passou a ter seu resultado contabilizado via equivalência patrimonial. A Granito é adquirente com diferenciais tecnológicos voltados para meios eletrônicos de pagamento.

Resultado de participação em coligadas

O resultado de participação em coligadas atingiu R\$ 19.007 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Tal aumento é decorrente principalmente do crescimento do lucro líquido da Bmg Corretora no exercício de 2021 e reflete o resultado proporcional a participação do Banco na empresa. A Bmg Corretora atua na comercialização de seguros massificados e é responsável pelo recebimento das comissões de corretagem.

Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

O ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros aumentou em 34,7% para um ganho de R\$ 118.002 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a um ganho de R\$ 87.633 mil no mesmo período em 2020, devido a variação nos indexadores e resultado da mesa de clientes. O Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros e Recuperação de créditos baixados como prejuízo

A provisão ao valor recuperável de ativos financeiros líquida da recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 11,0% para uma despesa de R\$ 891.960 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a uma despesa de R\$ 803.243 mil no mesmo período em 2020, principalmente devido ao crescimento da carteira de crédito no período.

Despesas gerais e administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais

As despesas gerais, administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais aumentaram em 11,4% para R\$ 2.174.953 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 1.952.174 mil no mesmo período em 2020. Esse aumento nas despesas foi, principalmente, devido ao processo de modernização para transformação do Banco para um banco completo e evolução da estratégia FIGITAL. Nesse contexto, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em digitalização, qualidade e novos produtos. Com isso, o Banco investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em duas frentes estratégicas: mitigar a entrada de novas ações e projetos específicos envolvendo matéria jurídica. Atuando na causa raiz, o Banco vem evoluindo por meio de um grupo multifuncional (extrajurídico) que trata de várias iniciativas de forma a melhorar a qualidade da originação. Dentro dessa estratégia, o Banco avançou na implementação de formalizações digitalizadas que representaram 99% da originação em 2021.

Outros resultados não operacionais

Os outros resultados não operacionais aumentaram para uma receita de R\$ 65.097 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 1.046 mil no mesmo período em 2020. O resultado de 2021 foi positivamente impactado pelo resultado da diluição da participação societária do Banco na Granito.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas relacionadas a imposto de renda, CSLL, imposto de renda e CSLL diferidos e distribuição de lucros foram uma receita de R\$ 231.347 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a uma despesa de R\$ 44.474 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deveu-se principalmente pelo benefício fiscal pelo pagamento de juros sobre capital próprio que afetou ambos os exercícios sociais, porém com impacto mais evidente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 como reflexo de um payout maior.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita de juros e rendimentos similares	4.025.941	100,0%	3.512.137	100,0%	14,6%
Despesa de juros e rendimentos similares	(1.120.215)	-27,8%	(1.293.531)	-36,8%	-13,4%
Receita líquida de juros	2.905.726	72,2%	2.218.606	63,2%	31,0%
Receita de prestação de serviços	108.393	2,7%	153.745	4,4%	-29,5%
Resultado de participação em coligadas	7.174	0,2%	0	0,0%	n/a
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	87.633	2,2%	116.525	3,3%	-24,8%
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	(917.728)	-22,8%	(671.046)	-19,1%	36,8%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	114.485	2,8%	151.989	4,3%	-24,7%
Despesas gerais e administrativas	(1.376.800)	-34,2%	(1.067.938)	-30,4%	28,9%
Despesas tributárias	(163.734)	-4,1%	(133.895)	-3,8%	22,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(411.640)	-10,2%	(622.780)	-17,7%	-33,9%
Outros resultados não operacionais	1.046	0,0%	(383)	0,0%	n/a
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	354.555	8,8%	144.823	4,1%	144,8%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(30.950)	-0,8%	(66.144)	-1,9%	-53,2%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(13.524)	-0,3%	311.130	8,9%	-104,3%
Lucro líquido do exercício	310.081	7,7%	389.809	11,1%	-20,5%
Atribuível a:					
Controladora do banco	313.677		387.395		
Participação de não-controladores	(3.596)		2.414		

Lucro básico e diluído por ação	0,5336	0,7364
Lucro líquido do exercício	310.081	389.809

O lucro do Banco atingiu R\$ 310.081, uma redução de 20,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 389.809 mil no mesmo período de 2019. A redução no lucro líquido deu-se pelo fato de no exercício social de 2019 haver alguns eventos não recorrentes, como o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a revisão e aprimoramento dos critérios para passivos contingentes. No exercício social de 2020, contribuiu para o resultado, principalmente, o aumento das receitas de juros e rendimentos similares, decorrente do aumento da carteira de crédito e o menor custo dos seus passivos.

Receita de juros e rendimentos similares

A receita de juros e rendimentos similares aumentou em 14,6% para R\$ 4.025.941 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 3.512.137 mil no mesmo período em 2019. A receita de juros e rendimentos similares inclui receita de operações de crédito, líquida das despesas de comissão, e operações de títulos e valores mobiliários,. Esse aumento na receita de juros da carteira de crédito do Banco foi atribuível principalmente ao aumento da carteira de crédito, especial de cartões de crédito consignados, empréstimo pessoal e crédito pessoal.

Despesa de juros e encargos similares

A despesa de juros e encargos similares reduziu em 13,4% para R\$ 1.120.215 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 1.293.531 mil no mesmo período em 2019. Essa redução ocorreu principalmente pelo menor custo dos seus passivos, dada a melhor percepção de risco e redução da taxa básica de juros. Tal redução teria sido ainda mais latente, se não fosse pelo aumento do IPCA nos últimos meses do ano, parcialmente compensada nas linhas de Receita com operações de títulos e valores mobiliários e de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços reduziu em 29,5% para R\$ 108.393 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 153.745 mil no mesmo período em 2019. Tal redução é justificada pela não consolidação, no exercício de 2020, da receita da comissão de seguros pela subsidiária Bmg Corretora, decorrente da venda de 40% de participação da Bmg Corretora para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. No exercício de 2020, o resultado da Bmg Corretora passou a ser contabilizado via equivalência patrimonial. Além disso, houve maior receita de interchange no exercício de 2020 devido a maior volume de compras no cartão consignado.

Resultado de participação em coligadas

O resultado de participação em coligadas atingiu R\$ 7.174 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Tal resultado é decorrente do lucro da Bmg Corretora no exercício de 2020, proporcional a participação do Banco na empresa. A Bmg Corretora atua na comercialização de seguros massificados e é responsável pelo recebimento das comissões de corretagem. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 a Bmg Corretora era consolidada no resultado do Banco, portanto não havia resultado de equivalência patrimonial.

Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

O ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros reduziu em 24,8% para um ganho de R\$ 87.633 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a um ganho de R\$ 116.525 mil no mesmo período em 2019, devido a variação nos indexadores. O Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros e recuperação de créditos baixados como prejuízo

A provisão ao valor recuperável de ativos financeiros líquida da recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 54,8% para uma despesa de R\$ 803.243 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a uma despesa de R\$ 519.057 mil no mesmo período em 2019, principalmente devido aos efeitos da pandemia decorrente do vírus Covid-19 e ao crescimento da carteira de crédito no período.

Despesas gerais e administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais

As despesas gerais, administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais aumentaram em 7,0% para R\$ 1.952.174 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 1.824.613 mil no mesmo período em 2019. Esse aumento nas despesas foi, principalmente, devido ao processo de modernização para transformação do Banco e implantação da estratégia FIGITAL. Nesse contexto, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em digitalização, qualidade, retomada do empréstimo consignado e nas operações para PJ Varejo. Com isso, o Banco oxigenou seu quadro de colaboradores e investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em duas frentes estratégicas: mitigar a entrada de novas ações e projetos específicos envolvendo matéria jurídica. Atuando na causa raiz, o Banco vem evoluindo por meio de um grupo multifuncional (extrajurídico) que trata de várias iniciativas de forma a melhorar a qualidade da origem. Dentro dessa estratégia, o Banco avançou na implementação de formalizações digitalizadas que representaram 96% da origem no 4T20. Por fim, houve alguns eventos não recorrentes, em especial: reforço de marketing devido ao novo posicionamento estratégico da marca do Banco e aos custos referentes as investigações divulgadas em Fato Relevante no dia 29 de outubro de 2020.

Outros resultados não operacionais

Os outros resultados não operacionais aumentaram para uma receita de R\$ 1.046 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a uma despesa de R\$383 mil no mesmo período em 2019.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas relacionadas a imposto de renda, CSLL, imposto de renda e CSLL diferidos e distribuição de lucros foram uma despesa de R\$ 44.474 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a uma receita de R\$ 244.986 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se principalmente (i) ao aumento na alíquota de contribuição social de 15% para 20% conforme a Emenda Constitucional 103/2019 ocorrida no exercício social de 2019; e (ii) aos benefícios fiscais pelo pagamento de juros sobre capital próprio nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em R\$ mil, exceto %)	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020		
		AV		AV	AH
ATIVO					
Disponibilidades	357.619	1,0%	138.145	0,5%	158,9%
Depósitos compulsórios no Banco Central	152.121	0,4%	103.774	0,4%	46,6%
Ativos Financeiros	27.956.671	81,6%	22.782.497	80,9%	22,2%
Ao Custo Amortizado	15.796.357	46,1%	13.970.069	49,6%	12,2%
Aplicações no mercado aberto	49.998	0,1%	25.001	0,1%	100,0%
Aplicação em depósitos interfinanceiros	38.894	0,1%	25.206	0,1%	54,3%

Títulos e Valores Mobiliários	103.543	0,3%	3.313	0,0%	n/a
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	167.517	0,5%	154.227	0,5%	8,6%
Operações de crédito	15.999.893	46,7%	14.092.783	50,0%	13,5%
Provisão para perdas por não recuperação (Impairment)	(1.591.076)	-4,6%	(1.287.585)	-4,6%	23,6%
Devedores diversos	875.467	2,6%	957.125	3,4%	-8,5%
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	10.125.495	29,6%	8.437.378	30,0%	20,0%
Títulos e Valores Mobiliários	10.125.495	29,6%	8.437.378	30,0%	20,0%
Ao Valor Justo por meio do Resultado	2.034.819	5,9%	375.049	1,3%	442,5%
Instrumentos financeiros derivativos	394.715	1,2%	324.517	1,2%	21,6%
Operações de crédito	0	0,0%	0	0,0%	
Títulos e Valores Mobiliários	1.640.104	4,8%	50.532	0,2%	n/a
Investimentos	44.794	0,1%	600	0,0%	n/a
Imobilizado	82.296	0,2%	92.106	0,3%	-10,7%
Intangível	1.257.546	3,7%	1.215.701	4,3%	3,4%
Ativos Fiscais	3.349.575	9,8%	2.656.856	9,4%	26,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	72.332	0,2%	58.186	0,2%	24,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	2.862.490	8,4%	2.286.754	8,1%	25,2%
Outros impostos e contribuições a recuperar	414.753	1,2%	311.916	1,1%	33,0%
Depósitos judiciais	365.684	1,1%	392.530	1,4%	-6,8%
Ativos não correntes destinados à venda	12.314	0,0%	63.840	0,2%	-80,7%
Outros ativos	823.871	2,4%	724.791	2,6%	14,3%
Total do ativo	34.250.370	100,0%	28.166.559	100,0%	21,6%

(Em R\$ mil, exceto %)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31 de dezembro de 2021	AV	31 de dezembro de 2020	AV	AH
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	28.040.991	81,9%	21.527.471	76,4%	30,3%
Depósitos de clientes	17.211.181	50,3%	12.392.917	44,0%	38,9%
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	1.536.250	4,5%	1.904.124	6,8%	-19,3%
Obrigações por empréstimos e repasses	562.573	1,6%	768.781	2,7%	-26,8%
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	1.937.649	5,7%	3.401.239	12,1%	-43,0%
Dívidas e letras financeiras subordinadas	129.486	0,4%	133.014	0,5%	-2,7%
Operações compromissadas	5.941.967	17,3%	2.299.294	8,2%	158,4%
Outros passivos financeiros	721.885	2,1%	628.102	2,2%	14,9%
Ao Valor Justo por meio do Resultado	65.332	0,2%	109.042	0,4%	-40,1%
Instrumentos financeiros derivativos	65.332	0,2%	103.042	0,4%	-36,6%

Outros passivos financeiros	-	-	6.000	0,0%	-100,0%
Provisões	733.534	2,1%	619.515	2,2%	18,4%
Obrigações Fiscais	136.361	0,4%	83.452	0,3%	63,4%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	67.319	0,2%	22.250	0,1%	202,6%
Outros impostos e contribuições a recolher	69.042	0,2%	61.202	0,2%	12,8%
Outros passivos	1.450.252	4,2%	1.674.651	5,9%	-13,4%
Total do passivo	30.426.470	88,8%	24.014.131	85,3%	26,7%
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora	3.800.783	11,1%	4.138.408	14,7%	-8,2%
Capital social	3.742.572	10,9%	3.742.572	13,3%	0,0%
Reservas de capital	9.562	0,0%	5.680	0,0%	68,3%
Outros resultados abrangentes acumulados	(296.194)	-0,9%	7.606	0,0%	n/a
Reservas de lucros	527.944	1,5%	506.943	1,8%	4,1%
Prejuízos acumulados	(182.847)	-0,5%	(110.596)	-0,4%	65,3%
Ações em tesouraria	(254)	0,0%	(13.797)	0,0%	-98,2%
Participação dos não controladores	23.117	0,1%	14.020	0,0%	64,9%
Total do patrimônio líquido	3.823.900	11,2%	4.152.428	14,7%	-7,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	34.250.370	100,0%	28.166.559	100,0%	21,6%

Ativo

Em 31 de dezembro de 2021, o total de ativos era de R\$ 34.250.370 mil, em comparação com R\$ 28.166.559 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 6.083.811 mil, ou 21,6%, foi resultado, principalmente, do aumento (i) dos títulos e valores mobiliários, decorrente da estratégia do Banco de aumentar sua posição de caixa visando o crescimento da carteira e da posição de *hedge* natural com a aquisição de NTN-Bs; e (ii) das operações de crédito, em especial da carteira de varejo.

Passivo

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo total era R\$ 30.426.470 mil, em comparação com R\$ 24.014.131 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo total representava 88,8% em 31 de dezembro de 2021 e 85,3% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 6.412.339 mil, ou 26,7% foi resultado principalmente do aumento: (i) de depósitos a prazo para clientes; e (ii) operações compromissadas, em contrapartida a títulos públicos registrados no ativo.

Total do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 3.823.900 mil, em comparação com R\$ 4.152.428 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 11,2% em 31 de dezembro de 2021 e 14,7% em 31 de dezembro 2020. Esta redução de R\$ 328.528 mil ou 7,9%, foi resultado principalmente (i) das ações em tesouraria e do cancelamento de ações que estavam em tesouraria; (ii), efeito negativo de marcação a mercado e *hedge*; e (iii) declaração de JCP.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em R\$ mil, exceto %)	31 de dezembro de 2020	AV	31 de dezembro de 2019	AV	AH
ATIVO					
Disponibilidades	138.145	0,5%	272.936	1,4%	-49,4%
Depósitos compulsórios no Banco Central	103.774	0,4%	2.925	0,0%	3.447,8%
Ativos Financeiros	22.782.497	80,9%	14.415.931	73,7%	58,0%
Ao Custo Amortizado	13.970.069	49,6%	11.759.692	60,1%	18,8%
Aplicações no mercado aberto	25.001	0,1%	630.093	3,2%	-96,0%
Aplicação em depósitos interfinanceiros	25.206	0,1%	46.477	0,2%	-45,8%
Títulos e Valores Mobiliários	3.313	0,0%	11.316	0,1%	-70,7%
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	154.227	0,5%	86.397	0,4%	78,5%
Operações de crédito	14.092.783	50,0%	11.356.105	58,0%	24,1%
Provisão para perdas por não recuperação (<i>Impairment</i>)	(1.287.585)	-4,6%	(1.060.347)	-5,4%	21,4%
Devedores diversos	957.125	3,4%	689.651	3,5%	38,8%
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	8.437.378	30,0%	2.113.515	10,8%	299,2%
Títulos e Valores Mobiliários	8.437.378	30,0%	2.113.515	10,8%	299,2%
Ao Valor Justo por meio do Resultado	375.049	1,3%	542.724	2,8%	-30,9%
Instrumentos financeiros derivativos	324.517	1,2%	204.946	1,0%	58,3%
Operações de crédito	0	0,0%	254.723	1,3%	-100,0%
Títulos e Valores Mobiliários	50.532	0,2%	83.055	0,4%	-39,2%
Investimentos	600	0,0%	0	0,0%	n/a
Imobilizado	92.106	0,3%	141.281	0,7%	-34,8%
Intangível	1.215.701	4,3%	1.030.631	5,3%	18,0%
Ativos Fiscais	2.656.856	9,4%	2.663.301	13,6%	-0,2%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	58.186	0,2%	69.256	0,4%	-16,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	2.286.754	8,1%	2.285.762	11,7%	0,0%
Outros impostos e contribuições a recuperar	311.916	1,1%	308.283	1,6%	1,2%

Depósitos judiciais	392.530	1,4%	374.327	1,9%	4,9%
Ativos não correntes destinados à venda	63.840	0,2%	64.979	0,3%	-1,8%
Outros ativos	724.791	2,6%	607.169	3,1%	19,4%

Total do ativo	28.166.559	100,0%	19.573.480	100,0%	43,9%
-----------------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	--------------

(Em R\$ mil, exceto %)	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019		
		AV		AV	AH
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	21.527.471	76,4%	13.520.136	69,1%	59,2%
Depósitos de clientes	12.392.917	44,0%	10.169.228	52,0%	21,9%
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	1.904.124	6,8%	505.589	2,6%	276,6%
Obrigações por empréstimos e repasses	768.781	2,7%	712.225	3,6%	7,9%
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	3.401.239	12,1%	667.446	3,4%	409,6%
Dívidas e letras financeiras subordinadas	133.014	0,5%	850.685	4,3%	-84,4%
Operações compromissadas	2.299.294	8,2%	0	0,0%	n/a
Outros passivos financeiros	628.102	2,2%	614.963	3,1%	2,1%
Ao Valor Justo por meio do Resultado	109.042	0,4%	130.857	0,7%	-16,7%
Instrumentos financeiros derivativos	103.042	0,4%	130.857	0,7%	-21,3%
Outros passivos financeiros	6.000	0,0%	0	0,0%	n/a
Provisões	619.515	2,2%	618.925	3,2%	0,1%
Obrigações Fiscais	83.452	0,3%	84.323	0,4%	-1,0%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22.250	0,1%	40.186	0,2%	-44,6%
Outros impostos e contribuições a recolher	61.202	0,2%	44.137	0,2%	38,7%
Outros passivos	1.674.651	5,9%	1.149.891	5,9%	45,6%
Total do passivo	24.014.131	85,3%	15.504.132	79,2%	54,9%
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora	4.138.408	14,7%	4.053.829	20,7%	2,1%
Capital social	3.742.572	13,3%	3.742.572	19,1%	0,0%
Reservas de capital	5.680	0,0%	0	0,0%	n/a
Outros resultados abrangentes acumulados	7.606	0,0%	24.599	0,1%	-69,1%
Reservas de lucros	506.943	1,8%	605.931	3,1%	-16,3%
Prejuízos acumulados	(110.596)	-0,4%	(319.273)	-1,6%	-65,4%
Ações em tesouraria	(13.797)	0,0%	-	-	n/a
Participação dos não controladores	14.020	0,0%	15.519	0,1%	-9,7%
Total do patrimônio líquido	4.152.428	14,7%	4.069.348	20,8%	2,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	28.166.559	100,0%	19.573.480	100,0%	43,9%

Ativo

Em 31 de dezembro de 2020, o total de ativos era de R\$ 28.166.559 mil, em comparação com R\$ 19.573.480 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 8.593.079 mil, ou 43,9%, foi resultado, principalmente, do aumento (i) dos títulos e valores mobiliários, decorrente da estratégia do Banco de aumentar sua posição de caixa visando o crescimento da carteira e da posição de *hedge* natural com a aquisição de NTN-Bs e devido a securitização para emissão de debêntures (que foi inicialmente absorvida pelo Banco de forma integral); e (ii) das operações de crédito, em especial da carteira de varejo.

Passivo

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo total era R\$ 24.014.131 mil, em comparação com R\$ 15.504.132 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo total representava 85,3% em 31 de dezembro de 2020 e 79,2% em 31 de dezembro 2019. Este aumento de R\$ 8.509.999 mil, ou 54,9% foi resultado principalmente do aumento: (i) de depósitos, em especial Depósitos a Prazo com Garantia Especial (NDGPE) e CDB para de clientes; (ii) operações compromissadas, em contrapartida a títulos públicos registrados no ativo; e (iii) obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras, devido a emissão de Letras Financeiras Garantidas (LFG).

Total do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 4.152.428 mil, em comparação com R\$ 4.069.348 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 14,7% em 31 de dezembro de 2020 e 20,8% em 31 de dezembro 2019. Este aumento de R\$ 83.080 mil ou 2,0%, foi resultado principalmente da redução dos prejuízos acumulados em decorrência do lucro líquido no período, menos declaração de juros sobre capital próprio e cancelamento de ações em tesouraria.

FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO

A tabela a seguir apresenta as principais variações na saída de caixa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, conforme indicado abaixo:

(Em R\$ mil)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades Operacionais	507.891	537.782	(62.208)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades de Investimento	(145.490)	(105.438)	(82.077)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	(106.890)	(1.139.043)	176.017
Aumento (redução) líquido no caixa	255.511	(706.699)	(31.732)

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 507.891 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 537.782 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 29.891 mil ou -5,6% é justificada principalmente pela variação em TVMs pelo valor justo de outros resultados abrangentes ativos e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, neutralizados pela variação em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado e passivos e provisões.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 145.490 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado a um fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento de R\$ 105.438 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação negativa de R\$ 40.052 mil, ou 38,0%, é justificada principalmente pela aquisição de intangível.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 106.890 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ 1.139.043 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação negativa de R\$ 1.032.153 mil ou -90,6% é justificada principalmente pela liquidação de dívidas subordinadas em 2020 que não se repete em 2021.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 537.782 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao caixa aplicado nas atividades operacionais de R\$ 62.208 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 599.990 mil é justificada principalmente pela variação em ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, parcialmente neutralizados pelo aumento em títulos e valores mobiliários.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 105.438 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a um fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento de R\$ 82.077 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação negativa de R\$ 23.361 mil, ou 28,5%, é justificada principalmente pela aquisição de intangível.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.139.043 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R\$ 176.017 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação negativa de R\$ 1.315.060 mil é justificada pelo aumento da capital ocorrido em 2019 decorrente dos recursos primários do IPO, que não se repete em 2020.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas financeiras do Banco são compostas pelas receitas de juros e rendimentos similares e receitas de prestação de serviços.

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as receitas de juros e rendimentos similares eram oriundas principalmente das operações de cartão de crédito consignado, empréstimo consignado e das operações de crédito pessoal, já líquidas das despesas de comissão e dos resultados com títulos e valores mobiliários (TVM). As receitas de operações de crédito estão diretamente vinculadas às taxas de juros cobradas sobre tais operações e na variação da demanda por crédito. As receitas de TVM estão diretamente vinculadas à taxa de juros e inflação no Brasil.

As receitas de prestação de serviços referem-se principalmente a tarifas bancárias cobradas dos clientes, *interchange fee* recebido da bandeira dos cartões de crédito devido a compras e comissão pela venda de produtos de parceiros nos canais do Banco.

Com base nas demonstrações financeiras em IFRS, a tabela abaixo apresenta os principais componentes da receita para os períodos/exercícios informados:

(em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receita de juros e rendimentos similares	4.591.196	4.025.941	3.512.137
Receitas de prestação de serviços	95.848	108.393	153.745
Total das receitas	4.687.044	4.134.334	3.665.882

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os resultados operacionais do Banco são substancialmente oriundos da carteira de cartão de crédito consignado, empréstimo consignado e crédito pessoal, variáveis macroeconômicas, tais como inflação e flutuações nas taxas de juros impactam diretamente a sua demanda por crédito e a sua capacidade de captação, indicados no item 10.2 (c) abaixo.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em setembro 2015, com a criação da margem exclusiva de 5% para o cartão de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais, o Banco passou a incentivar a oferta do seu cartão de crédito consignado a tais públicos.

Com isso, a carteira de cartão de crédito consignado cresceu significativamente nos últimos anos, resultando em maiores receitas de crédito. Adicionalmente, em 2016, o Banco lançou o Crédito na Conta, produto que apesar de pouco significativo na carteira de crédito, contribui de forma importante para a geração de receitas. No terceiro trimestre de 2019, o Banco retomou sua atuação no segmento de empréstimo consignado, do qual já foi líder, inicialmente por meio de uma parceria com uma companhia securitizadora com a qual realizou cessões sem retenção substancial de riscos e benefícios até o final de 2020. Visando diversificar seu portfólio de produtos, o Banco lançou em agosto de 2021 a antecipação do saque-aniversário do FGTS.

As receitas de prestação de serviços reduziram em especial pela não consolidação, no exercício de 2021, das receitas da subsidiária Granito, que passou a ter seu resultado contabilizado via equivalência patrimonial. A Granito é adquirente com diferenciais tecnológicos voltados para meios eletrônicos de pagamento.

As receitas de títulos e valores mobiliários aumentou em 2021 devido ao maior volume de títulos públicos e ao aumento na taxa de juros e inflação no Brasil.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os resultados operacionais do Banco são oriundos principalmente da concessão de operações de crédito pessoal e de cartão de crédito consignado, sendo que as seguintes variáveis macroeconômicas podem impactar seus resultados:

- **Taxa de Juros:** um aumento nas taxas de juros eleva também o custo médio da captação pós-fixada do Banco, atrelada ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Em um cenário de queda da taxa de juros ocorre o oposto: há uma queda no custo de captação, dado que reduz o custo de captação da parcela pós-fixada da carteira.
- **Inflação:** a inflação também é um elemento de efeito direto e indireto sobre a captação, com seu efeito na taxa de juros sendo o mais impactante no que se refere a captação. Diretamente, pois parte do saldo de captação do Banco é pós-fixado atrelado ao IPCA - Índice de Preços ao Consumidor. Indiretamente, pois o principal instrumento de política monetária à disposição do Banco Central do Brasil para mitigar pressões inflacionárias é a taxa de juros. Quando há um aumento generalizado de preços, aumentos na taxa de juros são realizados no intuito de conter a espiral de preços, pois elevam o custo do



dinheiro ao longo do tempo. Por outro lado, quando a inflação está ancorada em níveis confortáveis o Banco Central do Brasil tem espaço para cortar a taxa de juros, reduzindo tal custo.

Importante destacar que esses impactos são mitigados através de operações de proteção de balanço (*hedge*) e na gestão da precificação no momento da originação dos ativos.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alteração relevante a ser citada.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição da Capemisa Seguradora de Ramos Elementares S.A.

Em 24 de fevereiro de 2016, o Banco celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., adquirindo a totalidade das ações da Capemisa Seguradora de Ramos Elementares S.A., por do Bmg Participações em Negócios Ltda.

Cisão Parcial do BCV – Banco de Crédito e Varejo S.A.

Em 31 de março de 2016, parcela correspondente ao montante de R\$1.000.000.000,00 do patrimônio do BCV – Banco de Crédito e Varejo S.A. foi vertida para o patrimônio do Banco, no contexto de um processo de racionalização e simplificação da estrutura societária do grupo do Banco.

Alienação de Ações do Itaú Bmg Consignado S.A.

Em dezembro de 2016, após a obtenção das autorizações regulatórias necessárias e o cumprimento de condições, o Banco alienou ao Banco Itaú S.A. a totalidade da sua participação no Itaú Bmg Consignado S.A., correspondente a 40% do capital social total do Itaú Bmg Consignado S.A. O valor pago pelo Banco Itaú S.A. foi de R\$ 1,46 bilhão.

Aquisição do Bmg Participações em Negócios Ltda., antiga L.A.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

Em 20 de maio de 2016, o Banco e o BCV – Banco de Crédito e Varejo S.A. adquiriram a totalidade das quotas do Bmg Participações em Negócios Ltda.

Joint Venture com a Generali Brasil Seguros S.A.

Em 28 de setembro de 2016, o Banco e a Generali Brasil Seguros S.A. firmaram um contrato para a distribuição, comercialização, promoção e divulgação dos produtos da Generali Brasil Seguros S.A. pelo Banco.

Aquisição da Help Franchising Participações Ltda.

Em 9 de março de 2018, o Banco adquiriu da totalidade das quotas da Help Franchising Participações Ltda., através do Banco e de sua subsidiária CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.

Aquisição da Granito Instituição de Pagamento S.A.

Em 28 de agosto de 2018, o Banco tornou-se titular e proprietário de ações da Granito Instituição de Pagamentos S.A. (“Granito”), correspondentes a 65,01% de seu capital social. Ainda, em 11 de agosto de 2020, o Banco aumentou sua participação no capital social da Granito para 75% com o desembolso realizado de R\$ 15.000 mil no exercício de 2018, conforme evidenciado na nota explicativa 4.10 de “Combinação de negócios” das demonstrações financeiras em IFRS.

Em 05 de março de 2021, o Banco adquiriu mais 6,81% do capital social da Granito e, simultaneamente, o Banco Inter S.A. (“Inter”) subscreveu de ações ordinárias de emissão da Granito, com correspondente diluição do Banco. Dessa forma, o Banco e o Inter passaram a ser proprietários, cada um, de 45% do capital social da Granito. No âmbito da referida operação, também foi celebrado, dentre outros documentos, um Acordo Operacional entre o Banco, o Inter e a Granito, contando com a interveniência anuência dos demais acionistas da Granito, com o objetivo de estabelecer termos e condições para a oferta e disponibilização de produtos e serviços pela Granito.

Os valores envolvidos na operação de 05 de março de 2021, foram divulgados nas demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2021, gerando um ganho de R\$ 18 milhões, líquido de impostos.

As operações envolvendo a Granito visam ampliar a oferta de produtos de captura e tem potencial para alavancar as vendas no Banco Digital do Bmg.

Alienação de parte da Bmg Seguros S.A.

Em 22 de abril de 2020, o Banco, através da sua subsidiária Bmg Participações em Negócios Ltda. (“Bmg Participações em Negócios”), alienou 30% (trinta por cento) do capital social da Bmg Seguros S.A. (“Bmg Seguros”) para a Assicurazioni Generali S.P.A. (“Generali”). A Bmg Participações em Negócios permanece com participação de 70% do capital social da Bmg Seguros. A operação estreitou ainda mais o relacionamento entre Banco e Generali, já parceiros em um acordo de distribuição de produtos de seguro no ramo de varejo desde 2016, passando agora a abranger o segmento *corporate*.

O valor envolvido na alienação foi de R\$54.000 mil, equivalente a um ganho de R\$26.448 mil, líquido de impostos, conforme nota explicativa 4.10 de “Combinação de negócios”, registrado,

no exercício de 2019, no patrimônio líquido em “outros resultados abrangentes” como venda de participação em controlada sem perda de controle.

Alienação de parte da CMG Corretora de Seguros Ltda.

Em 03 de novembro de 2020 o Banco, através de sua subsidiária CBfácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. (“CBfácil”), alienou quotas representativas de 40% do capital social da CMG Corretora de Seguros Ltda. (“Bmg Corretora de Seguros”) para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz”) e, ainda, outorgou à Wiz uma opção de compra para aquisição adicional de quotas representativas de 9% do capital social da Bmg Corretora de Seguros, a ser exercida em 2024, a depender do atingimento de determinadas metas pela Bmg Corretora de Seguros. No âmbito da referida operação, também foi celebrado, dentre outros documentos, um acordo operacional entre a Bmg Corretora de Seguros e o Banco, a fim de assegurar à Bmg Corretora de Seguros o direito de comercializar com exclusividade, na rede de distribuição controlada pelo Banco, produtos e serviços de seguridade, incluindo seguros, consórcio, capitalização e previdência privada pelo prazo de 20 anos.

O valor envolvido na alienação foi de R\$44.042 mil (equivalente a R\$ 29.068 mil líquido de impostos), reconhecido no resultado do exercício de 2020 conforme nota explicativa 24 (e) de “Outras receitas e despesas operacionais”.

A operação visa a oferta de produtos de seguridade e tem potencial para alavancar as vendas de seguros já comercializados pela Bmg Corretora de Seguros, além de agregar novos produtos e tecnologia para atendimento às necessidades de nossos clientes e canais de relacionamento do Banco.

Aquisição da Raro Recrutamento em TI Ltda.

Em 18 de dezembro de 2020, o Banco adquiriu, por meio de sua subsidiária CBfácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. (“CBfácil”), quotas da Raro Recrutamento em TI Ltda. (“RaroLabs”), representativas de 30% do seu capital social e, ainda, recebeu uma opção de compra para aumentar sua participação para 75%, que pode ser exercida até o 3º aniversário do fechamento da operação.

O preço de aquisição no total de R\$ 3.529 mil foi pago no dia 1º de fevereiro de 2021, portanto sem efeito sobre o resultado de 2020, conforme nota explicativa 4.10 de “Combinação de negócios”.

A RaroLabs é especializada no desenvolvimento e manutenção de softwares customizados e soluções inovadoras. A operação trará inovações tecnológicas para o Banco, permitindo uma aceleração no desenvolvimento dos projetos de transformação digital e novas oportunidades de negócio.

Aquisição de participação societária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda.

Em 02 de Julho de 2021 o Banco Bmg celebrou acordo de investimento para aquisição de 50% da AF Controle S.A., holding que detém a participação societária da Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de assessoria de investimento independentes no Brasil, com o objetivo de trazer competência dedicada para o Bmg ampliar a oferta de produtos e serviços para acelerar o crescimento dos negócios de Atacado e criar o segmentos de gestão de recursos, com alta proposta de valor para atrair novos clientes para o banco digital, ampliando assim as fontes de captação. O montante total envolvido é de, aproximadamente, R\$150.000 mil, composto por uma parcela fixa de R\$85.000 mil e por um potencial valor variável, estimado em R\$65.000 mil. A conclusão da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2022.

Para maiores informações sobre as operações acima, vide item 15.7 do Formulário de Referência.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação ao Banco ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

O Banco adotou a IFRS 16 pelo método de transição retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2019, utilizando-se os seguintes critérios:

- taxa de desconto, considerando uma carteira de contratos; e
- cálculo do passivo de arrendamento e do Ativo de Direito de Uso pelo valor presente dos pagamentos remanescentes.

O IFRS 16 – Arrendamentos substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27), tendo eliminado a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos Financeiros) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis em IFRS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

(i) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test). Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

(ii) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda. Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

O Banco designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com relação à adoção do IFRS 16 ocorrida em 2019, o Banco destaca que, apesar das mudanças de práticas destacadas na alínea “a” deste item, não ocorreram efeitos significativos em suas práticas contábeis em virtude de tais mudanças.

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis em IFRS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, não ocorreram ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores independentes.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras do Banco envolve determinados julgamentos, estimativas e adoção de premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Abaixo são apresentadas as políticas contábeis relevantes que atualmente afetam a condição financeira e os resultados de operações do Banco.

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o ágio, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20% para as instituições bancárias e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (vale observar que a Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL” para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, passando para 20% a partir de janeiro 2022).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Os ativos e passivos detidos pelo Banco, direta ou indiretamente, considerados *off-balance sheet*, estão evidenciados na nota explicativa 4.1.1, que faz parte das Demonstrações Financeiras do Banco em IFRS.

Abaixo estão demonstrados os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

(Reais mil)	Exercício social (31.12.2021)	Exercício social (31.12.2020)	Exercício social (31.12.2019)
Avais e Fianças	254.584	274.445	330.687
Créditos a liberar	5.949.839	5.035.887	3.859.398
Total	6.204.423	5.310.332	4.190.085

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais do Banco em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais o Banco mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados em seus balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais do Banco em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais do Banco em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais do Banco em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A tabela abaixo contempla os valores anuais investidos pelo Banco no suporte de sua operação e na melhoria contínua de seus sistemas. Com o crescimento, em 2019 o Banco investiu R\$ 119 milhões (crescimento de 29% comparado com o ano anterior) e, em 2020, o Banco investiu R\$ 175 milhões, (crescimento de 47% comparado com o ano anterior), e em 2021 o Banco investiu 217 milhões (crescimento de 20% comparado com o ano anterior).

Ano	Valor em Milhões de R\$
2019	119
2020	175
2021	217

O Banco prioriza o investimento em dois segmentos:

Inovação. O Banco incorpora em seus sistemas funcionalidades que o diferenciam dos concorrentes por meio da utilização de tecnologia inovadora e disruptiva. A experiência e conhecimento do Banco foram construídos a partir da constante pesquisa interna, além do desenvolvimento de associações com Fintechs (como exemplo nossas parcerias com a Bossa Nova e BMGUpTech). No ano de 2021 permanecemos com foco em inovação, investindo nos projetos abaixo:

- Reconhecimento Biométrico: visando mitigar fraudes nos sistemas de originação de crédito, o Banco se utiliza de recursos biométricos, fotografias e digitais dos clientes. A utilização de tais recursos permite a comparação das informações fornecidas pelos clientes, com informações das bases internas do Banco e de bases externas. Em 2019, foi feito um investimento de R\$ 4,4 milhões para comparação biométrica com a base de dados do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito). No final do ano de 2019 o Banco terminou a implantação do projeto de biometria de voz no call center, visando mitigar ainda mais eventuais fraudes nos sistemas. Em 2020, devido a pandemia, o Banco investiu fortemente no processo biométrico de reconhecimento do cliente como forma de formalização remota do contrato, totalizando R\$ 8,7 milhões, seguindo em 2021 com investimento de R\$ 9,6 milhões neste segmento;

- Inteligência Artificial e Robôs: buscando a redução de custo nos processos do Banco, bem como a inovação de suas plataformas, são utilizados Chatbots no atendimento aos clientes. Adicionalmente, foi desenvolvido o *avatar* DUDA, que se utiliza do reconhecimento de voz e inteligência artificial para ajudar os clientes do Banco na utilização de banco digital. Em 2019 o Banco utilizou a ferramenta WhatsApp para atendimento de clientes utilizando a inteligência de robôs para substituir o humano no atendimento aos clientes. Em 2020 este canal cresceu fortemente e o Banco iniciou também o processo de venda por robôs, interagindo diretamente com o cliente e investindo R\$ 2,0 milhões. Em 2021, o Banco investiu R\$10,6 milhões em inteligência artificial, destacando-se, nesse contexto, a celebração de instrumento contratual pela CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda, com a intenção de adquirir participação societária da O2OBOOTS Inteligência Artificial Ltda., uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros.
- Banco Digital: o desenvolvimento do Banco Digital, garante agilidade e segurança no atendimento aos clientes. O Banco adota o conceito FIGITAL, no qual o canal digital atua em complementariedade ao canal físico. O modelo FIGITAL permite que o cliente inicie a contratação de um produto em um canal físico e a conclua no canal digital. Em 2019 o Banco desenvolveu parcerias por meio de *white label* do banco digital com clubes de futebol. Em 2019, foram investidos R\$ 32,2 milhões, distribuídos no projeto do Aplicativo do Banco Digital, parcerias com times de futebol e o aplicativo de originação de proposta para o correspondente bancário. Ainda, em 2020 o Banco lançou seu banco digital para o público PJ. Em 2020, foram investidos R\$ 54,7 milhões no Banco Digital e, em 2021, foram investidos R\$ 57 milhões.
- Trabalho remoto/híbrido: o Banco utiliza o software Office 365, bem como o Citrix, o que garante ao colaborador do Banco acesso remoto ao sistema. Em 2020, o Banco efetuou a utilização de desktop virtualizados para o trabalho remoto de todos os seus funcionários e em 2021 seguimos investindo nesse novo modelo fazendo a aquisição de notebooks para facilitar a mobilidade dos nossos colaboradores.
- Big Data: o volume de dados de todas as tecnologias e novos negócios do Banco tem crescido de forma exponencial, criando novas oportunidades de análise para apoiar as decisões e automações de negócios. O Banco tem investido nas tecnologias de Big Data para habilitar estas funções. Em 2021 investimos R\$ 4 milhões.
- Governança de TI: a administração de todos os componentes tecnológicos exige uma governança adaptada à nova realidade de desenvolvimento, nas quais estão inseridas práticas de DevOps (conjunto de práticas para integração entre as equipes de desenvolvimento de softwares, operações de TI e de apoio envolvidas e a adoção de

processos automatizados para produção rápida e segura de aplicações e serviços) e metodologia Agile/ Scrum (metodologia utilizada para gerenciamento dinâmico de projetos, com o objetivo de garantir consistência entre a tecnologia requerida e a tecnologia efetivamente desenvolvida pelas equipes de tecnologia da informação). O Banco está conduzindo iniciativas nestas frentes, diminuindo o tempo nos ciclos de implementação para atendimento mais rápido às necessidades de negócios no mundo digital.

Melhoria Contínua. O Banco investe constantemente em seus produtos, de forma a apresentar aos seus clientes um diferencial no atendimento, sempre com foco na estratégia FIGITAL e na cultura do Banco de centralidade no cliente. Neste sentido, destacam-se abaixo os principais investimentos realizados:

- Produtos de Crédito: o Banco investe continuamente no desenvolvimento de plataformas e sistemas para melhorias no processo de concessão de crédito, como por exemplo, na mesa de crédito e formalização digitalizada de contratos. Na segunda metade de 2019, visando a oferta completa de produtos aos seus clientes, o Banco retomou o empréstimo consignado. Em agosto de 2021 lançamos o produto de antecipação do saque aniversário do FGTS. Dessa forma, em 2021 foram investidos cerca de R\$ 33 milhões.
- Processos Bancários (Core Banking): em 2020 o Banco investiu o valor de R\$ 24,3 milhões em melhorias para operação independente do canal de entrada, tais como cobrança, recebimento bancário, suporte de conta corrente e call center. Em 2021 foram investidos R\$ 20 milhões.
- Infraestrutura e Segurança: infraestrutura e segurança são pilares do Banco. Desta forma, o Banco investe continuamente em seus sistemas para garantir a alta disponibilidade e contingência, sendo o indicador de disponibilidade dos sistemas do Banco superior a 99.5%. No plano de modernização da infraestrutura, destaca-se as atividades de SDx (Software-Defined Anything) bem como a de nuvem híbrida (Hybrid Cloud). Na área de segurança, regularmente são realizados “pen-tests” que verificam a vulnerabilidade dos sistemas de forma a corrigir eventuais erros e garantir o ambiente mais seguro para os clientes do Banco. Em 2019, foram investidos R\$ 23,9 milhões em infraestrutura e segurança. Em 2020, o Banco investiu o valor de R\$ 46,4 milhões, centralizados em (i) aquisição de notebooks para funcionários visando atender a demanda de *home office*; (ii) segurança de informação, para fortalecer o processo de prevenção a fraude por conta do crescimento do Banco Digital; e (iii) investimento no parque tecnológico de TI para atender o crescimento da quantidade de clientes. Em 2021 foram investido R\$ 84 milhões, sendo R\$ 68 milhões em infraestrutura e R\$ 16 milhões em segurança.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A fonte dos recursos investidos nas soluções de tecnologia é resultado da geração de caixa em razão do exercício regular das atividades do Banco.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data do Formulário de Referência, o Banco não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente as operações do Banco.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As pesquisas em andamento já divulgadas são mencionadas no item 10.8 (a), acima.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços são mencionados no item 10.8 (a), acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimentos já divulgados são mencionados no item 10.8 (a), acima.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos nos desenvolvimentos de novos produtos ou serviços são mencionados no item 10.8 (a), acima.

10.9 – outros fatores com influência relevante

Por sermos uma instituição financeira, seguimos a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para preparação das demonstrações financeiras. Dessa forma, além das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, elaboramos demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Apresentamos a seguir informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 do Banco, elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil divergem em certos aspectos das práticas contábeis adotadas no Brasil (“Princípios Contábeis Brasileiros”), das IFRSs emitidas pelo IASB.

Todas as informações apresentadas neste item 10.9 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM AS NORMAS EMITIDAS PELO BANCO CENTRAL E IFRSs EMITIDAS PELO IASB

As normas da CVM diferem de maneira relevante em vários aspectos em relação às normas do Banco Central do Brasil, inclusive quanto às práticas contábeis adotadas na preparação de informações financeiras. De acordo com as normas da CVM, são adotadas as IFRSs emitidas pelo IASB e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que as instituições financeiras seguem as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN GAAP).

Abaixo, apresentamos as principais diferenças entre a adoção do BACEN GAAP e as IFRSs emitidas pelo IASB nas demonstrações financeiras do Banco:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa considera a expectativa de recebimento dos recursos de acordo a classificação de riscos dos clientes e considerada os dias em atraso das operações.

A norma internacional comparativa é o IFRS 9, vigente a partir de 01 de janeiro de 2018, na qual as provisões são baseadas nas perdas esperadas.

O ajuste divulgado refere-se a despesa maior de provisão para as perdas nas operações de crédito na Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB.

Diferimento de comissão

Nas normas internacionais, as comissões pagas por originação de operações de crédito são amortizadas linearmente pelo prazo de cada operação, ou de forma imediata quando ocorre baixa da operação de crédito.

O ajuste divulgado refere-se à constituição da despesa antecipada à época da Circular BACEN nº 3.738/14.

Amortização do ágio de aquisição

Os ativos intangíveis, no BACEN GAAP, são diferidos de acordo com a expectativa de realização destes. Na norma internacional, IFRS 3 – *Business Combination*, não há previsão de amortização do ágio. Contudo, o valor recuperável deve ser avaliado anualmente, ou quando existir indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável.

O ajuste divulgado refere-se ao estorno no resultado, na Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, da despesa de amortização do ágio da aquisição dos Bancos BCV e CIFRA.

IFRS 16 – Arrendamento Mercantil

O Grupo adotou a IFRS 16 pelo método de transição retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2019, utilizando-se os seguintes critérios:

- taxa de desconto, considerando uma carteira de contratos;
- cálculo do passivo de arrendamento e do Ativo de Direito de Uso pelo valor presente dos pagamentos remanescentes.

O IFRS 16 – elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos Financeiros) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

A norma internacional, IAS 12 – *Income Taxes*, requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidas para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido não qualificado como combinação de negócios e que na data da transação não afetem o resultado e o lucro/perda para fins fiscais.

Considerando os pontos acima mencionados, apresentamos abaixo a reconciliação entre as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB:

	Em R\$ milhões	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	
	Patrimônio Líquido	Resultado
BACEN GAAP	3.862,9	241,9
Ajustes de IFRS		
Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa	(740,3)	(172,7)
Diferimento de comissão		(55,1)
Tributos diferidos	(321,3)	59,1
Amortização do ágio de aquisição	999,5	95,1
Outros	23,1	3,9
IFRS	3.823,9	172,2

	Em R\$ milhões	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	
	Patrimônio Líquido	Resultado
BACEN GAAP	4.128,2	329,0
Ajustes de IFRS		
Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa	(567,6)	(99,0)
Diferimento de comissão	55,0	(64,6)
Valor justo da carteira para cessão		(9,2)
Tributos diferidos	(380,5)	12,6
Amortização do ágio de aquisição	904,4	147
Outros	13,0	(5,7)
IFRS	4.152,5	310,1

	Em R\$ milhões	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	
	Patrimônio Líquido	Resultado
BACEN GAAP	4.028,3	367,5
Ajustes de IFRS		
Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa – Adoção IFRS 9	(467,8)	(468,6)
Diferimento de comissão	82,8	119,6
Tributos diferidos	(298,7)	(393,0)

Amortização do ágio de aquisição	684,2	757,3
Valor justo da carteira para cessão		9,2
Venda de participação em controlada sem perda de controle		
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	(7,3)	1
Outros		
	25,5	19,9
IFRS	4.053,8	387,4

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DERIVADAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM BACEN GAAP

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desempenho Financeiro

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro líquido	241,9	329,0	367,5
Lucro líquido recorrente⁽¹⁾	271,3	381,0	343,8
Retorno sobre patrimônio líquido médio - %⁽¹⁾	6,0%	8,1%	12,4%
Retorno sobre patrimônio líquido médio recorrente - %⁽¹⁾	6,8%	9,7%	12,5%
Retorno sobre ativo médio - %⁽¹⁾	0,8%	1,4%	2,1%
Margem financeira líquida - %⁽¹⁾	17,9%	22,9%	22,5%
Índice de eficiência operacional⁽¹⁾	64,1%	54,2%	54,3%
Ativo Total	34.398,5	28.233,7	18.910,6
Carteira de crédito total	15.967,4	14.006,3	11.454,5
Patrimônio líquido	3.862,9	4.128,2	4.028,3
Captação⁽²⁾	21.469,9	19.080,8	12.409,4

(1) Os itens acima estão definidos na seção “3.9 – Medições não contábeis” do Formulário de Referência.

(2) A composição do saldo de captação está demonstrada no item “10.9 (b) - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas”.

Em 31 de dezembro de 2021 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido do Banco alcançou R\$241,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, apresentando uma redução de 26,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A redução no lucro líquido deu-se principalmente pela compressão na margem financeira, inicialmente pela redução na taxa média da carteira devido ao mix de produtos, e no segundo semestre intensificada pelo aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros.

Excluindo os efeitos do ágio, da diluição da participação societária do Banco na Granito e outros ajustes, o lucro líquido recorrente do Banco atingiu R\$ 271,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, redução de 28,8% em relação ao mesmo período de 2020.

A margem financeira líquida atingiu 17,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, uma redução de 5,0 pontos percentuais em relação a margem financeira líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, reflexo da compressão de margem citada acima e do aumento dos ativos geradores de receita.

O índice de eficiência operacional atingiu 64,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 9,9 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, devido a compressão da margem financeira citada acima e a manutenção dos investimentos em linha com a transformação de um banco de nicho para um banco completo.

O patrimônio líquido do Banco era R\$3.862,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 4.128,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 6,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Já o retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente, que não considera os efeitos do ágio da diluição da participação societária do Banco na Granito e outros ajustes, atingiu 6,8% no exercício de 2021.

O ativo totalizava R\$34.398,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$28.233,7 milhões em 31 de dezembro de 2020), aumento decorrente, principalmente, do crescimento da carteira de crédito e dos títulos e valores mobiliários. O retorno sobre o ativo médio atingiu 0,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$15.967,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$14.006,3 milhões em 31 de dezembro de 2020), tendo como destaque o crescimento da carteira de crédito pessoal, em especial com o lançamento do produto de antecipação do FGTS; e também as operações de antecipação de recebíveis das bandeiras dentro de PJ Varejo.

O saldo de captação era de R\$21.469,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$19.080,8 milhões em 31 de dezembro de 2020). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pelo aumento de depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2020 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido do Banco alcançou R\$329,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma redução de 10,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A redução no lucro líquido deu-se pelo fato de no exercício social de 2019 ter havido alguns eventos não recorrentes, como o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que gerou um impacto positivo no montante de R\$ 276 milhões e a revisão e aprimoramento dos critérios para passivos contingentes que gerou um impacto negativo no montante de R\$ 192 milhões líquido de impostos. No exercício social de 2020, contribuiu para o resultado o aumento da margem financeira no período, reflexo do crescimento da carteira de

crédito e o menor custo dos seus passivos. Ainda, no exercício social de 2020 houve o evento não recorrente referente a venda de 40% da Bmg Corretora de Seguros, gerando um resultado de R\$ 29,0 milhões líquido de impostos.

Excluindo os efeitos do ágio e da venda de 40% da Bmg Corretora de Seguros, o lucro líquido recorrente do Banco atingiu R\$ 381,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, aumento de 10,8% em relação ao mesmo período de 2019.

A margem financeira líquida atingiu 22,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 0,4 ponto percentual em relação a margem financeira líquida exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, reflexo do menor custo de captação, parcialmente neutralizado: (i) pelo aumento da posição de caixa total do Banco que possui uma rentabilidade menor quando comparada com a carteira de crédito; (ii) pela queda da taxa máxima de juros do cartão de crédito consignado que passou a afetar a carteira a partir de abril de 2020; e (iii) pelo aumento da participação do empréstimo consignado na carteira total do Banco.

O índice de eficiência operacional atingiu 54,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, redução de 0,1 ponto percentual quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, devido a gestão de custos do Banco, como a visão holística dos processos, alinhamento de incentivos e automação de processos.

O patrimônio líquido do Banco era R\$4.128,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 4.028,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 8,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Já o retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente, que não considera os efeitos do ágio e da venda de 40% da Bmg Corretora, atingiu 9,7% no exercício de 2020.

O ativo totalizava R\$28.233,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$18.910,6 milhões em 31 de dezembro de 2019), aumento decorrente, principalmente, do crescimento da carteira de crédito e dos títulos e valores mobiliários. O retorno sobre o ativo médio atingiu 1,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$14.006,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$11.454,5 milhões em 31 de dezembro de 2019), tendo como destaque o crescimento do empréstimo consignado e o crédito pessoal.

O saldo de captação era de R\$19.080,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$12.409,4 milhões em 31 de dezembro de 2019). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pela captação via Letra Financeira Garantida (LFG), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (NDPGE) e securitização para emissão de debênture.

Em 31 de dezembro de 2019 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido do Banco alcançou R\$367,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 115,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O aumento no lucro líquido deu-se principalmente pelo aumento da margem financeira no período, reflexo da redistribuição da carteira, que vem ocorrendo nos últimos anos, focando em cartão de crédito consignado e crédito pessoal. Assim como o menor custo dos seus passivos, dado a estratégia de pulverizar a captação para investidores pessoa física. Ainda, no exercício social de 2019 houve alguns eventos não recorrentes, como o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que gerou um impacto positivo no montante de R\$ 276 milhões e a revisão e aprimoramento dos critérios para passivos contingentes que gerou um impacto negativo no montante de R\$ 192 milhões líquido de impostos.

A margem financeira líquida atingiu 22,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 3,5 pontos percentuais em relação a margem financeira líquida exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, reflexo da redistribuição da carteira, que vem ocorrendo nos últimos anos, focando em cartão de crédito consignado e crédito pessoal.

O índice de eficiência operacional atingiu 54,3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 2,2 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, devido ao investimento na modernização do Banco em linha com a implantação da estratégia FIGITAL (físico + digital).

O patrimônio líquido do Banco era R\$4.028,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.640,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 12,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

O ativo totalizava R\$18.910,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$16.937,5 milhões em 31 de dezembro de 2018), aumento decorrente, principalmente, do crescimento da carteira de crédito. O retorno sobre o ativo médio atingiu 2,1% no 31 de dezembro de 2019.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$11.454,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$9.512,8 milhões em 31 de dezembro de 2018), tendo como destaque o crescimento da carteira de cartão de crédito consignado e o crédito pessoal.

O saldo de captação era de R\$12.409,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$12.354,4 milhões em 31 de dezembro de 2018). O Banco vem focando em depósitos de longo prazo para varejo, visando pulverizar sua base de passivo com um maior número de clientes.

Índice de Basileia

As instituições financeiras brasileiras devem estar aderentes aos requisitos mínimos de capital regulatório, em consonância com as principais diretrizes do Acordo de Basileia III, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil a partir de outubro de 2013, de forma gradual até janeiro de 2019, definindo diretrizes para apuração do Patrimônio de Referência, dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), além de definição das parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Atualmente, para atendimento dos requisitos mínimos regulatórios, as instituições financeiras devem observar a Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, além de normas complementares no atendimento a totalidade dos requisitos regulatórios de capital e parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A tabela a seguir apresenta as posições de capital do banco em relação ao total de ativos com base em risco, bem como os requerimentos mínimos de capital instituídos pelo BACEN, nas datas indicadas:

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de Referência			
Nível I	2.625,0	3.130,3	2.913,2
Capital Principal	2.515,9	3.016,6	2.802,5
Capital Complementar	109,1	113,7	110,7
Nível II	20,4	19,3	18,8
Total	2.645,3	3.149,6	2.931,9
Alocação de Capital			
Risco de Crédito	16.841,9	16.903,4	12.270,7
Risco de Mercado	102,2	9,4	11,8
Risco Operacional	1.099,1	823,4	729,1
Exposição ponderada pelo risco	18.043,2	17.736,1	13.011,6
Índice do BIS	14,7%	17,8%	22,5%
Nível I	14,6%	17,7%	22,4%
Nível II	0,1%	0,1%	0,1

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia do Banco era de 14,7%, apresentando redução de 3,1 pontos percentuais no comparativo com 31 de dezembro de 2020. O Patrimônio de Referência está sendo substancialmente impactado pela marcação a mercado de títulos públicos, tendo um efeito de cerca de 3,7 pontos percentuais na Basileia. Considerando o cenário de mercado do fechamento do 4T21, cerca de 36% do *accrual* dessa marcação ocorre até o final de 2022 e cumulativamente 70% até o final de 2023.

Em 31 de dezembro de 2020, o Índice de Basileia do Banco era de 17,8%, apresentando redução de 4,7 pontos percentuais no comparativo com 31 de dezembro de 2019. Tal variação decorreu devido ao aumento do saldo dos ativos ponderados pelo risco em razão principalmente (i) do aumento da carteira de crédito e (ii) da securitização para emissão de debênture.

Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Banco era de 22,5%, apresentando aumento de 10,1 pontos percentuais no comparativo com 31 de dezembro de 2018. Tal variação decorreu principalmente devido (i) aumento de capital com base nos recursos primários do IPO; (ii) a geração interna de capital no período; e (iii) a captação de R\$ 110,7 milhões em Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas e R\$ 18,8 milhões em Letras Financeiras Subordinadas. Tais efeitos foram neutralizados parcialmente pelo pagamento para juros sobre capital próprio no volume de R\$ 151 milhões referente ao exercício de 2019.

b. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento do Banco foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) depósitos a prazo; e (iii) letras financeiras.

Captação

A tabela a seguir apresenta um resumo dos tipos de financiamento (captações) obtidos pelo Banco até as datas indicadas:

(Em milhões de R\$)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Depósitos a prazo	17.052,2	12.320,0	10.171,3
CDB	15.359,9	10.721,8	10.117,9
DPGE	1.614,7	1.562,0	-
CDI	77,6	36,1	53,4
Captações Externas	-	-	691,0
Subordinada	-	-	691,0
Letras financeiras	1.961,1	3.434,7	664,0
Sênior	718,1	532,3	534,6
Subordinada	20,4	19,3	18,8
Perpétua	109,1	113,7	110,7
LFG	1.113,5	2.769,4	-
Securitização	1.433,6	1.551,5	346,1
Cessões de Crédito	100,4	344,6	154,1
Letras de crédito LCA & LCI	106,1	99,7	133,0
Repasse	46,0	269,0	221,0

Saldo de captação com o mercado	20.699,4	18.019,4	12.380,5
Subsidiárias ¹	770,5	1.061,4	28,8
Saldo de Captação Total	21.469,9	19.080,8	12.409,4

(1) No primeiro trimestre de 2020, em contrapartida ao aumento de capital de R\$ 1.000 milhões realizado, a CBFácil aplicou os recursos no Banco, sendo R\$ 600 milhões em CDB e R\$ 400 milhões em Letra Financeira Sênior. Dessa forma, a operação em conjunto, não teve efeito de caixa.

A captação total encerrou em 31 de dezembro de 2021 com saldo de R\$ 21.469,9 milhões, apresentando um aumento de 12,5% em relação a 31 de dezembro de 2020. O Banco trabalha na diversificação do *funding* para clientes institucionais e de varejo, buscando linhas sustentáveis, de forma a garantir o melhor casamento entre seus ativos e passivos. O Banco opera via estrutura própria de captação, por meio físico e pelo seu banco digital e via cerca de 50 distribuidores. Para o varejo, o Banco busca pulverizar sua base e conta com mais de 240 mil investidores diretos e indiretos.

Depósitos a prazo

O Banco acredita que os depósitos a prazo com o mercado são uma fonte importante de financiamento. Os depósitos a prazo encerraram 31 de dezembro de 2021 com um saldo de R\$17.052,2 milhões, representando 79,4% do total de captações do Banco na data. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os depósitos a prazo representaram, respectivamente, R\$12.320,0 milhões e R\$ 10.171,3 milhões ou 64,6% e 82,0% do total de captações do Banco. O saldo de CDBs vem aumentando ao longo dos anos como resultado de sua estratégia de focar em depósitos de longo prazo para varejo, que notoriamente apresenta tickets baixos, visando pulverizar sua base de passivo com um maior número de clientes. Os depósitos são compostos das seguintes linhas: (i) CDB: depósitos a prazo para varejo e investidores institucionais; (ii) NDPGE: Depósito a Prazo com Garantia Especial, trata-se de uma fonte adicional para investidores institucionais; e (iii) CDI: depósitos interbancários exclusivamente para instituições brasileiras.

Captações Externas

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco não tinha captações em aberto no seu balanço. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de captações externas e dívidas subordinadas (recursos de aceites e emissão de títulos no exterior) representava 5,6% do saldo de captações do Banco.

Em novembro de 2009, o Banco emitiu US\$ 300 milhões em notas subordinadas com vencimento em 2019, que foram pagas integralmente no seu vencimento em novembro de 2019, totalizando o valor de R\$ 977,9 milhões em principal mais juros. Em agosto de 2010, o Banco emitiu US\$ 250 milhões em notas subordinadas com vencimento em 2020 que foram pagas integralmente no

seu vencimento em agosto de 2020, totalizando o valor de R\$ 899,8 milhões em principal mais juros.

O Banco faz o hedge de sua exposição cambial através de instrumentos derivativos e ativos vinculados ao dólar norte-americano. De acordo com essa política, o Banco celebrou operações de derivativos para fazer o hedge de sua exposição ao dólar norte-americano nos termos das notas emitidas no exterior. O Banco acredita que suas estratégias de hedge são adequadas para protegê-lo de flutuações significativas na taxa de câmbio. Os regulamentos do Banco Central do Brasil limitam a exposição cambial líquida do Banco a um máximo de 30,0% de seu patrimônio líquido, sendo imaterial a exposição efetiva em 31 de dezembro de 2021 (inferior a 1,0% de seu patrimônio líquido).

Letras financeiras e de crédito

Os recursos do Banco provenientes de aceites e da emissão de títulos incluem letras financeiras e letras de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco tinha R\$ 1.961,1 milhões de letras financeiras e R\$ 106,1 milhões em letras de crédito imobiliário e em letras de crédito do agronegócio em circulação. Do total de letras financeiras em 31 de dezembro de 2021, R\$ 109,1 milhões referem-se a Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, R\$ 20,4 milhões referem-se a Letras Financeiras Subordinadas, ambas emitidas em 2019 por meio de colocações privadas junto a investidores profissionais e R\$ 1.113,5 milhões referem-se a Letras Financeiras Garantidas (LFG) captadas junto ao Banco Central do Brasil.

Em setembro de 2021, o Banco concluiu com sucesso a sua primeira emissão de Letras Financeiras Públicas no montante de R\$ 300 milhões com prazo de 24 meses e 10 dias e remuneração de CDI + 1,80% a.a., equivalente a remuneração piso do range estipulado para a emissão.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco tinha R\$ 3.434,7 milhões de letras financeiras em circulação, comparado a R\$ 664,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco tinha R\$ 99,7 milhões em letras de crédito imobiliário e em letras de crédito do agronegócio em circulação comparado a R\$ R\$ R\$ 133,0 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Cessões de crédito e securitização

O Banco historicamente já realizou cessões de crédito sem retenção de riscos e benefícios e securitizações de sua carteira de crédito em troca de pagamentos em dinheiro. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco tinha um saldo de R\$ 1.534,0 milhões em empréstimos cedidos a outras instituições financeiras e a investidores institucionais, em comparação com R\$ 1.896,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 500,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, o Banco realizou cessões com retenção substancial de riscos e benefícios para companhia

securitizadora no montante de R\$ 1,3 bilhão, visando a emissão de debêntures atrelada a cartão de crédito consignado que inicialmente foi integralmente absorvida pelo Banco.

c. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco, em BACEN GAAP, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita da intermediação financeira	4.670,4	100,0%	4.195,2	100,0%	11,3%
Operações de crédito	3.811,7	81,6%	3.893,5	92,8%	-2,1%
Carteira de Crédito ⁽¹⁾	4.631,7	99,2%	4.590,6	109,4%	0,9%
Comissões de Agentes	(820,0)	-17,6%	(697,1)	-16,6%	17,6%
Resultado de operações com títulos e Valores Mobiliários	858,7	18,4%	301,7	7,2%	184,6%
Despesas da intermediação financeira	(1.896,2)	-40,6%	(1.216,5)	-29,0%	55,9%
Captação no mercado	(1.987,6)	-42,6%	(1.284,4)	-30,6%	54,7%
Resultado com instrumentos financeiros	118,0	2,5%	87,7	2,1%	34,5%
Derivativos					
Operações de empréstimos e Repasses	(26,7)	-0,6%	(19,8)	-0,5%	34,5%
Resultado da intermediação financeira antes do crédito para crédito de liquidação duvidosa	2.774,1	59,4%	2.978,7	71,0%	-6,9%
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(923,4)	-19,8%	(818,7)	-19,5%	12,8%
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	204,1	4,4%	114,5	2,7%	78,3%
Resultado Bruto da intermediação financeira	2.054,9	44,0%	2.274,4	54,2%	-9,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.954,6)	-41,9%	(1.822,5)	-43,4%	7,2%
Receita de prestação de serviços	76,9	1,6%	57,0	1,4%	34,9%
Resultado de participações em coligadas e controladas	48,0	1,0%	(2,1)	-0,1%	n/a
Despesas com Pessoal	(273,2)	-5,8%	(257,1)	-6,1%	6,3%
Outras Despesas Administrativas	(1.036,1)	-22,2%	(972,5)	-23,2%	6,5%
Despesas tributárias	(138,1)	-3,0%	(136,9)	-3,3%	0,9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(632,2)	-13,5%	(511,0)	-12,1%	23,7%
Resultado Operacional	100,3	2,1%	452,0	10,8%	-77,8%

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	AV	2020	AV	AH
Resultado Não Operacional	27,9	0,6%	0,9	0,0%	n/a
Resultado Antes da tributação sobre o lucro e participações	128,2	2,7%	452,9	10,8%	-71,7%
Impostos e Distribuição de Lucro	113,7	2,4%	(123,8)	-3,0%	-191,8%
Lucro líquido	241,9	5,2%	329,0	7,8%	-26,5%

⁽¹⁾ A receita da carteira de crédito é a soma do crédito direto ao consumidor pessoal, do crédito direto ao consumidor para veículos, carteira comercial e arrendamento mercantil.

O lucro do Banco atingiu R\$ 241,9 milhões, uma redução de 26,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com relação a R\$ 329,0 milhões para o mesmo período de 2020. A redução no lucro líquido deu-se principalmente pela compressão na margem financeira, inicialmente pela redução na taxa média da carteira devido ao mix de produtos e, no segundo semestre, intensificada pelo aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros.

Receita com intermediação financeira

A receita com intermediação financeira aumentou em 11,3% para R\$ 4.670,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 4.195,2 milhões no mesmo período em 2020, pelos motivos explicados abaixo. A receita com intermediação financeira inclui receita de operações de crédito (que incluem receita de juros da carteira de crédito do Banco e comissões pagas a bancos terceiros correspondentes) e operações de títulos e valores mobiliários.

Receita com operações de crédito

A receita com operações de crédito é composta da receita de juros da carteira e despesas com comissões de agentes e representou 81,6% do total de receita com intermediação financeira do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A receita com operações de crédito reduziu em 2,1% para R\$ 3.811,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 3.893,5 milhões no mesmo período em 2020.

- Receita de juros da carteira de crédito. A receita de juros da carteira de crédito do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 aumentou em 0,9% para R\$ 4.631,7 milhões, em comparação a R\$ 4.590,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento na receita de juros da carteira de crédito do Banco foi atribuível, principalmente, ao aumento da carteira de crédito total, neutralizada pelo mix de produtos e pela variação cambial da carteira de empréstimo consignado nos Estados

Unidos que gerou uma receita de câmbio menor em 2021 comparado a 2020. O Banco possui uma estrutura de *overhedge* que faz com que essa linha de variação cambial seja compensada em outras linhas do resultado, em especial de instrumentos financeiros derivativos, de modo que o Banco não é exposto à tal variação.

- *Despesas com comissões de agentes.* As despesas com comissões de agentes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 aumentaram em 17,6% para R\$ 820,0 milhões, em comparação a R\$ 697,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu pelo aumento no volume da carteira de crédito e também pela entrada do produto de antecipação do FGTS que tem sua despesa de comissão contabilizada de forma integral na data de origem do crédito.

Receita com operações de títulos e valores mobiliários

A receita com operações de títulos e valores mobiliários aumentou em 184,6% para R\$ 858,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 301,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Tal variação deu-se pelo aumento da taxa básica de juros, pelo aumento do IPCA e pelo aumento no volume de títulos e valores mobiliários detidos pelo Banco, decorrente da estratégia do Banco de aumentar sua posição de caixa visando o crescimento da carteira no curto prazo e da posição de *hedge* natural com a aquisição de NTN-Bs. Ainda, com a estrutura de *hedge* natural, essa linha tende a oscilar de acordo com a oscilação do IPCA, tendo como contrapartida a linha de despesas de captação.

Despesas com Intermediação financeira

As despesas com intermediação financeira aumentaram em 55,9% para R\$ 1.896,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 1.216,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As despesas com intermediação financeira incluem despesas com captações no mercado, resultado com instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e repasses, os quais são discutidos abaixo.

- *Despesas com captações no mercado.* As despesas com recursos obtidos no mercado aumentaram em 54,7% para R\$ 1.987,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 1.284,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Tal aumento ocorreu principalmente devido ao aumento da taxa básica de juros, aumento do IPCA e ao aumento no saldo médio de captações. Conforme descrito acima, devido a estrutura de *hedge* natural, o aumento das despesas de captação em decorrência do IPCA tem como contrapartida a linha de receita com operações de títulos e valores mobiliários.

- Resultado com instrumentos financeiros derivativos. A valorização dos instrumentos financeiros derivativos do Banco aumentou em 34,5%, com uma receita de R\$ 118,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação com uma receita de R\$ 87,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, devido a variação nos indexadores. O Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.
- Despesas com operações de empréstimos e repasses. As despesas com operações de empréstimos e repasses aumentaram em 34,5% para R\$ 26,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 19,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, principalmente como consequência do aumento na taxa básica de juros no período.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação de crédito aumentou em 2,1% a uma despesa de R\$ 719,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a despesa de R\$ 704,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O baixo crescimento da despesa de crédito de liquidação duvidosa do Banco reflete o perfil de risco seguro da carteira e o índice de inadimplência controlada que encerrou 31 de dezembro de 2021 e 2020 em 5,8% e 5,7%, respectivamente. Ainda, essa linha foi beneficiada com um maior nível de recuperação de crédito ao longo do ano de 2021.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como resultado dos fatores acima, o resultado bruto da intermediação financeira do Banco diminuiu em 9,7% para R\$ 2.054,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 2.274,4 milhões no mesmo período em 2020.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais do Banco aumentaram em 7,2% para R\$ 1.954,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 1.822,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento nas despesas foi, principalmente, devido ao processo de modernização para transformação do Banco para um banco completo e evolução da estratégia FIGITAL. Nesse contexto, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em digitalização, qualidade e novos produtos. Com isso, o Banco investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em duas frentes estratégicas: mitigar a entrada de novas ações e projetos específicos envolvendo matéria jurídica. Atuando na causa raiz, o Banco vem evoluindo por meio de um grupo multifuncional (extrajurídico) que trata de várias iniciativas de forma a melhorar a qualidade da originação. Dentro dessa estratégia, o Banco avançou na implementação de formalizações digitalizadas que representaram 99% da originação em 2021.

Resultado Operacional

Como resultado dos fatores acima indicados, o resultado operacional do Banco diminuiu para um lucro de R\$ 100,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a um lucro de R\$ 452,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional do Banco atingiu um lucro de R\$ 27,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a um lucro de R\$ 0,9 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O resultado de 2021 foi positivamente impactado pelo resultado da diluição da participação societária do Banco na Granito.

Impostos e Distribuição de Lucros

A receita relacionada a imposto de renda, CSLL, imposto de renda e CSLL diferidos e distribuição de lucros foi de R\$ 113,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a uma despesa de R\$ 123,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deveu-se principalmente pelo benefício fiscal pelo pagamento de juros sobre capital próprio que afetou ambos os exercícios sociais, porém com impacto mais evidente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 como reflexo de um *payout* de 76%.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita da intermediação financeira	4.195,2	100,0%	3.539,8	100,0%	18,5%
Operações de crédito	3.893,5	92,8%	3.339,8	94,4%	16,6%
Carteira de Crédito ⁽¹⁾	4.590,6	109,4%	3.905,1	110,3%	17,6%
Comissões de Agentes	(697,1)	-16,6%	(565,3)	-16,0%	23,3%
Operações de Arrendamento Mercantil	-	0,0%	(0,0)	0,0%	-100,0%
Resultado de operações com títulos e Valores Mobiliários	301,7	7,2%	200,0	5,7%	50,8%

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		AH
	2020	AV	2019	AV	
Despesas da intermediação financeira	(1.216,5)	-29,0%	(1.211,0)	-34,2%	0,5%
Captação no mercado	(1.284,4)	-30,6%	(1.286,2)	-36,3%	-0,1%
Resultado com instrumentos financeiros	87,7	2,1%	116,5	3,3%	-24,7%
Derivativos					
Operações de empréstimos e Repasses	(19,8)	-0,5%	(41,2)	-1,2%	-51,9%
Resultado da intermediação financeira antes do crédito para crédito de liquidação duvidosa	2.978,7	71,0%	2.328,8	65,8%	27,9%
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(818,7)	-19,5%	(637,0)	-18,0%	28,5%
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	114,5	2,7%	152,0	4,3%	-24,7%
Resultado Bruto da intermediação financeira	2.274,4	54,2%	1.843,9	52,1%	23,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.822,5)	-43,4%	(1.766,2)	-49,9%	3,2%
Receita de prestação de serviços	57,0	1,4%	40,4	1,1%	41,1%
Resultado de participações em coligadas e controladas	(2,1)	-0,1%	(6,5)	-0,2%	-67,5%
Despesas com Pessoal	(257,1)	-6,1%	(189,1)	-5,3%	36,0%
Outras Despesas Administrativas	(972,5)	-23,2%	(801,6)	-22,6%	21,3%
Despesas tributárias	(136,9)	-3,3%	(114,7)	-3,2%	19,4%
Outras Receitas Operacionais	440,1	10,5%	202,3	5,7%	117,6%
Outras Despesas Operacionais	(951,1)	-22,7%	(897,1)	-25,3%	6,0%
Resultado Operacional	452,0	10,8%	77,7	2,2%	481,8%
Resultado Não Operacional	0,9	0,0%	(0,5)	0,0%	-281,7%
Resultado Antes da tributação sobre o lucro e participações	452,9	10,8%	77,2	2,2%	486,7%
Impostos e Distribuição de Lucro	(123,8)	-3,0%	290,3	8,2%	-142,7%
Lucro líquido	329,0	7,8%	367,5	10,4%	-10,5%

(1) A receita da carteira de crédito é a soma do crédito direto ao consumidor pessoal, do crédito direto ao consumidor para veículos, carteira comercial e arrendamento mercantil.

O lucro do Banco atingiu R\$ 329,0 milhões, uma redução de 10,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com relação a R\$ 367,5 milhões para o mesmo período de 2019. A redução no lucro líquido deu-se pelo fato de no exercício social de 2019 haver alguns eventos não recorrentes, como o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que gerou um impacto positivo no montante de R\$ 276 milhões e a revisão e aprimoramento dos critérios para passivos contingentes que gerou um impacto negativo no montante de R\$ 192 milhões líquido de impostos. No exercício social de 2020, contribuiu para o resultado o aumento da margem financeira no período, reflexo do crescimento da carteira de crédito e o menor custo dos seus passivos. Ainda, no exercício social de 2020 houve o evento não recorrente referente a venda de 40% da Bmg Corretora, gerando um resultado de R\$ 29,0 milhões líquido de impostos.

Receita com intermediação financeira

A receita com intermediação financeira aumentou em 18,5% para R\$ 4.195,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 3.539,8 milhões no mesmo período em 2019, pelos motivos explicados abaixo. A receita com intermediação financeira inclui receita de operações de crédito (que incluem receita de juros da carteira de crédito do Banco e comissões pagas a bancos terceiros correspondentes), operações de arrendamento mercantil e operações de títulos e valores mobiliários.

Receita com operações de crédito

A receita com operações de crédito é composta da receita de juros da carteira e despesas com comissões de agentes e representou 92,8% do total de receita com intermediação financeira do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A receita com operações de crédito aumentou em 16,6% para R\$ 3.893,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 3.339,8 milhões no mesmo período em 2019.

- Receita de juros da carteira de crédito. A receita de juros da carteira de crédito do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, aumentou em 17,6% para R\$ 4.590,6 milhões, em comparação a R\$ 3.905,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento na receita de juros da carteira de crédito do Banco foi atribuível, principalmente, ao aumento das carteiras de cartões de crédito consignado, empréstimo consignado e crédito pessoal. O saldo médio da carteira de crédito do Banco aumentou em 21,0% para R\$ 12.102,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 10.000,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.
- Despesas com comissões de agentes. As despesas com comissões de agentes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 aumentaram em 23,3% para R\$ 697,1 milhões, em comparação a R\$ 565,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelo aumento no volume de operações da carteira média do Banco que foi originada pelo canal físico, em especial o cartão de crédito consignado, empréstimo consignado e o crédito na conta.

Receita (despesas) com operações de arrendamento mercantil

Não houve receita com operações de arrendamento mercantil nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Esta categoria não afeta de forma relevante o resultado bruto da intermediação financeira do Banco, principalmente pela diminuição no saldo residual dessas operações, uma vez que o Banco descontinuou esse produto em 2008.

Receita com operações de títulos e valores mobiliários

A receita com operações de títulos e valores mobiliários aumentou em 50,8% para R\$ 301,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 200,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 houve redução na taxa básica de juros, o que fez com que o rendimento médio anualizado da carteira de TVM do Banco reduzisse para 6,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 7,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Tal redução teria sido ainda mais latente, se não fosse pelo aumento do IPCA nos últimos meses do ano. Em contrapartida, no mesmo período, o saldo médio da carteira de valores mobiliários negociáveis do Banco aumentou em 67,3% para R\$ 4.710,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 2.815,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em especial devido a aquisição de NTN-Bs como estratégia de *hedge* natural do seu passivo em IPCA.

Despesas com Intermediação financeira

As despesas com intermediação financeira aumentaram em 0,5% para R\$ 1.216,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 1.211,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As despesas com intermediação financeira incluem despesas com captações no mercado, resultado com instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e repasses, os quais são discutidos abaixo.

- Despesas com captações no mercado. As despesas com recursos obtidos no mercado diminuíram em 0,1% para R\$ 1.284,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 1.286,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente pelo menor custo dos seus passivos, dada a melhor percepção de risco e redução da taxa básica de juros. Tal redução teria sido ainda mais latente, se não fosse pelo aumento do IPCA nos últimos meses do ano, parcialmente compensada nas linhas de Receita com operações de títulos e valores mobiliários e de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos. A valorização dos instrumentos financeiros derivativos do Banco reduziu em 24,7%, com uma receita de R\$ 87,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com uma receita de R\$ 116,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, devido a variação nos indexadores. O Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.
- Despesas com operações de empréstimos e repasses. As despesas com operações de empréstimos e repasses diminuíram em 51,9% para R\$ 19,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 41,2 milhões no exercício social

findo em 31 de dezembro de 2019, principalmente como consequência da redução na taxa básica de juros no período.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação de crédito aumentou em 45,2% a uma despesa de R\$ 704,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a despesa de R\$ 485,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O aumento na provisão para crédito de liquidação duvidosa do Banco foi, principalmente, devido aos efeitos da pandemia decorrente do vírus Covid-19 e ao crescimento da carteira de crédito no período. Ainda assim, o índice de inadimplência como percentual da carteira de crédito total do Banco diminuiu para 5,7% em 31 de dezembro de 2020, em comparação a 5,8% em 31 de dezembro de 2019.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como resultado dos fatores acima, o resultado bruto da intermediação financeira do Banco aumentou em 23,4% para R\$ 2.274,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 1.843,9 milhões no mesmo período em 2019.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais do Banco aumentaram em 3,2% para R\$ 1.822,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 1.766,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento nas despesas foi, principalmente, devido ao processo de modernização para transformação do Banco e implantação da estratégia FIGITAL. Nesse contexto, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em digitalização, qualidade, retomada do empréstimo consignado e nas operações para PJ Varejo. Com isso, o Banco oxigenou seu quadro de colaboradores e investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em duas frentes estratégicas: mitigar a entrada de novas ações e projetos específicos envolvendo matéria jurídica. Atuando na causa raiz, o Banco vem evoluindo por meio de um grupo multifuncional (extrajurídico) que trata de várias iniciativas de forma a melhorar a qualidade da originação. Dentro dessa estratégia, o Banco avançou na implementação de formalizações digitalizadas que representaram 96% da originação no 4T20.

Por fim, houve alguns eventos não recorrentes, em especial: reforço de marketing e investimentos no FIGITAL devido ao novo posicionamento estratégico da marca do Banco e aos custos referentes as investigações divulgadas em Fato Relevante no dia 29 de outubro de 2020.

Resultado Operacional

Como resultado dos fatores acima indicados, o resultado operacional do Banco aumentou para um lucro de R\$ 452,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a um lucro de R\$ 77,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional do Banco atingiu um lucro de R\$ 0,9 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a um prejuízo de R\$ 0,5 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Impostos e Distribuição de Lucros

As despesas relacionadas a imposto de renda, CSLL, imposto de renda e CSLL diferidos e distribuição de lucros foram de R\$ 123,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a uma receita de R\$ 290,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deveu-se principalmente a (i) aumento na alíquota de contribuição social de 15% para 20% conforme a Emenda Constitucional 103/2019 ocorrida no exercício social de 2019, e (ii) benefícios fiscais pelo pagamento de juros sobre capital próprio nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Em 31 de dezembro de		
	2021	AV	2020	AV	AH
ATIVO					
Disponibilidades	349,7	1,0%	135,8	0,5%	157,4%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50,0	0,1%	25,0	0,1%	100,0%
Instrumentos Financeiros	26.806,3	77,9%	21.610,5	76,5%	24,0%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38,9	0,1%	25,2	0,1%	54,3%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.262,1	35,6%	8.792,0	31,1%	39,5%
Operações com características de concessão de crédito	15.351,4	44,6%	13.509,9	47,9%	13,6%
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(846,1)	-2,5%	(716,6)	-2,5%	18,1%

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Em 31 de dezembro de		
	2021	AV	2020	AV	AH
Relações interfinanceiras	197,3	0,6%	159,9	0,6%	23,4%
Outros créditos	5.454,0	15,9%	4.490,0	15,9%	21,5%
Outros valores e bens	217,4	0,6%	219,4	0,8%	-0,9%
Permanente	1.323,9	3,8%	1.593,1	5,6%	-16,9%
Investimentos	1.013,2	2,9%	1.247,6	4,4%	-18,8%
Imobilizado de uso	66,0	0,2%	66,9	0,2%	-1,4%
Intangível	244,7	0,7%	278,7	1,0%	-12,2%
Total do Ativo	34.398,5	100,0%	28.233,7	100,0%	21,8%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Depósitos e demais instrumentos financeiros	26.583,4	77,3%	20.128,9	71,3%	32,1%
Depósitos	17.640,2	51,3%	13.144,1	46,6%	34,2%
Captações no mercado aberto - carteira própria	5.942,0	17,3%	2.299,3	8,1%	158,4%
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.373,4	6,9%	3.813,7	13,5%	-37,8%
Obrigações por empréstimos e repasses	562,6	1,6%	768,8	2,7%	-26,8%
Instrumentos financeiros derivativos	65,3	0,2%	103,0	0,4%	-36,6%
Relações interfinanceiras	199,9	0,6%	185,4	0,7%	7,8%
Provisões	917,2	2,7%	791,1	2,8%	15,9%
Obrigações fiscais	152,4	0,4%	77,3	0,3%	97,2%
Outras obrigações	2.682,7	7,8%	2.922,7	10,4%	-8,2%
Total do Passivo	30.535,6	88,8%	24.105,4	85,4%	26,7%
Participação de acionistas não controladores	0,1	0,0%	0,1	0,0%	2,3%
Patrimônio Líquido	3.862,9	11,2%	4.128,2	14,6%	-6,4%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	34.398,5	100,0%	28.233,7	100,0%	21,8%

Ativo Total

Em 31 de dezembro de 2021, o total de ativos era de R\$ 34.398,5 milhões, em comparação a R\$28.233,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 6.164,8 milhões, ou 21,8%, foi resultado, principalmente, do aumento (i) dos títulos e valores mobiliários, decorrente da estratégia do Banco de aumentar sua posição de caixa visando o crescimento da carteira e da posição de *hedge* natural com a aquisição de NTN-Bs; e (ii) das operações de crédito, em especial da carteira de varejo.

Passivo

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo total era R\$ 30.535,6 milhões, em comparação com R\$24.105,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio

líquido, o passivo total representava 88,8% em 31 de dezembro de 2021 e 85,4% em 31 de dezembro 2020. Este aumento de R\$ 6.430,2 milhões ou 26,7% foi resultado principalmente do aumento: (i) de depósitos a prazo para clientes; e (ii) de captações no mercado aberto, em contrapartida a títulos públicos registrados no ativo.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 3.862,9 milhões, em comparação com R\$ 4.128,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 11,2% em 31 de dezembro de 2021 e 14,6% em 31 de dezembro 2020. Esta redução de R\$ 265,4 milhões ou 6,4%, foi resultado principalmente (i) das ações em tesouraria e do cancelamento de ações que estavam em tesouraria; (ii), efeito negativo de marcação a mercado e *hedge*; e (iii) declaração de JCP.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Em 31 de dezembro de		
	2020	AV	2019	AV	AH
ATIVO					
Disponibilidades	135,8	0,5%	263,2	1,4%	-48,4%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25,0	0,1%	630,1	3,3%	-96,0%
Instrumentos Financeiros	21.610,5	76,5%	12.731,3	67,3%	69,7%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	25,2	0,1%	46,5	0,2%	-45,8%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8.792,0	31,1%	2.261,0	12,0%	288,9%
Operações com características de concessão de crédito	13.509,9	47,9%	11.006,1	58,2%	22,7%
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(716,6)	-2,5%	(582,3)	-3,1%	23,1%
Relações interfinanceiras	159,9	0,6%	85,8	0,5%	86,3%
Outros créditos	4.490,0	15,9%	4.432,9	23,4%	1,3%
Outros valores e bens	219,4	0,8%	166,7	0,9%	31,6%
Permanente	1.593,1	5,6%	600,6	3,2%	165,3%
Investimentos	1.247,6	4,4%	238,6	1,3%	422,8%
Imobilizado de uso	66,9	0,2%	109,3	0,6%	-38,8%
Intangível	278,7	1,0%	252,6	1,3%	10,3%
Total do Ativo	28.233,7	100,0%	18.910,6	100,0%	49,3%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Depósitos e demais instrumentos financeiros	20.128,9	71,3%	11.841,7	62,6%	70,0%
Depósitos	13.144,1	46,6%	10.271,8	54,3%	28,0%
Captações no mercado aberto - carteira própria	2.299,3	8,1%	-	0,0%	n/a

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Em 31 de dezembro de		
	2020	AV	2019	AV	AH
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.813,7	13,5%	726,8	3,8%	424,7%
Obrigações por empréstimos e repasses	768,8	2,7%	712,2	3,8%	7,9%
Instrumentos financeiros derivativos	103,0	0,4%	130,9	0,7%	-21,3%
Relações interfinanceiras	185,4	0,7%	153,8	0,8%	20,6%
Provisões	791,1	2,8%	733,3	3,9%	7,9%
Obrigações fiscais	77,3	0,3%	68,9	0,4%	12,1%
Outras obrigações	2.922,7	10,4%	2.084,5	11,0%	40,2%
Total do Passivo	24.105,4	85,4%	14.882,2	78,7%	62,0%
 Participação de acionistas não controladores	 0,1	 0,0%	 0,0	 0,0%	 138,9%
 Patrimônio Líquido	 4.128,2	 14,6%	 4.028,3	 21,3%	 2,5%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	28.233,7	100,0%	18.910,6	100,0%	49,3%

Ativo Total

Em 31 de dezembro de 2020, o total de ativos era de R\$ 28.233,7 milhões, em comparação a R\$ 18.910,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 9.323,2 milhões, ou 49,3%, foi resultado, principalmente, do aumento (i) dos títulos e valores mobiliários, decorrente da estratégia do Banco de aumentar sua posição de caixa visando o crescimento da carteira e da posição de *hedge* natural com a aquisição de NTN-Bs e devido a securitização para emissão de debêntures (que foi inicialmente integralmente absorvida pelo Banco); (ii) das operações de crédito, em especial da carteira de varejo; e (iii) do investimento do Banco no valor de R\$ 1,0 bilhão na CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., sua subsidiária, visando maior eficiência operacional do Banco e aproveitamento de recursos.

Passivo

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo total era R\$ 24.105,4 milhões, em comparação com R\$ 14.882,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo total representava 85,4% em 31 de dezembro de 2020 e 62,0% em 31 de dezembro 2019. Este aumento de R\$ 9.223,2 milhões ou 62,0% foi resultado principalmente do aumento: (i) de depósitos, em especial Depósitos a Prazo com Garantia Especial (NDGPE) e CDB para clientes; (ii) de captações no mercado aberto, em contrapartida a títulos públicos registrados no ativo; e (iii) de recursos de aceite e emissão de títulos, devido a emissão de Letras Financeiras Garantidas (LFG).

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 4.128,2 milhões, em comparação com R\$ 4.028,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 14,6% em 31 de dezembro de 2019 e 21,3% em 31 de dezembro 2019. Este aumento de R\$ 99,9 milhões ou 2,5%, foi resultado principalmente do aumento da reserva de lucro decorrente do lucro líquido do período, menos declaração de juros sobre capital próprio e cancelamento de ações em tesouraria.

FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO

A tabela a seguir apresenta as principais variações na saída de caixa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, conforme indicado abaixo:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	209,1	1.568,4	(77,8)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	156,8	(1.130,2)	(55,1)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(116,0)	(1.137,5)	164,1
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	249,9	(699,3)	31,3

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 209,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao caixa gerado de R\$ 1.568,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação de R\$ 1.359,4 milhões no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificada principalmente pela variação do caixa líquido aplicado em recursos de aceites e emissão de títulos e em provisões e obrigações fiscais, parcialmente neutralizados pela variação em depósitos e captações no mercado.

Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento totalizou R\$ 156,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2021 comparado ao caixa aplicado de R\$ 1.130,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação de R\$ 1.287,0 milhões no caixa líquido gerado nas atividades de investimento é justificada principalmente pela redução de capital

em controlada comparado com um aumento de capital em controlada no ano anterior, ambos referentes a CBFácil.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 116,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 1.137,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação de R\$ 1.021,6 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento é justificada, principalmente pela liquidação de dívidas subordinadas em 2020 que não se repete em 2021.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 1.568,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao caixa aplicado de R\$ 77,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$ 1.646,2 milhões no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, é justificada principalmente pela variação do caixa líquido gerado por depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos, parcialmente neutralizados pelo aumento em títulos e valores mobiliários.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 1.130,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2020 comparado a R\$ 55,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$ 1.075,1 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de investimento é justificada principalmente pelo aumento de capital em controlada, referente ao aumento de capital na CBFácil.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.137,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 164,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$ 1.301,7 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento é justificada, principalmente, pelo aumento da capital ocorrido em 2019 decorrente dos recursos primários do IPO, que não se repete em 2020.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

As informações abaixo foram incluídas para fins analíticos e devem ser lidas em conjunto com os demais itens da seção 10 do Formulário de Referência, bem como com as Demonstrações Financeiras Consolidadas e com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco.

Dados de Balanço Médio e Taxa de Juros

As tabelas abaixo apresentam os saldos médios dos ativos geradores de receita e passivos onerosos do Banco, de outras contas de ativos e passivos, das respectivas receitas e despesas de juros e da taxa/rendimento real médio de cada período. Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os dados do saldo médio anual foram calculados com base na média da soma dos saldos em cinco datas: em 31 de dezembro e no fim dos quatro trimestres anteriores. Da mesma forma, os dados de rendimento/taxa médios foram calculados com base nas receitas e despesas do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme descrito acima.

(Em milhões de R\$, exceto %)	No e referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de								
	2021			2020			2019		
	Saldo Médio	Receita	Taxa média	Saldo Médio	Receita	Taxa média	Saldo Médio	Receita	Taxa média
Ativos:									
Operações de crédito	14.170,6	3.811,7	26,9%	12.102,8	3.893,5	32,2%	10.000,8	3.339,8	33,4%
Carteira de Crédito	14.170,6	4.631,7	32,7%	12.102,8	4.590,6	37,9%	10.000,8	3.905,1	39,0%
Comissões de Agentes	-	(820,0)	0,0%	-	(697,1)	0,0%	-	(565,3)	n/a
Operações de Títulos e Valores Mobiliários	10.403,8	858,7	8,3%	4.710,8	301,7	6,4%	2.815,5	200,0	7,1%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	48,7	6,4	13,2%	204,3	11,4	5,6%	685,6	47,8	7,0%
Títulos e Valores Mobiliários	10.355,1	852,2	8,2%	4.506,5	290,3	6,4%	2.129,9	152,2	7,1%
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	(0,0)	n/a
Ativos geradores de receita	24.574,4	4.670,4	19,0%	16.813,6	4.195,2	25,0%	12.816,3	3.539,8	27,6%
Disponibilidades	356,2			170,9			106,0		
Relações Interfinanceiras	163,9			98,1			46,3		
Instrumentos Financeiros	368,4			427,1			269,6		
Derivativos									
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(762,0)			(656,5)			(539,4)		
Outros créditos	5.069,7			4.560,7			4.026,6		
Outros valores e bens	227,2			195,9			229,1		
Investimentos	1.203,8			1.038,7			234,8		
Imobilizado de uso	66,0			101,5			104,4		
Intangível	245,6			271,4			317,2		
Ativos não remunerados	6.938,7			6.207,8			4.794,5		
Total de ativos	31.513,1			23.021,4			17.610,8		

No e referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de

	2021			2020			2019		
	Saldo Médio	Despesas	Taxa média	Saldo Médio	Despesas	Taxa média	Saldo Médio	Despesas	Taxa média
Passivos:									
Depósitos	15.150,8	(1.465,4)	-9,7%	11.697,7	(908,0)	-7,8%	9.771,6	(968,1)	-9,9%
Depósitos interbancários	48,5	(4,3)	-8,8%	129,5	(4,2)	-3,2%	68,4	(4,0)	-5,9%
Depósitos a prazo	15.102,3	(1.461,2)	-9,7%	11.568,3	(903,8)	-7,8%	9.703,1	(964,1)	-9,9%
Recursos de aceite e emissão de títulos - local	7.517,3	(377,1)	-5,0%	3.092,3	(105,3)	-3,4%	641,4	(37,0)	-5,8%
Captações no mercado aberto ¹	4.707,9	-	0,0%	890,0	-	0,0%	9,0	-	n/a
Valores mobiliários emitidos localmente ²	2.678,8	-	0,0%	2.070,9	-	0,0%	555,1	-	n/a
Dívida subordinada local	130,6	-	0,0%	131,5	-	0,0%	77,3	-	n/a
Recursos de aceite e emissão de títulos - exterior ³	-	12,7	0,0%	510,7	(276,8)	-54,2%	1.471,0	(231,2)	-15,7%
Valores mobiliários emitidos no exterior	-	-	0,0%	26,6	-	0,0%	52,0	-	n/a
Dívida Subordinada	-	-	0,0%	484,1	-	0,0%	1.419,0	-	n/a
Empréstimos e Repasses	679,3	(26,7)	-3,9%	767,2	(19,8)	-2,6%	573,8	(41,2)	-7,2%
Cessão de Crédito	1.700,8	(157,8)	-9,3%	793,0	5,7	0,7%	632,5	(49,9)	-7,9%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	118,0	0,0%	-	87,7	0,0%	-	116,5	n/a
Passivos geradores de despesa	25.048,3	(1.896,2)	-7,6%	16.860,9	(1.216,5)	-7,2%	13.090,2	(1.211,0)	-9,3%
Depósitos à vista	205,6			116,1			53,8		
Relações Interfinanceiras	186,2			156,4			133,6		
Outras obrigações	1.964,2			1.667,0			1.277,0		
Instrumentos Financeiros Derivativos	106,8			176,5			101,4		
Passivos não remunerados	2.462,8			2.116,0			1.565,8		
Participação Minoritária	0,1			0,1			0,0		
Patrimônio Líquido	4.001,9			4.044,5			2.954,8		
Total de passivos e patrimônio	31.513,1			23.021,4			17.610,8		

⁽¹⁾ Esses valores incluem as operações de venda e operações compromissadas.

⁽²⁾ Esses valores incluem as letras financeiras e letras de crédito

⁽³⁾ Esses valores incluem os valores mobiliários emitidos no exterior e a dívida subordinada.

Variações na Receita e Despesas de Juros – Análise de Volume e Taxa

As seguintes tabelas mostram os efeitos das variações em receita e despesas de juros do Banco resultantes das variações nos volumes médios e rendimentos/taxas médios para os períodos apresentados. O Banco calcula as variações no volume e taxa de juros com base na alteração dos saldos médios durante o período e variações nas taxas de juros médias em ativos geradores de receita e passivos onerosos. O Banco aloca a variação líquida dos efeitos combinados do volume e da taxa proporcionalmente ao volume e à taxa médios, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de 2021/2020			Em 31 de dezembro de 2020/2019		
	Aumento/Redução			Aumento/Redução		
	Volume ⁽¹⁾	Rendimento o/Taxa ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾	Volume ⁽¹⁾	Rendimento o/Taxa ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
Ativos remunerados:						
Operações de crédito	724,4	(683,2)	41,1	800,1	(114,6)	685,5
Carteira de Crédito	724,4	(683,2)	41,1	800,1	(114,6)	685,5
Comissões de Agentes	-	-	-	-	-	-
Operações de Títulos e Valores Mobiliários	450,0	107,0	557,0	126,1	(24,4)	101,7
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(12,9)	8,0	(4,9)	(28,3)	(8,1)	(36,4)
Títulos e Valores Mobiliários	462,9	99,0	561,9	154,5	(16,3)	138,1
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-
Total	1.174,4	(576,3)	598,1	926,2	(139,1)	787,2

⁽¹⁾ O volume é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior), ponderado pelo impacto da variação do volume somado ao efeito do volume. O efeito do volume é obtido através da multiplicação da variação dos saldos com a taxa do exercício anterior. O impacto da variação do volume é obtido pela divisão do efeito do volume pela soma do efeito do volume e do efeito da taxa.

⁽²⁾ O rendimento / taxa é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior) ponderado pelo impacto da variação da taxa somado ao efeito da taxa. O efeito da taxa é obtido através da multiplicação da variação da taxa com o saldo do exercício anterior. O impacto da variação da taxa é obtido pela divisão do efeito da taxa pela soma do efeito do volume e efeito da taxa.

⁽³⁾ A variação líquida é obtida pela soma do volume (1) com o rendimento/taxa (2).

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de 2021/2020			Em 31 de dezembro de 2020/2019		
	Aumento/Redução			Aumento/Redução		
	Rendimento/ Volume ⁽¹⁾	Variação Taxa ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾	Rendimento/ Volume ⁽¹⁾	Variação Taxa ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
Passivos remunerados:						
Depósitos	(309,3)	(248,1)	(557,4)	(169,1)	229,2	60,1
Depósitos interbancários	3,8	(3,9)	(0,1)	(2,5)	2,4	(0,1)
Depósitos a prazo	(313,1)	(244,2)	(557,3)	(166,6)	226,8	60,2
Recursos de aceite e emissão de títulos - locais	(204,2)	(67,6)	(271,8)	(89,0)	20,7	(68,3)
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-
Valores mobiliários emitidos localmente	-	-	-	-	-	-
Dívida subordinada local	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceite e emissão de títulos – exterior	138,4	138,4	276,8	228,8	(274,3)	(45,6)
Valores mobiliários emitidos no exterior	-	-	-	-	-	-
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e repasses	2,5	(9,3)	(6,8)	(10,8)	32,2	21,4
Cessões de Crédito	(0,4)	(163,1)	(163,5)	(10,1)	65,7	55,6
Total	(373,0)	(349,7)	(722,7)	(50,2)	73,5	23,5

⁽¹⁾ O volume é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior), ponderado pelo impacto da variação do volume somado ao efeito do volume. O efeito do volume é obtido através da multiplicação da variação dos saldos com a taxa do exercício anterior. O impacto da variação do volume é obtido pela divisão do efeito do volume pela soma do efeito do volume e do efeito da taxa.

⁽²⁾ O rendimento / taxa é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior) ponderado pelo impacto da variação da taxa somado ao efeito da taxa. O efeito da taxa é obtido através da multiplicação da variação da taxa com o saldo do exercício anterior. O impacto da variação da taxa é obtido pela divisão do efeito da taxa pela soma do efeito do volume e efeito da taxa.

⁽³⁾ A variação líquida é obtida pela soma do volume (1) com o rendimento/taxa (2).

Margem Líquida de Juros e Spread

A seguinte tabela demonstra o saldo médio dos ativos geradores de receita e passivos onerosos e receita de juros líquida do Banco, e compara a margem líquida de juros e o spread líquido de juros para os períodos indicados.

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Saldo médio dos ativos geradores de receita	24.574,4	16.813,6	12.816,3
Saldo médio dos passivos onerosos	25.048,3	16.860,9	13.090,2
Receita de juros líquida ⁽¹⁾	2.774,1	2.978,7	2.328,8
Taxa de juros do saldo médio dos ativos geradores de receita	19,0%	25,0%	27,6%
Taxa de juros do saldo médio dos passivos onerosos	7,6%	7,2%	9,3%
Rendimento líquido em ativos geradores de receita ⁽²⁾	11,4%	17,7%	18,4%
Margem Líquida de Juros ⁽³⁾	17,9%	22,9%	22,5%

⁽¹⁾ Receita com intermediação financeira menos despesas com intermediação financeira.

⁽²⁾ Diferença entre o rendimento médio da média dos ativos geradores de receita (incluindo despesa com comissões de crédito) e o rendimento médio da média dos passivos onerosos.

⁽³⁾ Com base na DRE Gerencial: resultado bruto com intermediação financeira (excluindo despesas de comissões de agentes) antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa mais receita com serviços prestados como percentual da média dos ativos geradores de receita.

Retorno de Capital e Ativos

A tabela a seguir apresenta os indicadores financeiros selecionados para os períodos indicados.

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro líquido	241,9	329,0	367,5
Total de ativos médios	31.513,1	23.021,4	17.610,8
Patrimônio líquido médio	4.001,9	4.044,5	2.954,8
Retorno em ativos médios ⁽¹⁾	0,8%	1,4%	2,1%
Retorno de capital médio ⁽²⁾	6,0%	8,1%	12,4%
Patrimônio líquido médio como percentual da média do total de ativos	12,7%	17,6%	16,8%
Taxa de pagamento de dividendos ⁽³⁾ :			
Total de dividendos declarados mais juros sobre capital próprio ⁽³⁾	184,0	105,0	150,9
Total de dividendos declarados mais juros sobre capital próprio como % liquidado lucro líquido	76,1%	31,9%	41,1%

⁽¹⁾ Lucro líquido como percentual da média do total de ativos.

⁽²⁾ Lucro líquido como percentual do patrimônio líquido médio.

⁽³⁾ Total de dividendos declarados e juros sobre capital próprio.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela abaixo apresenta a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco nas datas indicadas. O Banco declara a negociação e a disponibilidade para venda de valores mobiliários ao seu valor justo e valores mobiliários detidos até o vencimento ao seu custo amortizado de compra mais ganhos acumulados. O Banco apresenta instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo; se o valor justo de um instrumento financeiro derivativo for negativo, esse valor é registrado no

passivo. Consulte a nota 2(e) das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para uma descrição aprofundada do tratamento títulos e valores mobiliários do Banco.

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Em 31 de dezembro de					
	2021	% do Total	2020	% do Total	2019	% do Total
Títulos disponíveis para venda:						
Títulos Públicos Federais	8.572,2	69,9%	6.905,0	78,5%	2.023,4	89,5%
Investimentos em renda fixa	142,8	1,2%	36,3	0,4%	32,7	1,4%
Debêntures	1.436,8	11,7%	1.431,7	16,3%	-	n/a
Certificado de Recebíveis Imobiliários	116,5	1,0%	94,5	1,1%	-	n/a
Subtotal	10.268,3	83,7%	8.467,5	96,3%	2.056,1	90,9%
Títulos para negociação:						
Títulos Públicos Federais	1.599,1	13,0%	-	n/a	-	n/a
Ações	-	n/a	-	n/a	-	n/a
Cotas de fundos de investimentos	-	n/a	-	n/a	-	n/a
Subtotal	1.599,1	13,0%	-	n/a	-	n/a
Títulos mantidos até o Vencimento:						
Títulos Públicos Federais	-	n/a	-	n/a	-	n/a
Cotas de fundos de investimentos	-	n/a	-	n/a	-	n/a
Investimentos em renda fixa	-	n/a	-	n/a	-	n/a
Subtotal	-	n/a	-	n/a	-	n/a
Instrumentos financeiros derivativos	394,7	3,2%	324,5	3,7%	204,9	9,1%
Total	12.262,1	100,0%	8.792,0	100,0%	2.261,0	100,0%

Distribuição no Vencimento da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela a seguir estabelece as datas de vencimento contratuais, em 31 de dezembro de 2021, dos títulos e valores mobiliários do Banco disponibilizados para venda, para negociação e mantidos até o vencimento, bem como as datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos que apresentam uma posição de ativo nessa data. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco não detinha valores mobiliários isentos de impostos na sua carteira.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2021

	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Em % do Total
Títulos disponíveis para venda:									
Títulos Públicos Federais	-	79,4	109,0			172,9	8.210,9	8.572,2	69,9%
Investimentos em renda fixa	142,8							142,8	1,2%
Debêntures	-					22,0	1.414,8	1.436,8	11,7%
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-						116,5	116,5	1,0%
Total	142,8	79,4	109,0	-	-	194,9	9.742,2	10.268,3	83,7%
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	1.599,1	1.599,1	13,0%
Total	-	-	-	-	-	-	1.599,1	1.599,1	13,0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	3,5	40,0	10,5	51,8	140,3	148,6	394,7	3,2%
Total	142,8	82,8	149,0	10,5	51,8	335,2	11.489,9	12.262,1	100,0%

Instrumentos Financeiros Derivativos

A tabela a seguir estabelece os instrumentos financeiros derivativos do Banco na referida data.

	Em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2019	
	Ativo (passivo)	Valor nominal	Ativo (passivo)	Valor nominal	Ativo (passivo)	Valor nominal
	(em milhões de R\$)					
Operações de Swap						
Diferencial a receber	394,7	1.958,4	324,5	1.109,2	204,9	2.640,4
Diferencial a pagar	(65,3)	347,1	(103,0)	358,8	(130,9)	1.418,6
Total	329,4	2.305,4	221,5	1.468,1	74,1	4.059,1

Depósitos Compulsórios do Banco Central do Brasil

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a Circular BCB nº 3.917 de 22 de novembro de 2018 e Resolução BCB nº 145 de 24 de setembro de 2021, o Banco não mantinha depósitos compulsórios sobre depósitos à vista ou a prazo.

Operações de Crédito

A tabela a seguir resume a carteira de crédito do Banco em aberto por categoria de operação. Com exceção da carteira de crédito pessoal “Empréstimo Consignado nos Estados Unidos”, todas as operações de crédito do Banco são com tomadores domiciliados no Brasil.

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Tipo de operações de crédito:			
Crédito pessoal ⁽¹⁾	10.561,4	9.103,9	8.571,5
Veículos	0,1	0,1	0,2
Carteira comercial ⁽²⁾	2.314,7	2.014,6	1.558,4
Operações de crédito cedidas ⁽³⁾	2.475,2	2.391,3	876,0
Subtotal	15.351,4	13.509,9	11.006,1
Outros créditos ⁽⁴⁾	616,0	496,4	448,4
Total antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa	15.967,4	14.006,3	11.454,5
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(850,6)	(719,9)	(591,8)
Total	15.116,8	13.286,4	10.862,8

⁽¹⁾ Refere-se às carteiras de cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, crédito na conta, cartão de crédito aberto, antecipação FGTS, empréstimo consignado nos Estados Unidos, Lendico e empréstimo imobiliário, exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽²⁾ Refere-se às operações de atacado (operações estruturadas e empresas) e operações de PJ Varejo, exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽³⁾ Refere-se às operações de crédito cedidas de crédito pessoal e carteira comercial.

⁽⁴⁾ Refere-se a compras a faturar do cartão de crédito consignado e cartão de crédito aberto e a carteira de câmbio.

Os principais tipos de produtos são os seguintes:

Produtos de Varejo:

- **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.** É o principal produto do Banco. Trata-se de cartões de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS e a servidores públicos, cujo pagamento mínimo é descontado diretamente na folha de pagamento a partir dos benefícios e salários dos mutuários. A forma de pagamento via consignação deste produto, permite ao Banco praticar taxas significativamente mais baixas do que as cobradas por cartões de crédito tradicionais ou outros créditos pessoais.
- **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.** Como parte do modelo de negócios multiprodutos para diferentes necessidades e estágios do ciclo de vida do cliente, o Banco retomou no final do 3T19 sua atuação no segmento de empréstimo consignado, do qual já foi líder, como um produto complementar. O produto consiste em empréstimos consignados concedidos a aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos cujo pagamento mínimo é deduzido diretamente da folha de pagamento.
- **CRÉDITO NA CONTA.** São créditos pessoais cujo pagamento de juros e principal é deduzido diretamente das contas correntes individuais dos aposentados e pensionistas do INSS e de servidores públicos. Esta linha de crédito é complementar à linha de cartão de

crédito consignado e empréstimo consignado, proporcionando aos clientes acesso a mais uma linha de financiamento caso precisem atender necessidades de crédito emergenciais.

- **CARTÃO DE CRÉDITO ABERTO.** São cartões de crédito vinculados ao banco digital, incluindo as parcerias com clubes de futebol e varejistas.
- **ANTECIPAÇÃO FGTS.** É a antecipação do saque-aniversário do FGTS. O saque-aniversário é um opcional que permite a retirada de parte do saldo da conta do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), anualmente, no mês de aniversário de acordo com as faixas de saldo pré-definidas.
- **SEGUROS.** O Banco, por meio da sua subsidiária indireta Bmg Corretora de Seguros, oferece aos seus clientes seguros massificados, incluindo seguro prestamista e de vida, por meio da parceria firmada com a Generali em 2016.
- **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NOS ESTADOS UNIDOS.** A Bmg Money, empresa detida por acionistas do Banco, oferece crédito consignado para funcionários do setor público nos EUA por meio de acordos de participação (*participation agreements*) celebrados entre Bmg Cayman, subsidiária integral do Banco, e Bmg Money, empresa detida por acionistas do Banco, nos termos dos quais o Bmg Cayman pode adquirir uma participação nos empréstimos consignados realizados pelo Bmg Money nos Estados Unidos. Essa operação é refletida no Banco em decorrência dos referidos acordos de participação (*participation agreements*) e da consolidação de tal subsidiária nos demonstrativos do Banco.
- **PJ VAREJO.** Refere-se a carteira de antecipação de recebíveis junto às bandeiras dos cartões de crédito. Essa carteira faz parte da estratégia do Banco de atuar em um ecossistema completo de varejo no Brasil: oferecer serviços bancários completos, incluindo soluções de pagamentos para os estabelecimentos comerciais e seus funcionários, tais como folha de pagamento, capital de giro, seguros e investimentos.

Produtos de Atacado:

- **OPERAÇÕES ESTRUTURADAS.** Refere-se a antecipação de recebíveis das comissões pagas pelo Banco ao longo do prazo dos contratos originados pelos correspondentes e antecipação de recebíveis dos direitos televisivos dos clubes de futebol.
- **EMPRESAS.** Refere-se a oferta de serviços financeiros e de financiamento estruturado para empresas de médio e grande porte e também oferece serviços de hedge para os clientes corporativos do Banco por meio de instrumentos financeiros derivativos.

- **BMG SEGUROS.** Por meio de sua subsidiária indireta, Bmg Seguros, o Banco oferece seguros garantias aos seus clientes corporativos, em especial garantia de oferta, garantia de desempenho, garantias judiciais e garantias de pagamento.

Vencimentos da Carteira de Crédito

A tabela a seguir apresenta a distribuição de vencimentos da carteira de crédito por tipo em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021										
(Em milhões de R\$)		Vincendo							Carteira de Crédito após a provisão para crédito	
Tipo de operações de crédito	Vencido	De 31		De 91 a		De 181		Acima de 360 dias	Carteira de Crédito Total	Provisão para crédito de liquidação duvidosa
		Até 30 dias	a 60 dias	De 61 a 90 dias	180 dias	a 360 dias	de 360 dias			
Crédito pessoal	954,6	4.692,8	480,5	316,5	791,9	1.151,8	5.217,3	13.605,4	811,1	12.794,3
CDC veículos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	(0,0)
Carteira comercial	2,1	398,1	182,6	177,0	229,1	248,6	1.124,4	2.361,9	39,4	2.322,4
Total	956,8	5.090,9	663,2	493,5	1.020,9	1.400,4	6.341,7	15.967,4	850,6	15.116,8

Principais Devedores

As tabelas abaixo fornecem determinadas informações relacionadas aos principais devedores do Banco, de acordo com regras de classificação determinadas pelo Banco Central do Brasil, nas datas apresentadas:

(Em milhões de R\$, exceto %)		Em 31 de dezembro de					
		% da carteira		% da carteira		% da carteira	
		2021	a	2020		2019	
Maior devedor		398,4	2,5%	107,0	0,8%	74,2	0,6%
10 maiores devedores sucessivos		1.071,9	6,7%	556,8	4,0%	439,8	3,8%
20 maiores devedores sucessivos		1.309,1	8,2%	841,7	6,0%	652,5	5,7%
50 maiores devedores sucessivos		1.683,9	10,5%	1.273,5	9,1%	1.014,2	8,9%
100 maiores devedores sucessivos		1.957,7	12,3%	1.586,3	11,3%	1.284,3	11,2%
Total da carteira de crédito...		15.967,4	100,0%	14.006,3	100,0%	11.454,5	100,0%

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão do Banco para créditos de liquidação duvidosa destina-se a ajustar o valor da sua carteira de crédito para prováveis créditos de liquidação duvidosa. O Banco determina o valor da sua provisão para créditos de liquidação duvidosa para a sua carteira de crédito seguindo os critérios de risco de crédito estabelecidos pela Resolução Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, emitida pelo Conselho Monetário Nacional.

Créditos baixados para prejuízo

De acordo com a Resolução Conselho Monetário Nacional nº 2.682, as operações de crédito com vencimento em até 36 meses e as operações de crédito com vencimento acima de 36 meses são baixados para prejuízo quando estão vencidos há 360 dias e 540 dias, respectivamente.

Inadimplência e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir apresenta um resumo das operações de crédito inadimplentes do Banco (que são classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional), em conjunto com determinados índices de qualidade de ativos nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Carteira de crédito total	15.967,4	14.006,3	11.454,5
Créditos inadimplentes (“classificados de ‘E’ a ‘H’”)	920,2	796,8	659,0
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	850,6	719,9	591,8
Baixa para prejuízo líquida de recuperação ⁽³⁾	588,5	576,2	450,3
Créditos inadimplentes como percentual da carteira de crédito total ⁽¹⁾	5,8%	5,7%	5,8%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual da carteira de crédito total	5,3%	5,1%	5,2%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual dos créditos inadimplentes ⁽²⁾	92,4%	90,3%	89,8%
Baixa para prejuízo líquida de recuperação como percentual da carteira de crédito total	3,7%	4,1%	3,9%

⁽¹⁾ Operações de créditos inadimplentes são créditos classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional como um percentual da carteira de crédito total do Banco.

⁽²⁾ Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual de créditos inadimplentes (créditos que são classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional).

⁽³⁾ Saldo refere-se a subtração de Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão menos Créditos recuperados.

A tabela a seguir apresenta a carteira de crédito total do Banco por produto e os saldos correspondentes dos créditos inadimplentes do Banco em 31 de dezembro de 2021:

(Em milhões de R\$, exceto %)

Em 31 de dezembro de 2021

Tipo de Operações de Crédito	Créditos		
	Carteira de Crédito Total	Inadimplentes (E-H)	Inadimplentes como % da Carteira de Crédito Total ⁽¹⁾
Crédito Pessoal ⁽²⁾	10.561,4	838,6	7,9%
CDC – veículos	0,1	0,1	100,5%
Comercial ⁽³⁾	2.314,7	54,9	2,4%
Operações de crédito cedidas ⁽⁴⁾	-	-	0,0%
Subtotal	2.475,2	26,7	1,1%
Outros Créditos ⁽⁵⁾	-	-	0,0%
Carteira de crédito total	15.351,4	920,2	6,0%

⁽¹⁾ Créditos inadimplentes são créditos classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional como um percentual da carteira de crédito total do Banco.

⁽²⁾ Refere-se às carteiras de cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, crédito na conta, cartão de crédito aberto, antecipação FGTS, empréstimo consignado nos Estados Unidos, Lendico e empréstimo imobiliário, exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽³⁾ Refere-se às operações de atacado (operações estruturadas e empresas) e operações e PJ Varejo exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽⁴⁾ Refere-se às operações de crédito cedidas de crédito pessoal e carteira comercial.

⁽⁵⁾ Refere-se a compras a faturar do cartão de crédito consignado e a carteira de câmbio.

Classificação de Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta a classificação da carteira de crédito total do Banco de acordo com a categoria de risco em 31 de dezembro de 2021, na qual “A” representa o risco creditório mínimo e “H” representa um risco creditório extremamente alto. Como parte da sua política de classificação de risco de crédito, o Banco não classifica créditos na categoria “AA”. Em 31 de dezembro de 2021, 93,6% da carteira de crédito do balanço patrimonial do Banco estava classificado nas categorias de risco creditório “A”, “B” ou “C”.

(Em milhões de R\$, exceto %)			Provisão para crédito de liquidação duvidosa	
Nível de Risco	% da Carteira de Crédito Total	Carteira de Crédito Total	Mínimo exigido pelo Banco	
			Central	Real
AA	4,2%	668,0	-	-
A	86,9%	13.878,3	69,4	69,4
B	1,1%	172,2	1,7	1,7
C	1,4%	228,7	6,9	6,9
D	0,6%	99,9	10,0	10,0
E	0,7%	116,0	34,8	34,8
F	0,7%	112,0	56,0	56,0
G	0,4%	67,7	47,4	47,4
H	3,9%	624,4	624,4	624,4
Total	100,0%	15.967,4	850,6	850,6

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A tabela a seguir apresenta a evolução da provisão para crédito de liquidação duvidosa do Banco para os períodos indicados.

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Saldo do início do período	719,9	591,8	557,1
Constituição da provisão	923,4	818,7	637,0
Baixas para prejuízo (a)	(792,7)	(690,6)	(602,3)
Saldo do fim do período	850,6	719,9	591,8
Créditos recuperados (b)	204,1	114,5	152,0
Valores líquidos incobráveis (a + b)	(588,5)	(576,2)	(450,3)

Com base nas informações disponíveis com relação aos tomadores de crédito, o Banco acredita que a provisão acumulada do Banco para crédito de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito total do Banco.

Alocação da Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As tabelas abaixo estabelecem a alocação da provisão para crédito de liquidação duvidosa nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$, exceto %)

Em 31 de dezembro de 2021			
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do tipo de operação de crédito	Categoria de empréstimo como % da carteira de crédito total
Tipo de operações de crédito:			
Crédito pessoal	811,1	6,0%	97,1%
Financiamento de veículos	0,1	100,5%	0,0%
Comercial	39,4	1,7%	16,9%
Total	850,6	5,3%	114,0%

(Em milhões de R\$, exceto %)

Em 31 de dezembro de 2020			
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do tipo de operação de crédito	Categoria de empréstimo como % da carteira de crédito total
Tipo de operações de crédito:			
Crédito pessoal	675,8	5,7%	85,3%
Financiamento de veículos	0,1	96,4%	0,0%
Comercial	44,0	2,1%	14,7%
Total	719,9	5,1%	100,0%

(Em milhões de R\$, exceto %)

Em 31 de dezembro de 2019			
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do tipo de operação de crédito	Categoria de empréstimo como % da carteira de crédito total
Tipo de operações de crédito:			
Crédito pessoal	540,6	5,5%	85,8%
Financiamento de veículos	0,1	82,1%	0,0%
Comercial	51,0	3,1%	14,2%
Total	591,8	5,2%	100,0%

Média de Saldos de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta a média de saldos de depósitos e a média da taxa de juros paga sobre depósitos para os períodos indicados.

(Em milhões de R\$,
exceto %)

	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2019	
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Taxa de Juros Média ⁽²⁾	Saldo Médio ⁽¹⁾	Taxa de Juros Média ⁽²⁾	Saldo Médio ⁽¹⁾	Taxa de Juros Média ⁽²⁾
Depósitos	15.150,8	-9,7%	11.697,7	-7,8%	9.771,6	-9,9%
Depósitos interbancários	48,5	-8,8%	129,5	-3,2%	68,4	-5,9%
Depósitos a prazo	15.102,3	-9,7%	11.568,3	-7,8%	9.703,1	-9,9%

⁽¹⁾ Os dados do saldo médio anual foram calculados com base na média da soma dos saldos em cinco datas: em 31 de dezembro, 30 de setembro, 30 de junho, 31 de março e 31 de dezembro de ano anterior, para cada um dos exercícios sociais.

⁽²⁾ A taxa de juros média foi calculada com base nas despesas do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme descrito acima.

Vencimento dos Depósitos

As seguintes tabelas estabelecem informações com relação ao vencimento dos depósitos do Banco nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de 2021
	CDB / CDI / DPGE
Vencimento em até 3 meses	1.794,0
Vencimento depois de 3 meses, mas em até 6 meses	1.384,3
Vencimento depois de 6 meses, mas em até 12 meses	2.353,3
Vencimento depois de 12 meses	11.855,5
Total	17.387,1

Recursos de aceite e emissão de títulos

Valores mobiliários emitidos no exterior: os recursos do Banco provenientes de aceite e emissão de títulos incluem valores mobiliários emitidos pelo Banco no exterior. Em novembro de 2009, o Banco emitiu US\$ 300 milhões 9,95% em *notas* subordinadas com vencimento em 2019, que foram integralmente pagas no seu vencimento em novembro de 2019, totalizando o valor de R\$ 977,9 milhões em principal mais juros. Em agosto de 2010, o Banco emitiu US\$ 250 milhões 8,875% em *notas* subordinadas com vencimento em 2020 que foram pagas integralmente no seu vencimento em agosto de 2020, totalizando o valor de R\$ 899,8 milhões em principal mais juros. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco não realizou captações no mercado internacional.

Letras Financeiras e Letras de Crédito: os recursos do Banco provenientes de aceite e emissão de títulos incluem valores mobiliários que o Banco emitiu no Brasil. As tabelas a seguir

apresentam informações sobre o vencimento das letras financeiras e letras de crédito em aberto do Banco por vencimento, nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de 2021
	LF / LCI / LCA / LFG
Vencimento em até 3 meses	527,2
Vencimento depois de 3 meses, mas em até 6 meses	180,6
Vencimento depois de 6 meses, mas em até 12 meses	1.141,3
Vencimento depois de 12 meses	653,8
Total	2.502,9

Índices de Basileia e Requisitos de Capital Mínimo

Em outubro de 2013, entrou em vigor um novo arcabouço regulatório visando a implementação da estrutura do Acordo de Basileia III no Brasil, definindo novo conjunto de requerimentos para instituições financeiras, conforme abaixo.

Com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital dos bancos e elevar a resiliência do sistema financeiro, o Acordo de Basileia III introduziu novas definições e exigências de capital que foram implementadas gradualmente até 2019. No Brasil, atualmente, as instituições financeiras, incluindo o Banco, devem manter os seguintes requisitos mínimos obrigatórios: I. Capital Principal de no mínimo 4,5%; II. Nível I de no mínimo 6%; III. Capital Regulatório Total de no mínimo 8%; IV. Capital de Conservação (ACP) de no mínimo 2,0%, totalizando 10,0% de exigência, observando que conforme Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, a partir de 01 de abril de 2022, o Capital de Conservação (ACP) passa ser de 2,5%, totalizando 10,5% de exigência de capital.

O Banco informa seus requerimentos de capital de forma consolidada, incluindo o patrimônio de subsidiárias e afiliadas de propriedade majoritária e minoritária. O Banco calcula seu capital mínimo exigido de acordo com os parâmetros definidos pelas Resoluções nº 4.955 e nº 4.958, ambas de 21 de outubro de 2021. O índice entre o patrimônio de referência em relação aos ativos ponderados pelo risco foi de 14,7% em 31 de dezembro de 2021, em comparação 17,8% em 31 de dezembro de 2020 e a 22,5% em 31 de dezembro de 2019. A relação entre o Capital Nível I e o total de ativos ponderados pelo risco era de 14,6% em 31 de dezembro de 2021, de 17,7% em 31 de dezembro de 2020 e de 22,4% em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos de liquidez de alta qualidade do Banco totalizavam R\$ 4.597,6 milhões e o seu índice de cobertura de liquidez, calculado por meio do total de ativos de alta qualidade e saídas líquidas por um período de 30 dias (LCR), era de 1.529%.

Exposição do Banco a Variações na Taxa de Câmbio

A maioria das operações do Banco é denominada em Real. Entretanto, conforme informações apresentadas no quadro 4.2, o Banco também tem exposição ao risco cambial, tanto em decorrência de ativos, passivos e itens fora do balanço patrimonial do Banco que são denominados ou indexados a moedas que não sejam o Real, tanto como resultado de negociação quanto no curso regular das atividades bancárias. O Banco busca controlar a exposição às movimentações de taxas de câmbio através do gerenciamento e monitoramento de disparidades de taxa de câmbio relevantes, conforme determina a sua Política de Risco de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição líquida consolidada em moeda estrangeira do Banco era de R\$ 0,3 milhão, ou 0,01% do capital de referência do Banco. A exposição líquida consolidada em moeda estrangeira é a diferença entre o total de ativos indexados ou denominados em moeda estrangeira e o total de passivos indexados ou denominados em moeda estrangeira, incluindo instrumentos financeiros derivativos a valor justo.

A posição de moeda estrangeira do Banco também resulta da compra e venda de moeda estrangeira (principalmente dólares norte-americanos) pelo Banco de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e em operações nos mercados de câmbio spot e futuro. O Banco Central do Brasil regula as posições cambiais do Banco.

Em 31 de dezembro de 2021, a composição dos ativos, passivos e exposição cambial líquida denominados em moeda estrangeira do Banco era como segue.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021
Ativos denominados em moeda estrangeira	3.019,9
Passivos denominados em moeda estrangeira	3.019,6
Posição líquida de longo prazo	67,7
Posição líquida de curto prazo	328,3
Exposição cambial líquida⁽¹⁾	-0,3
Patrimônio líquido de referência dos acionistas	2.645,3
Exposição cambial líquida como % do patrimônio líquido dos acionistas	0,01%
Exposição cambial líquida máxima regulatória	30,0%

⁽¹⁾ Exposição cambial líquida calculada conforme a Circular nº3641 de 04/03/2013 do Banco Central do Brasil.

O caixa e os disponíveis do Banco em moeda estrangeira estão, principalmente, em dólares norte-americanos. Eventualmente, o Banco também pode possuir valores denominados em outras moedas estrangeiras, porém em baixa relevância, de modo que a exposição cambial do Banco é primordialmente em dólar norte-americano.

Adicionalmente, o Banco celebra contratos de derivativos de curto prazo com outras instituições para gerenciar sua exposição geral, bem como auxiliar clientes no gerenciamento de suas respectivas exposições. Essas operações envolvem contratos de derivativos, incluindo *swaps*



cambiais e futuros. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía R\$ 1.801,1 milhões (em valor nominal) de derivativos cambiais.

Anexo II - Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

R\$ 241.912.601,48 (duzentos e quarenta e um milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e um reais e quarenta e oito centavos), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN GAAP”).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global bruto de R\$ 184.000.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões de reais), foi declarado a título de juros sobre capital próprio, que corresponde ao valor bruto de R\$ 0,31551080039 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco. Sobre o referido valor foi efetuada a dedução de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto aos acionistas comprovadamente imunes ou isentos, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o que resultou no valor total líquido de R\$ 156.400.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil reais), sendo atribuído o valor líquido de R\$ 0,26818418034 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco. Referidos juros a título de remuneração sobre o capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 16 de dezembro de 2021.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

76,06% (setenta e seis inteiros e seis centésimos por cento).

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável, uma vez que não há dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição adicional aos juros sobre capital próprio já declarados.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição adicional aos juros sobre capital próprio já declarados.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

b. informar a data dos respectivos pagamentos.

Os juros a título de remuneração sobre o capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 16 de dezembro de 2021, no valor total bruto de R\$ 184.000.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões de reais), sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,31551080039 por ação ordinária e preferencial nominativa representativa do capital social do Banco.

Sobre o referido valor foi efetuada a dedução de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o que resultou em no valor total líquido de R\$ 156.400.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil reais). Os juros sobre capital próprio foram pagos aos acionistas em 18 de fevereiro de 2022.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: (a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; e (b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

	Exercício de 2021	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Lucro líquido do exercício	241.912.601,48	329.043.468,57	367.487.358,78
Total de ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria	372.696.198	400.007.354	400.007.354
Total de ações preferenciais, excluídas as ações em tesouraria	210.485.106	187.874.677	203.448.277
Lucro líquido do exercício por ação	0,41	0,56	0,61
Total de dividendos e juros sobre capital próprio distribuído	184.000.000,00	105.000.000,00	150.863.907,75
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído por ação	0,31551080039	0,17860726211	0,25

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

R\$ 12.095.630,07 (doze milhões, noventa e cinco mil, seiscentos e trinta reais e sete centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (b) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (c) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (d) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório: (a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto; (b) informar se ele está sendo pago integralmente; e (c) informar o montante eventualmente retido.

(a) O estatuto social do Banco estabelece que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, a Lei nº 6.404/76 autoriza que o Banco pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).

(b) A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei 6.404/76, ou seja, de distribuição anual, podendo também o Banco, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Ainda, o Conselho de Administração pode levantar balanço e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços, em períodos mensais, bimestrais ou trimestrais, respeitado o limite legal.

(c) Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia, (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências, (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; (d) justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar, (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias, (a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) identificar o montante destinado à reserva; (c) descrever como o montante foi calculado.

(a) O estatuto social do Banco estabelece em seu artigo 40 que a Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá destinar parcela dos lucros para constituição de reservas estatutárias ou retenções previstas em lei ou no estatuto. Uma parcela do lucro líquido até o limite de 75% do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A., após deduzida a reserva legal, pode ser destinada a formação de reserva para investimentos e capital de giro, com a finalidade de custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro do Banco, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva, somando os saldos das demais reservas de lucros (excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e reserva de incentivos fiscais) e não ultrapassará 100% do capital social investido nos termos da Lei das S.A.

(b) Destinação à reserva estatutária de R\$ 45.816.971,41 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e setenta e um reais e quarenta e um centavos).

(c) Total do lucro líquido, descontado o montante destinado à reserva legal (5%) e o montante declarado a título de juros sobre capital próprio imputados ao dividendo dos acionistas.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital, (a) identificar o montante da retenção; (b) fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais, (a) informar o montante destinado à reserva; e (b) explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.

Anexo III – Informações sobre Indicados ao Conselho de Administração (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Nome:	ANTONIO MOURÃO GUIMARÃES NETO	CPF/Passaporte:	325.371.236-20
Data de Nascimento:	20/10/1956	Profissão:	Administrador de Empresas
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Gestão de Risco e Capital, eleito e empossado em 25 de junho de 2020, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Estratégia & Inovação, eleito e empossado em 27 de maio de 2021, com prazo de mandato de 2 anos	Data da eleição:	30.04.2020
Membro independente:	Não	Data de posse:	01.09.2020
Critério de independência:	Não aplicável	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	2
Experiência profissional:			
Antônio Mourão Guimarães Neto graduou-se em Administração de Empresas pela Una - Faculdade de Ciências Gerenciais em 1980. Atua na gestão das empresas agrícolas de grupos empresariais pertencentes à Família Guimarães. É membro do Comitê Executivo das Empresas Financeiras BMG desde 1993 e foi membro do Conselho de Administração do Banco BMG e 1978 até 2011. Em 2019 foi novamente eleito membro do Conselho de Administração do Banco BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
Antonio Mourão Guimarães Neto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações:			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Nome:	REGINA ANNES GUIMARÃES	CPF/Passaporte:	201.130.726-00
Data de Nascimento:	27/05/1953	Profissão:	Empresária
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Governança Corporativa, eleita e empossada em 27 de janeiro de 2022, com prazo de mandato de 2 anos.	Data da eleição:	30/04/2020
Membro independente:	Não	Data de posse:	01/09/2020
Critério de independência:	Não aplicável	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	15
Experiência profissional:			
Regina Annes Guimarães é graduada em turismo pela Faculdade de Turismo de Belo Horizonte e atua na diretoria de diversas empresas não financeiras pertencentes à família Guimarães. É membra do Comitê Executivo das Empresas Financeiras BMG desde 1993 e atua como membro do Conselho de Administração do Banco BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
Regina Annes Guimarães não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações:			
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Nome:	JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DOMINICALE	CPF/Passaporte:	165.192.288-85
Data de Nascimento:	17/04/1968	Profissão:	Advogado
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Governança Corporativa, eleito e empossado em 27 de janeiro de 2022, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Gestão de Risco e Capital, eleito e empossado em 25 de junho de 2020, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Estratégia & Inovação, eleito e empossado em 28 de maio de 2020, com prazo de mandato de 2 anos.	Data da eleição:	30/04/2020
Membro independente:	Não	Data de posse:	01/09/2020
Critério de independência:	Não aplicável	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	5
Experiência profissional:			
José Eduardo Gouveia Dominicale é graduado em Direito pela Universidade Braz Cubas e possui MBA em administração pelo IBMEC. Adquiriu experiência na diretoria de risco de crédito e processo de cobrança em diversos bancos nacionais e internacionais, como o Banco Martinelli, o BankBoston e o CitiGroup. Em 2007, foi nomeado Diretor Executivo do Banco BMG e em 2015 deixou o Banco BMG para se tornar Vice-Presidente do Grupo Empresarial do BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
José Eduardo Gouveia Dominicale não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações:			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Nome:	ÂNGELA ANNES GUIMARÃES	CPF/Passaporte:	375.156.836-00
Data de Nascimento:	20/06/1952	Profissão:	Socióloga
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Estratégia & Inovação, eleita e empossada em 28 de maio de 2020, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Governança Corporativa, eleita e empossada em 27 de janeiro de 2022, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura, eleita e empossada em 25 de junho de 2020, com prazo de mandato de 3 anos.	Data da eleição:	30/04/2020
Membro independente:	Não	Data de posse:	01/09/2020
Critério de independência:	Não aplicável	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	15
Experiência profissional:			
Ângela Annes Guimarães é bacharel em Estudos Sociais pela PUC - MG, atua na diretoria de diversas empresas não financeiras pertencentes à família Guimarães, é membro do Comitê Executivo das Empresas Financeiras BMG desde 1993 e atua como membro no Conselho de Administração do Banco BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
Com relação a cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor, a Annes Guimarães é diretora vice-presidente do Instituto Antônio Mourão Guimarães.			
Declaração de eventuais condenações:			
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Nome:	RICARDO ANNES GUIMARÃES	CPF/Passaporte:	421.402.186-04
Data de Nascimento:	27/03/1961	Profissão:	Administrador de Empresas
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Estratégia & Inovação, eleito e empossado em 28 de maio de 2020, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura, eleito e empossado em 25 de junho de 2020, com prazo de mandato de 3 anos. Membro do Comitê de Gestão de Risco e Capital, eleito e empossado 25 de junho de 2020, com prazo de mandato de 2 anos.	Data da eleição:	30/04/2020
Membro independente:	Não	Data de posse:	01/09/2020
Critério de independência:	Não aplicável	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	2
Experiência profissional:			
Ricardo Annes Guimarães graduou-se em Administração de Empresas pela Una - Faculdade de Ciências Gerenciais em 1988. Com ampla experiência dentro do BMG e no Grupo Empresarial BMG, o Sr. Ricardo começou a trabalhar no Banco BMG em 1980 e desde então tem sido muito bem sucedido como Diretor Financeiro (1989) e depois como Vice-Presidente (1996). Atuou como CEO do Banco entre 2004 e 2013. Em 2019 foi eleito membro do Conselho de Administração e em fevereiro de 2020 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração do Banco BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
Ricardo Annes Guimarães não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações:			
No âmbito do processo criminal nº 2006.38.00.039573-6 detalhado no item 4.7 do Formulário de Referência, o Sr. Ricardo inicialmente obteve em 2012 decisão desfavorável, em relação ao objeto do processo indicado no item 4.7, tendo essa decisão sido reformada pelo Tribunal Regional Federal em abril de 2018, e o Sr. Ricardo, conseqüentemente, absolvido (decisão ainda não transitada em julgado). Ainda, o Sr. Ricardo declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Nome:	OLGA STANKEVICIUS COLPO	CPF/Passaporte:	216.118.408-30
Data de Nascimento:	26/05/1952	Profissão:	Psicóloga Organizacional e Consultora
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Não
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Auditoria, eleita em 02 de junho de 2020 e empossada em 16 de setembro de 2020, com prazo de mandato até 29 de maio de 2022. Membro do Comitê de Governança, eleita e empossada em 27 de janeiro de 2022, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura, eleita e empossada em 25 de junho de 2020, com prazo do mandato de 2 anos.	Data da eleição:	30/04/2020
Membro independente:	Sim	Data de posse:	01/09/2020
Critério de independência:	O critério de determinação da independência é o constante do Estatuto Social do Banco BMG.	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	4
Experiência profissional:			
Olga Stankevicius Colpo é graduada em psicologia organizacional, especialista em Gestão de Recursos Humanos pela FGV, bem como em Managing Managers pela Michigan University e, ainda, em International Business pela Harvard University. Ainda, ela possui MBA Executivo Internacional pela FIA/USP. Desenvolveu sua carreira como sócia em consultoria na PwC, onde trabalhou por mais de trinta anos, até 2009. De 2009 a 2016 foi Diretora-Presidente da Participações Morro Vermelho, holding familiar controladora do Grupo Camargo Corrêa. Como Consultora, Conselheira e Executiva, prestou suporte a conselhos de administração e companhias na implementação de modelos de governança familiar e empresarial mais robustos e novos sistemas de gestão de negócios. Em abril de 2017, tornou-se membro independente do Conselho de Administração do Banco BMG. Em janeiro de 2020 foi eleita Vice-Presidente Independente do Conselho de Administração do Banco BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
Com relação a cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor, Olga Stankevicius Colpo é membro (i) do conselho fiscal e do comitê executivo da Childhood Brasil, bem como (ii) do conselho consultivo da Fundação Instituto de Administração – FIA.			
Declaração de eventuais condenações:			
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Nome:	MARCO ANTONIO ANTUNES	CPF/Passaporte:	002.975.098-96
Data de Nascimento:	31/10/1959	Profissão:	Engenheiro
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Não
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Estratégia & Inovação, eleito e empossado em 28 de maio de 2020, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Gestão de Risco e Capital, eleito e empossado em 25 de junho de 2020, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Cultura, eleito e empossado em 16 de dezembro de 2021, com prazo de 3 anos.	Data da eleição:	30/10/2021
Membro independente:	Não	Data de posse:	18/11/2021
Critério de independência:	O critério de determinação da independência é o constante do Estatuto Social do Banco BMG.	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	2
Experiência profissional:			
Marco Antonio Antunes é graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui, ainda, especialização em Finanças e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Atua há mais de 30 anos no mercado financeiro, sendo 28 anos no Itaú Unibanco, 13 deles como Diretor de Contabilidade. Em fevereiro de 2013, ingressou no Bmg como Diretor-Executivo, sendo também membro do Conselho de Administração da Bmg Seguros e em setembro de 2017 foi eleito Diretor Executivo Geral do Banco Bmg além de ser convidado permanente do Conselho de Administração do Banco Bmg. Em fevereiro de 2020 foi eleito Diretor Executivo Vice-Presidente do Banco BMG, e em agosto de 2020 passou a acumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Em outubro de 2021, foi eleito membro do Conselho de Administração do Banco BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
Marco Antonio Antunes não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações:			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Nome:	MANUELA VAZ ARTIGAS	CPF/Passaporte:	176.006.338-09
Data de Nascimento:	05/08/1975	Profissão:	Economista
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Não
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Estratégia & Inovação, eleita e empossada em 22 de julho de 2020, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital, eleita e empossada em 28 de janeiro de 2021, com prazo de mandato de 2 anos.	Data da eleição:	22/07/2020
Membro independente:	Sim	Data de posse:	01/09/2020
Critério de independência:	O critério de determinação da independência é o constante do Estatuto Social do Banco BMG.	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	2
Experiência profissional:			
Manuela Vaz Artigas é graduada em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com MBA da Anderson Business School na University of California Los Angeles, onde se formou como membro da Anderson Business Society e recebeu o prêmio de finanças Fred Weston Excellence. Ainda, possui sólida experiência em questões estratégicas, organizacionais e operacionais de companhias nacionais e multinacionais. Em julho de 2020 foi eleita membro independente do Conselho de Administração no Banco BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
Manuela Vaz Artigas não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações:			
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Nome:	DORIVAL DOURADO JR.	CPF/Passaporte:	914.735.788-68
Data de Nascimento:	07/10/1958	Profissão:	Administrador de Empresas
Cargo eletivo pretendido:	Conselho de Administração	Eleito pelo controlador:	Não
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Auditoria, eleito em 02 de junho de 2020, empossado em 16 de setembro de 2020, com prazo de mandato até 02 de junho de 2023. Membro do Comitê de Gestão de Risco e Capital, eleito e empossado em 25 de junho de 2020, com prazo de mandato de 2 anos. Membro do Comitê de Estratégia & Inovação, eleito e empossado em 28 de maio de 2020, com prazo de mandato de 2 anos.	Data da eleição:	30/04/2020
Membro independente:	Sim	Data de posse:	01/09/2020
Critério de independência:	O critério de determinação da independência é o constante do Estatuto Social do Banco BMG.	Prazo de mandato:	Até a AGO de 2022
Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração	100%	Mandatos consecutivos:	2
Experiência profissional:			
Dorival Dourado Jr. é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Associadas de São Paulo, com especialização em gestão. Tem experiência em diversas empresas do setor de mídia e financeiro como Presidente e cargos executivos, tais como: Mova Sociedade de Empréstimo entre Pessoas, Vector Inovação e Tecnologia, Boa Vista-SCPC, Experian Global Services e Serasa, dentre outras. Além disso, atuou em diversos Conselhos de Administração e Consultivos, dentre eles na Secretaria de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo, Semantix Tecnologia S.A., Avante.com.vc Soluções e Participações S.A., ABFintech (Associação Brasileira de FinTechs), Omni Soluções Financeiras e Febraban. É investidor anjo e envolvido com o ecossistema de inovação e empreendedorismo. Em abril de 2020, foi nomeado membro independente do Conselho de Administração do Banco BMG.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:			
Dorival Dourado Jr. não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações:			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			

Anexo IV – Informações sobre Indicados ao Conselho Fiscal (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Nome	Roberto Faldini	CPF/Passaporte:	070.206.438-68
Data de Nascimento	06/09/1948	Profissão:	Administrador de Empresas
Órgão	Conselho Fiscal	Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo
Data de Eleição	30/04/2021	Eleito pelo controlador	Sim
Prazo Mandato	Até a AGO de 2022	Data de Posse	13/07/2021
Outros cargos/ funções no emissor	Não há	Mandatos consecutivos	2
Experiência profissional			
Empresário, Administrador de Empresas, Mediador, Palestrante e Consultor na Área de Governança Corporativa, formado em Administração de Empresas pela EAESP - FGV (1972), com especialização em Gestão Avançada (Fundação Dom Cabral e INSEAD - Fontainebleau - França, 1991); em Empreendedorismo (Babson College - Boston - USA, 2004); em Governança Corporativa – Corporate Governance Board Leadership - TOT – Training of Trainers (IFC – IBGC – 2009, 2011, 2013 e 2016); Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC em 2013. Vários cursos de especialização no Brasil e no exterior sobre governança corporativa e governança familiar e mercado de capitais.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor			
Árbitro da CAM - Câmara de Arbitragem do Mercado – B3. Membro do Conselho de Administração da: Vulcabras /Azaleia desde 2011, Marfrig Global Foods desde dezembro 2017, Irani Papel e Embalagem SA desde junho 2018; Cia Habitasul De Participações desde abril 2019, Odebrecht SA desde agosto de 2018 e Braskem S.A. desde julho 2019. Membro do Conselho Consultivo da Agroterenas SA - Grupo Jose Eugenio Resende Barbosa desde 2018 e da Scanntech desde 2018. Cofundador do IBGC em 1995 e participando ativamente em diversas de suas comissões. Professor Convidado da Fundação Dom Cabral. Membro do Conselho Consultivo Deliberativo Curador da ABRASCA - Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, da Fundação Dorina Nowill para Cegos, da Fundação Crespi Prado e do ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Diretor da Fundação Cultural Ema Gordon Klabin e da Fundação Crespi Prado. Empresário Voluntário da Endeavor Brasil.			
Declaração de eventuais condenações			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			
Percentual de participação nas reuniões			
100%			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Fernando Antônio Fraga Ferreira	CPF/Passaporte:	566.968.176-20
Data de Nascimento	04/07/1965	Profissão:	Advogado
Órgão	Conselho Fiscal	Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo
Data de Eleição	30/04/2021	Eleito pelo controlador	Sim
Prazo Mandato	Até a AGO de 2022	Data de Posse	13/07/2021
Outros cargos/ funções no emissor	Não há	Mandatos consecutivos	2
Experiência profissional			
Advogado formado pela PUC/MG e doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA/Argentina. Possui ampla experiência na qualidade de membro do conselho de administração de sociedades. Além disso, é sócio fundador e diretor executivo da Ferreira e Chagas Advogados, escritório Listado entre os 5 maiores escritórios de advocacia do Brasil, no ramo do contencioso de grandes volumes, com enfoque para a área do direito empresarial.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor			
Diretor executivo do Ferreira e Chagas Advogados. Membro do Conselho de Administração da Bossa Nova Investimentos e Adm. S/A, Tolife Tecnologia Para Saúde S/A, Netview Informática Ltda., Jardim Colonial Empreendimentos Ltda., Cataldo S/C Ltda., Jurify Tecnologia Ltda.			
Declaração de eventuais condenações			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			
Percentual de participação nas reuniões			
100%			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Flávio de Sousa Franco	CPF/Passaporte:	300.483.036-15
Data de Nascimento	01/07/1965	Profissão:	Engenheiro Civil
Órgão	Conselho Fiscal	Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo
Data de Eleição	30/04/2021	Eleito pelo controlador	Sim
Prazo Mandato	Até a AGO de 2022	Data de Posse	13/07/2021
Outros cargos/ funções no emissor	Não há	Mandatos consecutivos	2
Experiência profissional			
Graduado em engenharia civil. Possui ampla experiência na administração de empresas de diversos setores.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor			
Diretor da Sousa Franco Assessoria Empresarial.			
Declaração de eventuais condenações			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			
Percentual de participação nas reuniões			
100%			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Fernando Marques Cleto Duarte	CPF/Passaporte:	537.752.878-68
Data de Nascimento	19/11/1953	Profissão:	Economista
Órgão	Conselho Fiscal	Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente
Data de Eleição	30/04/2021	Eleito pelo controlador	Sim
Prazo Mandato	Até a AGO de 2022	Data de Posse	13/07/2021
Outros cargos/ funções no emissor	Não há	Mandatos consecutivos	2
Experiência profissional			
Graduado em economia pela Universidade Mackenzie e em Direito pela USP. Merece destaque em sua trajetória profissional, sua atuação como membro do conselho fiscal da Alpargatas S.A., como consultor na Diretoria de Controle Fiscal e Societário do Itaú Unibanco S.A. e, por dois mandatos consecutivos, como Conselheiro indicado pela Confederação Nacional das Instituições Financeira/Febraban no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Atualmente, presta consultoria em assuntos tributários, societários e regulatórios e é professor do curso de MBA da Escola Nacional de Seguros.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor			
Atualmente não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			
Percentual de participação nas reuniões			
100%			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Mirtes Kinuko Yamamoto	CPF/Passaporte:	940.224.708-44
Data de Nascimento	23/10/1953	Profissão:	Administradora Pública
Órgão	Conselho Fiscal	Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente
Data de Eleição	30/04/2021	Eleito pelo controlador	Sim
Prazo Mandato	Até a AGO de 2021	Data de Posse	13/07/2021
Outros cargos/ funções no emissor	Não há	Mandatos consecutivos	2
Experiência profissional			
Graduada em Administração Pública pela FGV e em Direito pela USP, possui MBA em Controladoria pela USP e MBA em Gestão Contemporânea pela FGV. Atuou de 1993 a 2019 no Banco Central do Brasil, gerindo equipes de supervisão de bancos médios e pequenos, privados, nacionais e estrangeiros, nos diversos segmentos de atuação, bem como equipes de supervisão de financeiras e de administradoras de consórcios.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor			
Atualmente não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			
Declaração de eventuais condenações			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			
Percentual de participação nas reuniões			
100%			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Paulo Henrique Santana Barbosa	CPF/Passaporte:	360.118.808-27
Data de Nascimento	02/05/1988	Profissão:	Advogado
Órgão	Conselho Fiscal	Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente
Data de Eleição	30/04/2021	Eleito pelo controlador	Sim
Prazo Mandato	Até a AGO de 2022	Data de Posse	13/07/2021
Outros cargos/ funções no emissor	Não há	Mandatos consecutivos	2
Experiência profissional			
Graduado em Direito pela Universidade São Judas Tadeu e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, possui ainda MBA Executivo em Finanças pela New York Institute of Finance/Saint Paul Business School. Desenvolveu sua carreira em grandes corporações como a PwC e Martin-Brower, empresa líder do segmento logístico de <i>food service</i> , nas quais desempenhou cargos de coordenação e supervisão, onde foi responsável pela implementação de projetos de consultoria e governança em matéria tributária. Atualmente, atua como sócio na RVC Consultoria e Assessoria, onde desenvolve trabalhos de natureza consultiva aos seus clientes, especificamente nas áreas tributária e societária.			
Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor			
Sócio da RVC Consultoria e Assessoria			
Declaração de eventuais condenações			
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.			
Percentual de participação nas reuniões			
100%			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há			

Anexo V - Proposta de Remuneração dos Administradores (item 13 do Formulário de Referência)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco possui uma Política de Remuneração dos seus Administradores (“Política de Remuneração”), aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2022, que contém os requisitos a serem cumpridos pelo Banco para um cenário de adequada gestão de riscos em atendimento às regulamentações aplicáveis, em particular a Resolução 3.921 de 25 de novembro de 2010 do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Remuneração foi construída com base nos seguintes princípios:

- (i) a remuneração deve incentivar uma visão de negócio de longo prazo, o desenvolvimento de uma responsabilidade sustentável, social e corporativa, bem como o alinhamento dos interesses dos administradores aos interesses de longo prazo do Banco e de seus *stakeholders*;
- (ii) a estrutura de remuneração deve contribuir para um efetivo controle de risco e desestimular a tomada de riscos indesejáveis;
- (iii) a remuneração deve permitir o recrutamento e retenção de administradores com as capacidades adequadas, e ser compatível com o mercado de atuação do Banco;
- (iv) os níveis de remuneração devem criar uma cultura baseada no desempenho, devendo ser consistentes com os resultados sustentáveis alcançados;
- (v) a remuneração deve ser estruturada de forma a incentivar uma conduta em conformidade com os valores fundamentais do Banco e alinhada ao perfil de risco desejado;
- (vi) os métodos, princípios e objetivos da estrutura de remuneração variável devem ser transparentes para todos os administradores; e
- (vii) a relação entre remuneração fixa e variável deve ser adequada à responsabilidade da função e objetivo de atuação do administrador.

Não obstante a política em vigor, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no 03 de abril de 2020 o Plano de Incentivo de Longo Prazo do Grupo Bmg do Banco (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para o pagamento de remuneração variável em ações e diferida aos administradores e empregados estratégicos do Banco, com o objetivo principal de (i) estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo nos colaboradores e, consequentemente, gerar um maior alinhamento entre seus interesses e os interesses dos acionistas do Banco; (ii) possibilitar o Banco atrair e reter talentos; e (iii) maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável.

Nesse contexto, vale mencionar que, em 30 de março de 2022, foi convocada uma Assembleia Extraordinária do Banco, a ser realizada em 29 de abril de 2022 (“AGE de 29.04.22”), a fim de deliberar, dentre outras matérias, sobre a reforma do Plano. A proposta da administração para reforma do Plano poderá ser encontrada no Manual para Participação da AGE de 29.04.22, disponível para consulta na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

(b) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta apenas por parcela fixa mensal, podendo eventualmente existir pagamentos de honorários extras e não havendo remuneração variável. A remuneração fixa está alinhada com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração total dos diretores estatutários está definida com base na estratégia de remuneração total definida pelo Banco e valores praticados pelo mercado, conforme pesquisa realizada periodicamente por consultoria especializada.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma parcela fixa e uma parcela variável. A parcela fixa é definida de acordo com as responsabilidades e atribuições do cargo e tem como referência à prática de mercado e equidade interna. A parcela da remuneração variável está atrelada ao resultado do Banco, performance da Diretoria e performance individual do Diretor, tendo como regra comum 4 lotes anuais, proporcionais ao período de diferimento.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta apenas por parcela fixa mensal, não havendo remuneração variável. A remuneração fixa está alinhada com as práticas de mercado.

O Conselho Fiscal do Banco, de caráter não permanente, foi instalado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2022.

Comitês

Os membros dos comitês do Banco não recebem remuneração específica pela atuação nestes.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

31/12/2021	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações ¹	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	32%	56%	12%	100%
Diretoria Não-Estatutária	-	-	-	-
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Demais Comitês	-	-	-	-

31/12/2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações ¹	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	51%	39%	10%	100%
Diretoria Não-Estatutária	-	-	-	-

Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Demais Comitês	-	-	-	-

31/12/2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações ¹	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	74%	26%	0%	100%
Diretoria Não-Estatutária	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Demais Comitês	-	-	-	-

¹ Remuneração baseada em ações: não houve registro para o exercício de 2019

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Parcela Fixa

A parcela fixa da remuneração devida aos administradores é estabelecida utilizando como referência a estrutura salarial, sendo esta balizada por (i) pesquisas de mercado periódicas realizadas junto a instituições financeiras do mesmo porte e, sempre que possível, do mesmo setor ou mercado de atuação do Banco; (ii) conhecimento e experiência para a posição; e (iii) responsabilidade por resultados inerentes à função exercida.

Remuneração Variável – Montante Global

Para a determinação do montante global da remuneração variável dos Diretores Estatutários, são considerados os seguintes fatores: (i) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo; (ii) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; e (iii) o resultado do Banco, em particular a meta de lucro líquido.

Com base nestes critérios, o Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura realiza uma avaliação do montante global da remuneração variável, a qual deve ser submetida ao Conselho de Administração para a sua aprovação e, uma vez aprovada pelo Conselho de Administração, submetida à Assembleia Geral do Banco.

Remuneração Variável – Montante Individual

A remuneração variável de cada Diretor Estatutário será baseada na combinação dos seguintes fatores (i) desempenho individual do Administrador; (ii) desempenho da unidade de negócios; (iii) desempenho do Banco; e (iv) a relação entre os desempenhos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) e os riscos assumidos.

O desempenho dos Diretores Estatutários é avaliado, no mínimo, anualmente, com base em uma combinação de metas individuais e coletivas, as quais indicam os resultados esperados do Diretor Estatutário, a fim de contribuir para os planos anuais, para a estratégia de longo prazo e para o perfil de risco da instituição.

Ao determinar os resultados, os riscos associados a este desempenho são levados em consideração para evitar a tomada de riscos indesejáveis.

De forma a evitar conflitos de interesse, a remuneração variável do Diretor Estatutário responsável pelas áreas de controle interno, gestão de riscos, auditoria e conformidade deve ser determinada independentemente do desempenho financeiro do Banco e das áreas de negócios, seguindo a orientação da Resolução nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, e da Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, ambas do Conselho Monetário Nacional. As medidas do desempenho desse Diretor Estatutário serão baseadas predominantemente nos seguintes parâmetros: (i) desempenho da área a que pertence o respectivo Diretor Estatutário; e (ii) avaliação das entregas individuais do Diretor Estatutário.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração proposta considera a estratégia de remuneração do Banco, a estrutura salarial do Banco, experiência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, parâmetros externos que são oriundos de pesquisas salariais recorrentes, considerando o mercado competidor e o alinhamento com a estratégia dos acionistas.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária que não sejam remunerados.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração fixa

A remuneração dos administradores é determinada a partir do uso de parâmetros internos (estrutura salarial) e parâmetros externos (pesquisa salarial), sendo considerado também o grau de responsabilidade envolvido no cargo de cada indivíduo. Além disso, ao estabelecer a remuneração fixa, o Banco leva em consideração as qualificações e experiências de cada indivíduo no exercício de sua função.

Remuneração variável

Conforme mencionado acima, a remuneração variável de cada Diretor Estatutário é baseada na combinação dos seguintes fatores (i) desempenho individual do Administrador; (ii) desempenho da unidade de negócios; (iii) desempenho do Banco; e (iv) a relação entre os desempenhos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) e os riscos assumidos. De forma a evitar conflitos de interesse, a remuneração variável dos Diretores das áreas de controle interno, gestão de riscos, auditoria e *compliance* é determinada independentemente do desempenho das áreas de negócios.

O desempenho individual dos Diretores Estatutários é avaliado, no mínimo, anualmente, com base em metas pré-estabelecidas.

O desempenho da unidade de negócios é avaliado de acordo com as metas de cada diretoria, aprovado anualmente em conselho.

O desempenho do Banco é avaliado, dentre outros, pela evolução do lucro líquido recorrente do conglomerado financeiro Bmg.

As metas e pesos de cada um dos indicadores de desempenho são revisados anualmente. O processo de gestão de desempenho estabelecido contribui para atingimento dos objetivos de negócio do Banco.

Os resultados esperados (metas da organização definidas) são projetados a partir da análise dos riscos associados a este desempenho, com objetivo de mitigar a tomada de riscos indesejáveis. Isto baseia-se em (i) projeções de resultados, que define a ambição da organização, lista de metas e valores; (ii) código de ética e conduta do Banco, que descreve as regras de conduta que tipificam a organização; e (iii) as políticas de gestão de riscos, que tratam sobre risco de capital, crédito, liquidez, mercado e operacional.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e a parcela fixa da remuneração da Diretoria Estatutária são definidas considerando a responsabilidade e a senioridade dos seus respectivos integrantes.

A parcela variável da remuneração da Diretoria Estatutária é calculada considerando a evolução dos indicadores de desempenho individual do Diretor, da sua unidade de negócios e do Banco. Apenas no caso dos Diretores das áreas de controle interno, gestão de riscos, auditoria e compliance, de forma a evitar conflitos de interesse, a remuneração variável deve ser determinada independentemente do desempenho das áreas de negócios.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração se alinha aos interesses do Banco, pois ao mesmo tempo que estimula o engajamento dos membros da administração, estabelece premissas compatíveis com a gestão de risco de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo.

Busca-se, de um lado, o crescimento e lucratividade sustentável dos negócios do Banco e, de outro lado, o reconhecimento da contribuição dos executivos ao desenvolvimento do Banco.

Além disso, a remuneração dos administradores tem como estratégia o balanceamento de todos os componentes da remuneração total, sendo o incentivo de curto prazo representando 50% da remuneração variável, e o incentivo de longo prazo representando o restante da remuneração variável total. O principal objetivo dessa estratégia é equilibrar e reconhecer o desempenho dos administradores no curto, médio e longo prazo, respeitando a Política de Riscos do Banco e resoluções do Banco Central do Brasil.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos do Banco. Todo o processo de remuneração é praticado pelo Banco.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Anualmente, a área de remuneração elabora um Relatório de Remuneração dos Administradores, que é submetido ao Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e ao Conselho de Administração. Esse relatório é aprovado por todos os membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e têm como objetivo de apresentar todas as responsabilidades e ações que foram realizados durante o ano.

Além disso, anualmente a Política de Remuneração dos Administradores é validada no Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e no Conselho de Administração. O objetivo é manter a consistência entre a remuneração dos Administradores com os parâmetros definidos e as metas atribuídas.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual atribuída a cada membro da Administração leva em consideração as responsabilidades assumidas por cada um em suas respectivas funções, bem como os riscos inerentes a elas. O Banco contrata periodicamente empresas especializadas para a realização de pesquisas de mercado, visando manter os valores atribuídos a cada um de seus Administradores alinhado com aqueles praticados pelo mercado, considerando o mercado competidor e o alinhamento com a estratégia dos acionistas.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração é revisada anualmente pelo Comitê de Pessoas, Remuneração e Cultura e aprovada no Conselho de Administração do Banco.



13.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	12,92	6,00	27,92
Nº de membros remunerados	8,83	12,83	6,00	27,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.980.000,00	15.091.825,79	648.000,00	21.719.825,79
Benefícios direto e indireto	532.021,21	2.217.037,34	0,00	2.749.058,55
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	16.894.583,33	0,00	16.894.583,33
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	896.204,39	0,00	896.204,39
Descrição de outras remunerações variáveis		O montante informado no campo “Outros” refere-se a bônus diferido.		O montante informado no campo “Outros” refere-se a bônus diferido.
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	5.854.472,97	0,00	5.854.472,97



Baseada em ações, incluindo opções	0,00	14.385.854,97	0,00	14.385.854,97
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 14.385.854,97 será provisionado no exercício de 2022.	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	6.512.021,21	55.339.978,79	648.000,00	62.500.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,17	9,50	6,00	23,67
Nº de membros remunerados	8,00	9,17	6,00	23,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.832.000,00	12.824.685,78	648.000,00	19.304.685,78
Benefícios direto e indireto	448.499,58	1.466.721,34	0,00	1.915.220,92
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0
Participação de resultados	0,00	10.599.979,12	0,00	10.599.979,12
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0
Comissões	0,00	0,00	0,00	0
Outros	0,00	5.299.078,40	0,00	5.299.078,40
Descrição de outras remunerações variáveis		O montante informado no campo “Outros” refere-se a bônus diferido.		O montante informado no campo “Outros” refere-se a bônus diferido.
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	10.484.353,61	0,00	10.484.353,61
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	7.467.141,97	0,00	7.467.141,97

Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 7.467.141,97 foi provisionado no exercício de 2021.	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	6.280.499,58	48.141.960,22	648.000,00	55.070.459,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,42	10,17	2,00	19,59
Nº de membros remunerados	7,42	10,17	2,00	19,59
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.446.395,84	13.099.182,34	216.000,00	18.761.578,18
Benefícios direto e indireto	620.878,41	1.868.738,25	0,00	2.489.616,66
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.260.752,43	6.425.046,41	48.600,00	8.734.398,84
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo “Outros” refere-se aos encargos recolhidos sobre os honorários.	O montante informado no campo “Outros” refere-se aos encargos recolhidos sobre os honorários.	O montante informado no campo “Outros” refere-se aos encargos recolhidos sobre os honorários.	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	78.000,00	0,00	78.000,00
Participação de resultados	0,00	11.677.900,12	0,00	11.677.900,12
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0
Comissões	0,00	0,00	0,00	0
Outros	0,00	4.651.949,82	0,00	4.651.949,82
Descrição de outras remunerações variáveis		O montante informado no campo “Outros” refere-se a encargos da remuneração variável.		
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00



Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	4.334.828,04	0,00	4.334.828,04
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 4.334.828,04 (quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil e oitocentos e vinte e oito reais e quatro centavos) foi provisionado no exercício de 2020.	Conforme disposto Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
Total da remuneração	8.328.026,68	42.135.644,99	264.600,00	50.728.271,67

Remuneração total do Exercício corrente 31/12/2019 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,17	8,92	0,00	16,09
Nº de membros remunerados	7,17	8,92	0,00	16,09
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.978.750,00	10.589.278,42	0,00	14.568.028,42
Benefícios direto e indireto	466.859,82	1.383.549,07	0,00	1.850.408,89
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.778.522,23	6.488.141,26	0,00	8.266.663,49
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo “Outros” refere-se aos encargos recolhidos sobre os honorários.	O montante informado no campo “Outros” refere-se aos encargos recolhidos sobre os honorários.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	224.300,00	0,00	224.300,00
Participação de resultados	0,00	4.056.478,54	0,00	4.056.478,54
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.313.814,04	0,00	2.313.814,04
Descrição de outras remunerações variáveis				
Descrição de Outros	-	O montante informado no campo “Outros” refere-se a remuneração variável diferida.	-	
Benefícios				



Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	6.224.132,05	25.055.561,33	0	31.279.693,38

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,00	12,92	6,00	27,92
Nº de membros remunerados	0,00	12,83	0,00	12,83
Bônus ⁽¹⁾	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados ⁽¹⁾	0,00	16.894.583,33	0,00	16.894.583,33
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	13.515.666,66	0,00	13.515.666,66
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	20.273.499,99	0,00	20.273.499,99
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0,00	16.894.583,33	0,00	16.894.583,33
Bônus Diferido ⁽¹⁾	0,00	896.204,39	0,00	896.204,39
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	716.963,52	0,00	716.963,52
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	1.075.445,27	0,00	1.075.445,27
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0,00	896.204,39	0,00	896.204,39
Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾	0,00	14.385.854,97	0,00	14.385.854,97

⁽¹⁾ Previsão do valor a ser efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.

Remuneração variável do exercício social findo em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,17	9,50	6,00	23,67
Nº de membros remunerados	0,00	9,17	0,00	9,17
Bônus ⁽¹⁾	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados ⁽¹⁾	0,00	10.599.979,12	0,00	10.599.979,12
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	8.479.983,29	0,00	8.479.983,29
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	12.719.974,94	0,00	12.719.974,94
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	10.599.979,12	0,00	10.599.979,12
Bônus Diferido ⁽¹⁾	0,00	5.299.078,40		5.299.078,40
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	4.239.262,72	0,00	4.239.262,72
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	6.358.894,08	0,00	6.358.894,08
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	5.299.078,40	0,00	5.299.078,40
Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾	0,00	7.467.141,97	0,00	7.467.141,97

⁽¹⁾ Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.

Remuneração variável do exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,42	10,17	2,00	19,58
Nº de membros remunerados	0,00	10,17	0,00	10,17
Bônus ⁽¹⁾	0,00	78.000,00	0,00	78.000,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	78.000,00	0	78.000,00
Participação nos Resultados ⁽¹⁾	0,00	11.677.900,12	0	11.677.900,12
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	9.342.320,10	0	9.342.320,10
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	14.013.480,14	0	14.013.480,14
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	11.677.900,12	0	11.677.900,12
Bônus Diferido ⁽¹⁾	0,00	4.651.949,82	0	4.651.949,82
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	3.721.559,86	0	3.721.559,86
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	5.582.339,78	0	5.582.339,78
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	4.651.949,82	0	4.651.949,82
Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾	0,00	4.334.828,04	0	4.334.828,04

⁽¹⁾ Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.

Remuneração variável do exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,17	8,92	0,00	16,09
Nº de membros remunerados	0,00	8,92	0,00	8,92
Bônus ⁽¹⁾	0	224.300,00	0	224.300,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0	0	0	0
Participação nos Resultados ⁽¹⁾	0	4.056.478,54	0	4.056.478,54
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	3.245.182,83	0	3.245.182,83
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	4.867.774,25	0	4.867.774,25
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0	4.056.478,54	0	4.056.478,54
Bônus Diferido ⁽¹⁾	0	2.313.814,04	0	2.313.814,04
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	2.776.576,85	0	2.776.576,85
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	1.851.051,23	0	1.851.051,23
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0	2.313.814,04	0	2.313.814,04
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0

⁽¹⁾ Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.



13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(i) termos e condições gerais:

No dia 03 de abril de 2020, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do Banco, o Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano”) aplicável ao Banco, suas controladas e empresas sob controle comum com o Banco (“Grupo Bmg”), que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg designados pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco (em conjunto, “Colaboradores”) recebam ações preferenciais de emissão do Banco como um incentivo de longo prazo que comporá suas respectivas remunerações variáveis (“Performance Shares Units” ou “PSU”).

Anualmente o Conselho de Administração pode aprovar programas de incentivo de longo prazo (“Programas”) em que serão definidos os termos e condições relativos à aquisição do direito as PSUs pelos Participantes e a efetiva liberação dos PSUs no âmbito de um Programa. O primeiro Programa foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração em 29 de agosto de 2019, passando a vigorar a partir da aprovação do Plano na Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2020.

São elegíveis a participar dos Programas os (i) diretores; (ii) superintendentes; e (iii) gerentes executivos do Banco, nesses últimos dois casos, observados os limites estabelecidos nos respectivos Programas.

Os Colaboradores participantes de cada Programa são indicados pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura do Banco e ratificados pelo Conselho de Administração (“Participantes”).

(ii) principais objetivos do plano:

O Plano tem por objetivo: (i) estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo para os elegíveis e, consequentemente, gerar um maior alinhamento entre seus interesses e os interesses dos acionistas do Grupo Bmg; (ii) possibilitar ao do Grupo Bmg atrair e reter talentos; (iii) maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável; e (iv) reconhecer as diferentes performances entre os elegíveis.

(iii) forma como o plano contribui para esses objetivos:



Há evidências de que planos de remuneração de longo prazo estimulam o desenvolvimento de visão de longo prazo nos colaboradores participantes e, conseqüentemente, geram um maior alinhamento entre os interesses de tais colaboradores e os interesses dos acionistas. Também há consenso claro de que planos de longo prazo são eficazes em atrair e reter talentos para as empresas que os institui.

O Plano foi elaborado em estrita observância das disposições da Resolução nº 3.921, de 25 de novembro de 2010 do Conselho Monetário Nacional (“Resolução 3.921”), que estabelecem novas regras em relação à remuneração de administradores das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As regras trazidas pela Resolução 3.921 buscam assegurar um ambiente concorrencial equilibrado, compatibilizando os interesses de administradores e empregados com a saúde financeira das instituições financeiras no longo prazo.

Nesse sentido, o Plano (i) busca promover a vinculação do pagamento do incentivo ao desempenho de longo prazo; (ii) não prevê garantia de bônus mínimo independente de resultado; e (iii) prevê penalidades financeiras para perdas significativas, todas essas práticas que visam estimular um crescimento responsável e sustentável.

(iv) como o plano se insere na política de remuneração do Banco:

O Plano se insere na política de remuneração do Banco como remuneração variável diferida, em linha com a busca pela otimização dos resultados da remuneração oferecida a nossos diretores e empregados.

(v) como o plano alinha os interesses dos administradores e do Banco a curto, médio e longo prazo:

O Banco conta com política de bônus de curto prazo. A liberação parcelada do PSU tem como objetivo estimular os Participantes a aprimorar cada vez mais seu desempenho, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados no médio e no longo prazo. Além disso, o pagamento com base em mecanismo de Performance Share Units tende a criar um sentimento de dono nos Participantes, que se beneficiarão diretamente da criação de valor para o Banco e da conseqüente valorização das ações no longo prazo.



(vi) número máximo de ações abrangidas:

A quantidade total de ações a ser outorgada no âmbito do presente plano, em todos os programas, não ultrapassará 10% (dez por cento) das ações em circulação do Banco, considerando a publicação mais recente da composição acionária em relação à data de cada programa.

(vii) número máximo de opções a serem outorgadas:

Não serão outorgadas opções no âmbito do Plano, serão outorgados PSUs.

(viii) condições de aquisição de ações:

O Participante deve celebrar um contrato de participação no Programa para o qual tenha sido eleito (“Contrato de Participação”), passando a ter o direito a receber os PSUs desde que cumpridas as metas estabelecidas em tal Contrato de Participação e observadas as regras relacionadas ao desligamento do Participante antes da liberação dos PSUs concedidas no âmbito do Programa.

(ix) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Para fins do cálculo do preço unitário de referência das ações que são utilizadas para compor o presente Plano (“Preço”) é utilizada a média do preço de fechamento das ações nos 20 (vinte) pregões na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) anteriores à data da apuração, que será calculada a contar do 10º (décimo) dia útil anterior à data de outorga das ações que coincidirá com a data de pagamento do Programa de Participação de Resultados do Banco (“PPR”). Considera-se dia útil para fins desta cláusula aquele com negociação e liquidação nos mercados da B3.

(x) critérios para fixação do prazo de exercício:

O Plano não implica outorga de opções aos Participantes. Observadas as demais condições aplicáveis, o direito ao recebimento dos PSUs é adquirido mediante cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Participação. Portanto, não há prazo de exercício.

(xi) forma de liquidação:



O Plano não implica outorga de opções aos Participantes. Assim, não há forma de liquidação de opções. Caso sejam cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Participação e observadas as demais condições aplicáveis previstas no Plano, no respectivo Programa e no respectivo Contrato de Participação, os PSUs sendo liberadas em 4 lotes anuais, proporcionais ao período de diferimento, sujeito às hipóteses de redução ou cancelamento previstas na Política de Remuneração.

(xii) restrições à transferência das ações:

Não existe restrição de transferência de ações.

(xiii) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária do Banco e vigerá por prazo indeterminado, de acordo com aprovação do Conselho de Administração. O Plano poderá ser extinto, suspenso ou alterado a qualquer tempo, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia dos Programas criados com base nele.

Nesse contexto, vale mencionar que, em 30 de março de 2022, foi convocada uma Assembleia Extraordinária do Banco, a ser realizada em 29 de abril de 2022 (“AGE de 29.04.22”), a fim de deliberar, dentre outras matérias, sobre a reforma do Plano. A proposta da administração para reforma do Plano poderá ser encontrada no Manual para Participação da AGE de 29.04.22, disponível para consulta na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

(xiv) efeitos da saída do administrador dos órgãos do Banco sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

No caso de demissão por justa causa (conforme definida na política) ou de desligamento voluntário, o participante perderá integralmente o direito às parcelas do PSU ainda não liberadas, independentemente do cumprimento das metas a ele aplicáveis.



Na hipótese de demissão sem justa causa do participante, aposentadoria estatutária ou mudança de controle acionário, este terá a manutenção integral nas datas originais de *vesting*, desde que tenham sido cumpridas as metas aplicáveis em tais exercícios.

No caso de falecimento ou incapacidade permanente do participante, os beneficiários farão jus a antecipação do *vesting*, independentemente do atingimento das metas aplicáveis, com liberação das ações no menor prazo viável.

Ainda, o Comitê de Pessoas, Remuneração e Cultura do Banco poderá propor ao Conselho de Administração do Banco tratamento excepcional para casos e situações especiais de desligamento, observadas as regras previstas no Plano e, quando aplicável, na Política de Remuneração do Banco.

13.5. - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

VALORES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	12,92
Nº de membros remunerados	0,00	12,83
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas		
Outorga de opções de compras de ações	n/a	25/02/2022
Data de outorga	n/a	3.090.489
Quantidade de opções outorgadas	n/a	As ações outorgadas serão liberadas durante um período de diferimento de 4 (quatro) anos, em lotes anuais, proporcionais ao período de diferimento (ou seja, 25% por ano), sendo a primeira parcela liberada no primeiro aniversário da outorga e as demais sucessivamente.
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	4 (quatro) anos
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	Sem restrição
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das opções na data da outorga	n/a	3,14

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2021		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,17	9,50
Nº de membros remunerados	0,00	9,17
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	n/a
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	n/a	01/03/2021
Quantidade de opções outorgadas	n/a	3.285.657
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	As ações outorgadas serão liberadas durante um período de diferimento de 4 (quatro) anos, em lotes anuais, proporcionais ao período de diferimento (ou seja, 25% por ano), sendo a primeira parcela liberada no primeiro aniversário da outorga e as demais sucessivamente.
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	4 (quatro) anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das opções na data da outorga	n/a	5,53

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2020		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,42	10,17
Nº de membros remunerados	0,00	10,17
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	n/a
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	n/a	03/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	n/a	1.813.214
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	As ações outorgadas serão liberadas durante um período de diferimento de 4 (quatro) anos, em lotes anuais, proporcionais ao período de diferimento (ou seja, 25% por ano), sendo a primeira parcela liberada no primeiro aniversário da outorga e as demais sucessivamente.
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	4 (quatro) anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	sem restrição
Valor justo das opções na data da outorga	n/a	4,58

Para fins demonstrativos, reunimos na tabela acima os valores referentes aos modelos de pagamento baseados em ações. Assim, apesar dos campos fazerem referência somente às “opções de compra de ações”, incluímos os valores referentes ao incentivo de longo prazo (“Performance Shares Units”) concedido em ações preferencias de emissão do Banco, que não decorrem do exercício de opções de compra de ações. Por fim, ressaltamos que não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Item não aplicável, tendo em vista que o plano de remuneração do conselho de administração e diretoria estatutária do Banco não implica outorga de opções.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

OPÇÕES EXERCIDAS - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,17	9,50
Nº de membros remunerados	0,00	9,17
Opções Exercidas		
Número de ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
Ações Entregues		
Número de ações entregues ⁽¹⁾	n/a	1.928.101
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	5,26
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0,0

OPÇÕES EXERCIDAS - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,42	10,17
Nº de membros remunerados	0,00	10,17
Opções Exercidas		
Número de ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
Ações Entregues		
Número de ações entregues ⁽¹⁾	0,0	453.300
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	5,53
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0,0

⁽¹⁾ quantidade bruta de ações entregues.

Adicionalmente, não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

a) modelo de precificação:

Para fins do cálculo do preço unitário de referência das ações que são utilizadas para compor o Plano (“Preço”) é utilizada a média do preço de fechamento das ações nos 20 (vinte) pregões na B3 anteriores à data da apuração, que será calculada a contar do 10º (décimo) dia útil anterior à data de outorga das ações e coincidirá com a data de pagamento do Programa de Participação de Resultados do Banco (“PPR”). Considera-se dia útil para fins desta cláusula aquele com negociação e liquidação nos mercados da B3.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, pois, a quantidade de ações é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Feita essa definição, o valor é convertido em número de ações, considerando o seu valor de mercado, conforme procedimento descrito no item (a) acima.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.



13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Em 31 de dezembro de 2021, membros da Administração detinham as seguintes participações acionárias no Banco:

Emissor: Banco Bmg S.A.			
Órgão	Ações (ON)	Ações (PN)	Participação (%)
Conselho de Administração ⁽¹⁾	174.340.424	36.146.853	36,09%
Diretoria	0	388.577	0,07%
Conselho Fiscal	0	2.156	0,00%

(1) Das ações de emissão do Banco detidas por membros do Conselho de Administração na data-base de 31 de dezembro de 2021, 75.765.332 ações ordinárias e 36.000.000 ações preferenciais são gravadas com usufruto vitalício em favor do Sr. Flávio Pentagna Guimarães. Em 21 de janeiro de 2022, o Sr. Flávio Pentagna Guimarães renunciou ao usufruto das 36.000.000 ações preferenciais detidas por membros do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, membros da administração detinham as seguintes participações acionárias na BMG Participações S.A.:

Emissor: BMG Participações S.A.			
Órgão	Ações (ON)	Ações (PN)	Participação (%)
Conselho de Administração ⁽¹⁾	10.554.335	n/a	74,14%
Diretoria	0	n/a	0
Conselho Fiscal	0	n/a	0

(1) Das ações de emissão da BMG Participações S.A. detidas por membros do Conselho de Administração na data-base de 31 de dezembro de 2021, 6.469.936 ações ordinárias são gravadas com usufruto vitalício em favor do Sr. Flávio Pentagna Guimarães.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	8	10
Número de membros remunerados	0	7
Nome do plano	Renda Total Empresarial BMG	Renda Total Empresarial BMG
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Aposentadoria Antecipada: (i) no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; (ii) 10 (dez) anos de vínculo com Banco; e (iii) perda do vínculo do participante com o Banco.	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	R\$ 656.803,26
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	R\$ 859.396,50
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Enquanto profissional ativo do Banco, o participante poderá fazer uso somente das reservas financeiras formadas por suas contribuições. Em caso de resgate total do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou pela Contribuição Especial Participante, o participante perderá integralmente o saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Especial Empresa, que será destinado à conta coletiva do plano, e terá seu plano cancelado. Neste caso o participante somente poderá retornar ao plano como novo participante, mediante preenchimento de nova proposta em junho e novembro do respectivo ano. Em caso de resgate parcial do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Contribuição Especial Participante, o Participante perderá a mesma proporção do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Especial Empresa, mas continuará normalmente no Plano.



13.11 - Em forma de tabela, indicar para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	9,50	10,17	8,92	8,17	7,42	7,17	6,0	2,00	0,00
Nº de membros remunerados	9,17	10,17	8,92	8,00	7,42	7,17	6,0	2,00	0,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	9.551.977,54	8.834.489,21	8.176.783,74	1.805.650	2.118.112,87	1.683.195,75	144.000	58.800,00	0,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	1.720.016,61	1.790.069,97	1.265.390,90	480.000	356.700,25	773.243,58	72.000	29.400,00	0,00
Valor médio da remuneração individual (Reais)	5.249.941,14	3.667.172,03	2.808.919,43	785.062,45	874.798,96	868.079,78	108.000,00	44.100,00	0,00

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP.
31/12/2020	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP.
31/12/2019	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP.



Conselho de Administração	
31/12/2021	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP.
31/12/2020	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP.
31/12/2019	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP.

Conselho Fiscal	
31/12/2021	Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 07/07/2021, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos em 13/07/2021.
31/12/2020	Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2020, com continuação em 15 de maio de 2020 e homologado pelo Banco Central do Brasil em 26/08/2020, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos em 01/09/2020. Considerando que todos os membros estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses, os valores representam a remuneração efetivamente reconhecida no exercício de 2020.
31/12/2019	O Banco não possuía conselho fiscal instalado.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Conforme previsto no Plano e na Política de Remuneração do Banco, em caso de desligamento dos Diretores Estatutários, não haverá pagamento de remuneração variável anual correspondente ao ano de competência do desligamento. As seguintes regras serão aplicáveis em relação a eventual saldo de ILP:

Motivo do encerramento do desligamento	Consequências sobre o ILP
Pedido de demissão (desligamento voluntário) ou demissão com justa causa	O Diretor Estatutário perderá integralmente o direito aos lotes ainda não liberados, independentemente do cumprimento das metas a ele aplicáveis.
Demissão (i) sem justa causa; (ii) por aposentadoria estatutária; ou (iii) por mudança de controle	O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento dos lotes relativos aos exercícios sociais já encerrados antes do desligamento, desde que tenham sido cumpridas as metas aplicáveis em tais exercícios.
Falecimento ou incapacidade permanente	O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento de todos os lotes ainda não liberados, independentemente do atingimento das metas aplicáveis, os quais vencerão antecipadamente e serão liberados no prazo de 60 dias corridos da comunicação formal à companhia.

Ainda, o Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura poderá propor ao Conselho de Administração tratamento excepcional para casos e situações especiais de desligamento, observadas as demais regras previstas na Política de Remuneração e no Plano.

Qualquer decisão referente ao tema será analisada pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e Conselho de Administração, levando-se em consideração a atuação do administrador com a criação de valor e gestão de risco de longo prazo do Banco.

Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para administradores contratada pelo Banco não oferece cobertura relacionada à demissão, mas oferece, aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.



13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2021	54,8%	10,1%	0%
2020	50,1%	8,0%	0%
2019	52,3%	11,0%	0%



13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2021	R\$ 552.000,00	0,00	R\$ 600.000,00
2020	0,00	0,00	R\$ 245.000,00
2019	0,00	0,00	n/a



13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há, nos últimos três exercícios sociais, valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas do Banco, a título de remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, este último quando instalado, mesmo que não relacionados ao exercício de cargo no Banco.

13.16 - Outras informações relevantes

Informamos que o valor da remuneração anual dos diretores constantes dos itens 12.2 e 12.3 do Formulário de Referência, relativamente ao previsto para o exercício de 2022 e ao reconhecido no exercício de 2021, não está abarcando encargos sociais, conforme orientação do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 1/2021. A remuneração anual dos diretores constantes dos itens 12.2 e 12.3 do Formulário de Referência, relativamente ao reconhecido nos exercícios de 2020 e 2019, considera os encargos sociais.

Nos quadros abaixo demonstramos a memória de cálculo do número de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

Destacamos que, conforme informado no item 12.1 do Formulário de Referência, o Conselho Fiscal do Banco é de caráter não permanente, foi instalado pela Assembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2021, e possui funcionamento até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2022.

Conselho de Administração			Diretoria		
Esperado 31/12/2022			Esperado 31/12/2022		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados	Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	8	Janeiro	14	13
Fevereiro	9	8	Fevereiro	14	14
Março	9	9	Março	12	12
Abril	9	9	Abril	12	12
Maio	9	9	Maio	12	12
Junho	9	9	Junho	13	13
Julho	9	9	Julho	13	13
Agosto	9	9	Agosto	13	13
Setembro	9	9	Setembro	13	13
Outubro	9	9	Outubro	13	13
Novembro	9	9	Novembro	13	13
Dezembro	9	9	Dezembro	13	13
Média	9,00	8,83	Média	12,92	12,83

Conselho Fiscal		
Esperado 31/12/2022		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00

Conselho de Administração		
31/12/2021		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	8	8
Fevereiro	8	8
Março	8	8
Abril	8	8
Maio	8	8
Junho	8	8
Julho	8	8
Agosto	8	8
Setembro	8	8
Outubro	8	8
Novembro	9	8
Dezembro	9	8
Média	8,17	8,00

Diretoria		
31/12/2021		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9
Fevereiro	9	9
Março	9	9
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	8	8
Agosto	8	8
Setembro	10	10
Outubro	10	10
Novembro	10	10
Dezembro	14	10
Média	9,50	9,17

Conselho Fiscal		
31/12/2021		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00

Conselho de Administração		
31/12/2020		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	7	7
Fevereiro	7	7
Março	7	7
Abril	7	7
Maio	8	8
Junho	8	8
Julho	7	7
Agosto	6	6
Setembro	8	8
Outubro	8	8
Novembro	8	8
Dezembro	8	8
Média	7,42	7,42

Diretoria		
31/12/2020		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9
Fevereiro	9	9
Março	10	10
Abril	10	10
Maio	10	10
Junho	10	10
Julho	11	11
Agosto	11	11
Setembro	11	11
Outubro	11	11
Novembro	11	11
Dezembro	9	9
Média	10,17	10,17

Conselho Fiscal		
31/12/2020		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	0	0
Fevereiro	0	0
Março	0	0
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0
Julho	0	0
Agosto	0	0
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	2,00	2,00

Conselho de Administração		
31/12/2019		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	7	7
Fevereiro	7	7
Março	7	7
Abril	6	6
Maio	7	7
Junho	7	7
Julho	7	7
Agosto	7	7
Setembro	7	7
Outubro	8	8
Novembro	8	8
Dezembro	8	8
Média	7,17	7,17

Diretoria		
31/12/2019		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	8	8
Fevereiro	8	8
Março	7	7
Abril	8	8
Maio	8	8
Junho	8	8
Julho	10	10
Agosto	10	10
Setembro	10	10
Outubro	10	10
Novembro	10	10
Dezembro	10	10
Média	8,92	8,92